

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**LARISSA ENGELMANN**

**IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E TRANSEPISTEMOLOGIAS: UMA  
AUTOETNOGRAFIA DE VIVÊNCIAS TRAVESTIS NEGRAS NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS**

**GOIÂNIA  
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

LARISSA ENGELMANN

#### 3. Título do trabalho

*IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E TRANSEPISTEMOLOGIAS: UMA AUTOETNOGRAFIA DE VIVÊNCIAS TRAVESTIS NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS*

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Engelmann, Discente**, em 14/03/2024, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Luciana De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 14/03/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4450847** e o código CRC **3DD0ED56**.

---

**LARISSA ENGELMANN**

**IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E TRANSEPISTEMOLOGIAS: UMA  
AUTOETNOGRAFIA DE VIVÊNCIAS TRAVESTIS NEGRAS NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como quesito parcial para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social. Área de concentração: Antropologia Social. Orientação: Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias. Coorientação: Profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende

Banca Examinadora:

Professora Dra. Luciana de Oliveira Dias. (orientadora e presidente). (PPGAS-UFG)

Professora Dra. Jaqueline Gomes de Jesus. Titular externa (IFRJ)

Professor Dr. Carlos Eduardo Henning. Titular interno (PPGAS-UFG)

Professor Dr. Alexandre Ferraz Herbetta. Suplente (PPGAS-UFG)

**GOIÂNIA  
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Engelmann, Larissa  
IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E TRANSEPISTEMOLOGIAS:  
UMA AUTOETNOGRAFIA DE VIVÊNCIAS TRAVESTIS NEGRAS NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS [manuscrito] / Larissa  
Engelmann. - 2025.  
CXVIII, 112 f.

Orientador: Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias; co-orientadora  
Dra. Tânia Ferreira Rezende.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em  
Antropologia Social, Goiânia, 2025.

Bibliografia.  
Inclui fotografias, lista de figuras.

1. Autoetnografia. 2. Travestilidades. 3. Educação. 4. Políticas  
Públicas. 5. Universidade. I. Dias, Luciana de Oliveira, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº 001/24-M da sessão de Defesa de Dissertação de **LARISSA ENGELMANN**, que lhe confere o título de Mestre em Antropologia Social, na área de concentração Antropologia Social.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2024, às 14:00 horas, via webconferência, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **LARISSA ENGELMANN**, intitulada *IDENTIDADES, RESISTÊNCIAS E TRANSEPISTEMOLOGIAS: UMA AUTOETNOGRAFIA DE VIVÊNCIAS TRAVESTIS NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS*. A Banca Examinadora foi composta pelas seguintes Professoras Doutoras: Luciana de Oliveira Dias (PPGAS/UFG - presidente); Carlos Eduardo Henning (PPGAS/UFG - membro interno) e Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ - membro externo). A candidata apresentou seu trabalho, foi arguida pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído à mestranda o seguinte resultado: **aprovada**. Reabertos os trabalhos, a presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ela e as demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Luciana De Oliveira Dias, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Henning, Professor do Magistério Superior**, em 01/02/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine Helfst Leicht Collaco, Vice-Coordenadora de Pós-Graduação**, em 05/02/2024, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Engelmann, Discente**, em 14/03/2024, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4324113** e o código CRC **EB3702D0**.

## RESUMO

De início destaque-se que apenas 0,02% da população trans e travesti acessam o ensino superior, segundo a ANTRA (2020). Na Universidade Federal de Goiás (UFG), até 2021, a única menção de política afirmativa para pessoas transgêneros e transexuais foi de “nome social”, em 2014, atualizada em 2023. Apesar da ausência de políticas públicas, algumas pessoas desta população têm acessado essa universidade, por meio das políticas sociais (étnico-raciais) como a Lei de Cotas (lei 12.711/2012), ou ainda, pelo Programa UFGInclui (Resolução Consuni 07/2008). Entretanto não encontram políticas específicas que lhes reconheçam como público-alvo de ações afirmativas, para a promoção de sua humanização, cidadania e permanência, nesse espaço. Nesta pesquisa busquei autoetnografar sobrevivências travestis negras na UFG, a partir de interlocuções coletivas, lutas por políticas públicas e potencialidades transepistêmicas. Ao retomar memórias e narrativas de experiências pessoais e coletivas, como nos ensina Conceição Evaristo (2018) sobre “escrevivência”, através de documentos e registros, desde textuais-gráficos a semióticos, tento produzir uma leitura desses significados mobilizados, que coletivamente afetam as vidas de travestis negras “amefricanas” Lélia Gonzalez (1988), no que se refere às suas sobrevivências em espaços sociais, como na escola, na educação, na UFG.

**Palavras-chave:** Autoetnografia. Travestilidades. Educação. Políticas Públicas. Universidade.

**ABSTRACT:** Initially, it should be noted that only 0,02% of population of trans people and travesti access higher education, according to ANTRA (2020). At Federal University of Goiás (UFG), until 2021, the only mention of affirmative political to transgender and transsexuals people was the “social name”, in 2014, updated in 2023. Despite the absence of public policies, some people of this population have accessed the UFG through social policies (ethnic-racial) as the Quotas Act (lei 12.711/2012), or by UFGInclui Program (Resolução Consuni 07/2008), however, no find specific policies that recognize them as the target group of affirmative actions, to the promotion of its humanization, citizenship, and permanence in this space. In this research I looked to autoethnograph black travestis survival in the UFG, from identity interlocutions, fights by public policies and epistemic potentialities. By resume memories and narratives of personal and collective experiences, like teach us Conceição Evaristo (2018) about “escrevivência”[writing-living], through documents and records, since textual-graphics until semiotics, I sought to produce a reading of these mobilized meanings, that collectively affect black travestis lives “amefricanas” Lélia Gonzalez (1988), with regard to their survival at social spaces, as at school, in the education, at the UFG.

**Keywords:** Autoethnography. Travestility. Education. Public policies. University.

## **LISTA DE FIGURAS**

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: Maré, o Mar Pequeno passando ao fundo da Ilha de São Vicente-SP. _____ | 22 |
| Figura 2: Imagem de Satélite da Ilha de São Vicente-SP. _____                    | 22 |
| Figura 3: Certidão de Nascimento. _____  | 23 |
| Figura 4: Eu e minha mãe. _____  | 25 |
| Figura 5: Imagem de mapa da favela do México-70. _____                           | 27 |
| Figura 6: Os barracos do dique, entrando no mangue. _____                        | 28 |
| Figura 7: Canal do fundo, hoje sem barracos. _____                               | 29 |
| Figura 8: Eu e Mariane Camargo. _____  | 37 |
| Figura 9: Minha saudosa madrinha Roseli, eu e meu irmão Wagner. _____            | 48 |
| Figura 10: Diploma de graduação. _____   | 55 |
| Figura 11: Colação de grau. _____  | 56 |
| Figura 12: Xica Manicongo. _____   | 75 |

## **Agradecimentos**

À minha Madrinha Roseli Santos (em memória) Rosa Preciosa!

e a toda Casa de Caridade Luz do Alvorecer!

À minha mamãe Edna Engelmann, e ao meu pai Ismael Ribeiro Cardoso (em memória)

e minha família!

À minha orientadora profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias

e à minha coorientadora profa. Dra. Tânia Ferreira Rezende.

À Xica Manicongo e toda a minha ancestralidade negra e trans travesti, representada no Coletivo Xica Manicongo-UFG.

À todas as Mulheres. Às que nos legaram a resistência, resistindo.

Aos movimentos sociais e a todes que lutam por algo melhor!

A Jesus Cristo e Às/Aos Orixás!

À Universidade Federal de Goiás e em especial...

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais pela honra do percurso, por cada aprendizado que se segue, pela minha formação como antropóloga!

À CAPES pela bolsa de pesquisa, sem a qual seria impossível este percurso!

E à toda minha rede de apoio, em especial às mulheres, que somaram e seguem somando ao meu percurso trans-formativo!

Gratidão!

## SUMÁRIO:

|  |            |
|--|------------|
| <b>Introdução</b>  | <b>8</b>   |
| <b>CAPÍTULO I - AUTOETNOGRAFIA, SENTIDOS E LEITURAS ANTROPOLÓGICAS</b> | <b>13</b>  |
| <b>MEMORIAL: LARISSA ENGELMANN</b>                                     | <b>20</b>  |
| FAVELA: MINHA ORIGEM   | 20         |
| NASCIMENTO   | 21         |
| DENUNCIÇÃO FAVELADA  | 26         |
| EDUCAÇÃO FORMAL  | 33         |
| RELIGIÃO   | 37         |
| PROSTITUIÇÃO COMPULSÓRIA   | 41         |
| SANTO DAIME  | 45         |
| A UNIVERSIDADE   | 48         |
| <b>CAPÍTULO II - PESQUISA EM TRANSFORMAÇÃO</b>                         | <b>57</b>  |
| UFG E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: PROGRAMA UFGINCLUI & LEI DE COTAS          | 60         |
| TRANSPOTENCIALIDADES: AÇÕES AFIRMATIVAS TRANSFORMADORAS                | 68         |
| COLETIVO XICA MANICONGO-UFG  | 72         |
| 1ª SEMANA DA VISIBILIDADE TRANS E TRAVESTI NA UFG                      | 76         |
| EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL E PROSTITUIÇÃO COMPULSÓRIA              | 79         |
| <b>CAPÍTULO III – NOVAS BASES EPISTEMOLÓGICAS</b>                      | <b>91</b>  |
| A RIQUEZA NA DIVERSIDADE HUMANA E SEUS SIGNIFICADOS                    | 92         |
| O GIRO EPISTEMOLÓGICO-DECOLONIAL NA ANTROPOLOGIA SOCIAL                | 94         |
| <b>Considerações Finais</b>  | <b>100</b> |



## INTRODUÇÃO - DENUNCIÇÃO SITUADA

*“A **escrivência** serve também para as pessoas pensarem”*

*E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Conceição Evaristo (2020).*

Esta dissertação é fruto de uma autoetnografia realizada entre 2022-2024. Nela, tratam-se de experiências situadas de corpos-existências travestis negras, na Universidade Federal de Goiás (UFG). Retomo algumas vivências e sobrevivências, como uma mulher travesti negra, nos espaços de educação por onde passei, e fui sistematicamente expulsa, evadida. Busco fazer uma leitura socioantropológica: a) de alguns significados mobilizados nessas experiências; b) como estes situam – estruturalmente – tais corpos marcados pela transgeneridade e pela negritude, em condições desumanizantes, provocadas pela transfobia e pelo racismo, no Brasil; e c) como persistem no ensino superior, na universidade.

Faço algumas reflexões e problematizações a partir de meu percurso na educação, desde a Educação Básica, até ao acesso ao ensino superior, em 2015, por meio da Lei 12.711/2012, “Lei de Cotas”, bem como meu acesso à Pós-Graduação em 2022, por meio da Instrução Normativa N° 13 de novembro de 2021, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFG, que possibilitou aos Programas de Pós-Graduações, dessa universidade, criarem vagas-extranumerárias para pessoas trans e travestis, em seus processos seletivos, para acesso aos cursos de mestrado e doutorado (stricto sensu).

Eu, autora desse trabalho, sou uma mulher travesti negra favelada, e escrevo com 34 anos de idade, bacharela em Letras: Linguística, pela Faculdade de Letras da UFG (2015-2021), e Mestra em Antropologia Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais, dessa universidade, (2022-2024). Membro do Grupo Transdisciplinar de Estudos Interculturais da Linguagem – OBIAH-UFG (desde 2018); membro do Conselho de Política Linguística da UFG (Reitoria) (2022-2024); também, fundadora e – atualmente – Coordenadora-Geral do Coletivo Xica Manicongo-UFG (2022-2024) – Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da Universidade Federal de Goiás.

Esse texto é sobre Etnopolíticas, Resistências e Transformações Epistemológicas, nele, parto da problematização das políticas públicas, enquanto movimento primário de possibilidade-ação destas transformações. Anterior a elas, antecede a própria Resistência, sendo esta, a força Ancestral que moveu e sempre moverá os movimentos sociais na luta histórica pelos direitos das pessoas negras e contra o racismo, no Brasil, bem como contra

toda forma de opressão, exploração, desumanização e hierarquização colonial, contra toda diversidade orgânica que existe. Lutas estas, que se desdobraram não pacificamente, mas resistentemente, nas políticas de Ações Afirmativas, como constituinte principal de uma série de conquistas dos povos diversos que também lutam, sejam: as mulheres, pessoas negras/es, quilombolas, indígenas, LGTBQIA+, pessoas surdas/es, refugiadas, povos amazônicos, e outras e outros e outres, diversos.

Aqui, faço uso do termo “denúnciação”, ao acrescentar a letra “d”, a princípio, ao conceito de “*enunciação*” (Benveniste, 1970), lançando mão do efeito fonético-fonológico e morfológico-discursivo que a nova palavra-conceito evoca. Por “denúnciação”, compreendo: a ação de enunciar a partir de lócus de fala denunciativos. No decorrer do texto, por conta da instabilidade que a homofonia causa, gerando ambiguidade, ou dúvida, na forma infinitiva, por exemplo, derivada do substantivo “denúncia”, uso o (d) (dessa forma entre parênteses), para superar essa duplicidade semântica, emergível entre “(d) enunciar” e “denunciar”.

A “denúnciação” compreendo ser uma enunciação refletida, produzida por identidades alterizadas, e condensada por uma consciência político e sócio-histórica. Nesta tomada de consciência, tais corpos-existências ao enunciarem tornam suas enunciações (pela interpretação e interpelação dos que dormem, ou fingem dormir, o sono indolente da colonialidade) uma “denúncia histórica”, denúnciação. Esta, se polifonicamente ecoada, pode promover abalos sísmicos nas estruturas coloniais e colonizadas, promovendo o enfrentamento às colonialidades.

Retomo Émile Benveniste (1970) em "Problemas de Linguística Geral II", homem cisgênero, branco europeu-francês, linguista e teórico da enunciação, para tensionar o conceito de “enunciação” circunscrito e/ou situado, a partir das categorias de pessoa, tempo e espaço (*ego, hic, nunc*), e em diálogo com o conceito de “escrevivência” de Conceição Evaristo (2018), autora e pesquisadora mulher negra brasileira, amefricana, nos termos de Lélia Gonzalez (1988), atravessá-los a ambos, em perspectiva transepistemológica, como proposta de esticamento e transbordação epistêmico-conceitual.

Eu aqui e agora me instauro nessa enunciação que promove, por meio da língua em curso, à minha existência, constituída destes “eu’s, lugares e tempos” possíveis nessa narrativa. E se, “cada enunciação é um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. ”, e “ [...] Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-se-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como

um modo de ação. ” (Benveniste. 1989. p. 90), me aproprio dessa língua, que tece essa (d) enunciação, como modo de agir no e sobre o mundo.

A “denúnciação” pode produzir na língua e na linguagem o que Conceição Evaristo conceitua “escrevivência”, que é uma **escrita coletiva** de mulheres negras. Coletiva, porque suas vivências inscritas no texto (seja literário ou de outro tipo, grafado ou oral) lhes são comuns. Coincidem, por coincidirem seus lugares de existência, mulheres negras cisgêneros brasileiras, neste caso. Quando essa denúnciação é inscrita na oralidade, no texto oral (o que deve ocorrer principalmente por meio da narrativa) produzem o que aqui chamarei de “narrativivências”. As narrativivências produzidas por pessoas transgêneros, considerado este marcador situante, tratarei como “transnarrativivências”.

Sobre escrevivências, assinala Conceição Evaristo (2020):

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um **ato de escrita** das mulheres negras, como uma **ação** que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o **corpo-voz** de mulheres negras escravizadas tinha sua **potência de emissão** também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças.

Retomando a denúnciação – para além da enunciação no sentido verbal – seja ela, de base áudio-oral ou ainda espaço-visual (como nas línguas de sinais), esta, não deve ser confundida ou limitada à noção simples de denúncia, de uma reação situada a um fato cotidiano que envolva a necessidade de um registro formal (como um boletim de ocorrência), tal qual. A denúnciação não deve e nem o pode ser confundida com uma “mera denúncia”, pois ela está ligada a uma análise e consciência “macro” das relações, e não se alimenta da percepção ou senso comum, nem das coisas que se apresentam, no imediato – superficial – mas de uma consciência política sócio-histórica neste sujeito (d)enunciador.

Ela versa sobre fatos e questões que se antepõem aos acontecimentos situados no cotidiano, não determinantes, mas que produzem e mantém – sistematicamente – significados e significações que orientam e constituem – estruturalmente – as realidades sociais.

Assim, uma pessoa negra rica intelectualizada – numa sociedade capitalista, exploradora e acentuante dos efeitos da colonização, que tem como premissa o racismo – pode ser assaltada ou roubada por uma outra pessoa negra pobre marginalizada socioeconômica e culturalmente – e prontamente fazer uma denúncia por “furto” (artigo 155, CP), ou “assalto” (artigo 157, CP), em uma delegacia de polícia. Este tipo de “denúncia” não tem, a princípio, a ver com a denúnciação sobre a qual ensaio aqui.

Essa ação de denunciar está relacionada a categorias imediatas, como de tempo (datado e sincrônico); espaço (dividido pelo privado, ou ainda, pela posse) e pessoas (vítima,

ladrão e/ou testemunhas). São noções imediatas e pouco ou nada refletidas, pois são instrumentalizadas pelos discursos de dominação ideológica e de manutenção de estruturas de poder, as quais operam, por meio do Estado, de suas forças de “Segurança Pública”. Não há nisso consciência político-sócio-histórica, mas uma “naturalizada” reação “civil” e “civilizada,” orientada aos cidadãos de uma sociedade hierarquizada, para o exercício de suas cidadanias, seus direitos privados, segurança e integridade física, patrimonial, etc.

As (d)enúncias contidas na denúncia de vozes dissidentes são pluritemporais, versam sobre tempos diferentes (diacronia e sincronia em relação constante), sobre um conhecimento e/ou saber histórico, seja este de cunho acadêmico grafo-centrado, seja compartilhado nos diversos textos orais e visuais, (d)enunciados antes de nós, e que seguem ecoando de diversos cantos do Brasil, e do planeta. Vozes que se alçam nas ruas, favelas, periferias, e outros espaços sociais diversos.

(D)enuncio a partir da dissidência, a fim de borrar qualquer imagem deturpada na linguagem e na interação linguístico-antropológica, como prática idealizada, pacífica e supostamente neutra entre estes “eu, aqui e agora”, para observar em que medida ou como as linguagens e corpos dissidentes, trans e travestis, podem fortalecer as resistências de outros grupos subalternizados, na Educação para a inclusão, e propor transformações possíveis, ao mobilizar conhecimentos científicos úteis e políticos, para promoção da visibilidade e da equidade epistêmica e pedagógica, nestas realidades. Segue Conceição Evaristo:

E se **ontem nem a voz** pertencia às mulheres escravizadas, **hoje a letra, a escrita**, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. [...] E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos”. (Evaristo, 2020, s/p., grifo nosso).

E o faço por meio da narrativa, transescrevivendo e constatando, nela, o enredo antropológico nos significados que nela e dela se podem apreender, acreditando que, ao narrar minha trajetória, trago de mim e por mim mesma, experiências pessoais e coletivas, enunciando-me. Enunciar-se é existir a partir de si mesmo. O faço nesta autoetnografia, para trazer-me à baila, à superfície, de forma a desnudar-se, meu corpo travesti negro, por entre as linhas pretas, que se enredam sobre essas páginas brancas, para desafogar tantas vozes que foram afogadas nos mares da colonização, e que persistem em me sufocar, nas ressacas das colonialidades.

O Oceano Atlântico é uma referência do que se enuncia nesse texto negro. Mas o pensamento é mais expansivo. Se expandir é sinônimo de desabafar, cada vez que produzo

conhecimento, observo, analiso, problematizo, e assim, denuncio as amarras coloniais que persistem e insistem em abafar minha voz e as vozes que coletivamente enunciam comigo, desabafo milhares de vozes, expandindo a descolonização de nossas existências. Desabafo para não morrer, desafogo-me para não perder o fôlego, e não sucumbir a esta tentativa de asfixia sistemática de nossos corpos-existências diversos e plurais. Indigno-me, como uma travesti negra favelada, cidadã brasileira, para não me esquecer que nos roubaram a dignidade. Retomo a palavra.

Minha voz travesti ecoa junto às vozes que (d)enunciaram antes de mim. As vozes abafadas desde África até aqui, e submersas violentamente ao afogamento no Atlântico, reemergem nas superfícies deste texto. Mantenho-me, para resistir à/s colonialidade/s, seus sistemas e pressupostos de valoração baseados na destruição das diferenças, na exaltação ao status de humanidade do colonizador, e na humilhação via desumanização da diversidade de corpos, povos, línguas e culturas que sofreram e sofrem – persistentemente – a violência colonial. Isto nos diversos espaços sociais, inclusive na universidade.

## CAPÍTULO I

### AUTOETNOGRAFIA, SENTIDOS E LEITURAS ANTROPOLÓGICAS

*“Olhos, ouvidos e todos os sentidos atentos, coração pulsando, segue batendo...”*

Retomo essa espécie de epígrafe que introduz o meu Diário de Campo, numa tentativa singela de conceituá-lo (nele mesmo) enquanto um instrumento, e principalmente, um exercício etnográfico de textualização dos fenômenos vivenciados, experienciados e refletidos, nesse corpo sujeito de pesquisa transantropológico. Corpo negro travesti favelado. E o faço, para pensar sobre a apreensão (que não deve ser confundida com prisão) de significados enredados e enredadores que participam na constituição das identidades e diversidades humanas. Os sentidos são bases epistemológicas primárias, para produção do conhecimento e dos saberes. A apreensão do fenômeno antropológico, por meio dos sentidos e das leituras possíveis, é o fundamento epistêmico etnográfico.

A autoetnografia, bem como a etnografia, é corporificada e seus produtos, sendo mais ou menos sistematizados, são resultados de alguma organização entre os feitos e efeitos (de sentido) que se acessam por meio do corpo e sentidos, da linguagem e de um *antropo* situado. Com isso, digo que até o coração recebe efeito do campo de pesquisa, quando na aceleração de suas batidas e pulsações provocadas pela observação e/ou experiência de alguma cena ou fenômeno específico que, sendo humano e da ordem humana, possa lhe valer a afetação. Nisso, talvez, esteja um ponto sensível de alguma absorção possível do etnógrafo e sua ação etnográfica ou autoetnográfica ao fenômeno, processo, enredo, sobre o qual imerge a ler e a descrever. Lê-se o mundo (Freire, 1989), lê-se a escrita, lê-se o fenômeno antropológico.

Lê-se a teoria e, em diálogo com esta, produz-se, soma-se, expande-se, acrescenta-se. Para descolonizar o conhecimento antropológico, devem-se trazer corações pulsantes ou “saberes orgânicos”, nas palavras do Mestre Nêgo Bispo (2021), para e nos textos que se tecem, em direção a uma retomada do corpo – principal episteme – base do conhecimento empírico, da experiência-existência, orgânica e, simbolicamente, situado. Cada linha, como artéria desse organismo, pode pulsar a vida dos significados apreendidos, no tecido socioantropológico, que pulsou e ainda o pulsa por meio de uma ou um antropólogo/a e seu aparato auto-etnográfico textualizado, tecido, a auto-etnografia.

Consenso com a ideia de que não seja só isso, e que há sim diversas outras possibilidades, para além dessa relação de leitura e descrição, ainda que densa, conformada à tentativa de transformar d’algum modo o fenômeno antropológico em um texto auto-

etnográfico, em termos alfa-grafo-numérico-cêntricos, em línguas europeias, problema flagrante para a Antropologia e a Etnografia, pensar e se repensar (Cardoso, 1984). Ou se relega essa ciência ao etnocentrismo que a origina e a estrutura? Uma antropologia decolonial e contracolonial (Bispo, 2021) pode tensionar as bases epistêmicas clássicas que a constitui e propor, no constante exercício antropológico sobre si mesma, outreficar-se, apropriando-se e se assumindo constituída, e em constante constituição, pelas outreidades corpo-epistêmicas que ela mesma – em suas bases – nomeou, descreveu, hierarquizou e sub-categorizou (Castro, 2005).

Sentindo, ouvindo, vendo, falando, interagindo, pude perceber a enredação que vai se dando nas vivências cotidianas da e na universidade, meu campo de formação e de pesquisa. Leio o mundo, leio a escrita, leio as falas, posturas, expressões, ritmos e direções. As ideologias não se escondem aos sentidos, o que ocorre, parece-me, é que – pela força e domínio-ação que algumas exercem – histórico e socialmente se tratando – alguma delas se impõe e são cultivadas como se fossem “naturais”, “dadas”, “bio e lógicas”. Até para se ler ideologias é necessário um letramento político-ideológico.

Este corpo que experiencia a existência travesti negra favelada coincide com a episteme que é mobilizada nesse desvendar (significar) dessas mesmas experiências, não apenas pessoais, ou vividas “individualmente”, mas coletivas, porque são produzidas antropologicamente e compartilhadas por tantas outras identidades-sujeitas travestis negras americanas (Gonzalez, 1988). É falar sobre, quando sobre si mesma, também. Trazer – ao meu texto grafado – experiências corporificadas, porque vividas no corpo, é falar sobre transgeneridade, racialidade, gênero, sexualidade, sociedade de classe, lugares geográficos, ontológicos e políticos, marcados, como “a favela”, minha origem e ponto de partida epistêmica.

Essas experiências são coletivas, compartilhadas por mulheres travestis negras e/ou racializadas e empobrecidas, sobrevivendo nessa América Ladina (Gonzalez, 1988), e à tantas colonialidades que não se escondem à mínima atenção e observação atenta – o que torna tais vivências, em uma armadilha sistêmica, projetada, reforçada e atualizada, como uma espécie de “ratoeira” que se usa para pegar “ratos”, ou a “venenos/inseticidas” para matar insetos, invasores, indesejáveis.

Sobreviver, para muitas de nós, travestis negras, é se expor ao constante perigo de morte, tão eminente, que uma travesti, como eu, a partir das experiências de completa insegurança e instabilidade alimentar, emocional, econômica, de moradia e de uma completa

ausência do Estado, sobrevivendo às noites densas, em situação de prostituição compulsória, aprende a não ter medo, nem de morrer.

Texto cercado pela violência, pela constante expectativa de morte. Escrevo como quem foge, como uma fugitiva, fugitiva da morte, morte certa e por consequência “natural”, por ser quem sou. Sendo quem somos, “assumimos” esse lugar de condenação prévia, estrutural – sem que antes houvesse qualquer chance ou oportunidade de dizermos quem somos e quais significados culturais (não os coloniais) podem ter as nossas existências diversas, enquanto marca da riqueza da diversidade humana.

Pelo contrário, com proveito de nossas ausências e silenciamentos, produzidos, provocados, muitas pessoas cisgêneros fizeram e fazem uso sistêmico disso, desumanizando e destruindo qualquer expectativa de humanização ou humanidade de nossos corpos, e da possibilidade de presença destes, em seus espaços dominados e construídos, sob os critérios da exclusão colonial.

Escrevo, para reagir à esta que, à espreita, obstrui por meio de um conjunto de significados inscritos na cultura brasileira – colonizada euro-judaico-cristã – as possibilidades de vida – e de dignidade humana – de/à pessoas trans e travestis, e porque se discursa contra a minha vida e contra a vida de minhas e meus semelhantes, livre e criminosamente em diversos espaços sociais, inclusive em espaços públicos, como as instituições de Estado, sejam do Executivo, Legislativo e até no Judiciário, nas praças, nas ônibus, na internet, redes sociais, etc.

Um fato histórico que precede, valida e “justifica” essa desumanização, para se atacar e eliminar essa população é o discurso colonial assassino, trazido e imposto forçosa e violentamente nesse território que veio a se tornar o Brasil, ainda no epicentro da colonização, que desde Xica Manicongo (Jesus, 2019) – no final do século XVI – demoniza, criminaliza e ameaça a vida, a dignidade e a humanidade de pessoas transgêneros:

Esse sopro de liberdade encontrado por Xica, entre os becos sujos e casas imundas cheirando a opressão, muito importunava um tal de Matias Moreira, **cristão-velho** que tinha saído de Lisboa, o qual mais de uma vez a interpelou, no meio da rua, para que não usasse mais daquele estilo e passasse a usar “vestido de homem” [...] (Jesus, 2019. p. 252, grifo nosso).

Os “Matias” seguem “denunciando” e ameaçando as filhas de Xica Manicongo, e não abrem mão desse poder de oprimi-las para a mantê-las em lugares subjugados, e terem seus corpos disponíveis para satisfação de suas perturbações sexuais, “inconfessáveis aos santos”. Por isso bradam nos espaços legislativos e outros institucionais, na tentativa de retomar, por meio da religião, o poder de Estado, e imporem suas “verdades”, tão assassinas

quanto eles, nesse Brasil que em 2024 é considerado pelo décimo quinto ano (15º) consecutivo o país que mais mata pessoas transgêneros travestis e transexuais no mundo, segundo a Antra (2024):

O Brasil bateu um triste e alarmante recorde: ser considerado **o país que mais assassina pessoas trans no mundo pelo 15º ano consecutivo**, de acordo com dados da Transgender Europe (TGEU) atualizados em 2023 e obtidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A população trans não pode seguir silenciada diante dessa cruel realidade.

O perfil das vítimas permanece o mesmo, sendo 80% de pessoas trans negras/racializadas, a maioria entre 19 e 25 anos, vivendo publicamente com identidades de gênero femininas — travestis e mulheres trans. De todos os casos com dados de idade disponíveis, três quartos (77%) tinham entre 19 e 40 anos.

A pesquisa também revelou que 46% dos assassinatos relatados foram por armas de fogo, 48% das vítimas atuavam como profissionais do sexo e as ruas continuam sendo o espaço de maior incidência dos assassinatos. (Antra. Bruna Benevides. 2023. s/p.) (<https://catarininas.info/brasil-15-anos-do-topo-do-genocidio-trans/>)

Como, em termos mais objetivos, não há neutralidade científica, as Ciências – sejam de quais “naturezas” forem – não são, por si só, neutras, nem livres, tão pouco preservadas dos interesses “humanos”, explícitos e/ou implícitos, via dominação religiosa e política, bem como epistêmica, no racismo, no ódio ao pobre, e todos os discursos de ódio dessa malha significante colonial e colonizadora.

É preciso tensionar o que foi produzido, calcado na ausência provocada desses corpos diversos que dantes não podiam nem falar, tão pouco eram considerados humanos, como os negros e negras, animalizados e vendidos como animais domésticos – oficialmente até 1888 – anunciados como mercadorias em jornais e classificados como o foram até então. Os discursos de ódio e de hierarquização entre seres humanos e suas relações devem ser problematizados, quanto aos seus propósitos e seus desserviços à sociedade, sendo, esta, democrática de direito e plural (Constituição Federal, 1988).

Algumas pessoas, mesmo estando próximas fisicamente à fonte enunciativa, da voz que fala e – mesmo sendo falante da mesma língua, como primeira língua ou mesmo segunda ou terceira língua, não podem lidar com os significados que emergem na (d)enunciação de corpos outreificados pela colonização, porque resistem àquilo que se fala, e assim, distorcem. Das formas, com todas as suas variações e variáveis, aos conteúdos (significados), eis um mar de flagrantes possibilidades e contradições numa cultura forjada, na língua, na linguagem e suas produções.

Percebe-se, nesse enredo, alguns aspectos – flagrantemente – capturáveis, do verbo capturar, enquanto “conseguir reaver; apreender”, aquilo que escapa à simples consciência cotidiana, mas que fundamenta ações e movimentos, práticas e posturas, para manutenção ou transformação das realidades materiais, humanas. Este enredo produzido pela

colonização do ocidente (séc. VX-XIX) se reflete nas colonialidades presentes nas sociedades colonizadas. A África e seus filhos e filhas e filhas não foram amaldiçoados por “Deus”, como narram em seu livro mitológico, o colonizador europeu branco e judaico-cristão foi que a invadiu, sequestrou-a, estuprou suas filhas e filhos e as e os escravizou por mais de três séculos, nessa terra também invadida, originalmente, chamada Pindorama.

Esmiuçar e revelar essas costuras, nós e desenhos-imagens que este enredo produz, dirige e reforça é ação primeira e necessária, para se pensar políticas públicas que ensaiem gerar e produzir algum equilíbrio nas tramas sociais que se escancaram, opondo-se a tudo o que basicamente significam o Estado Democrático de Direito e seus fundamentos constitucionais, como a dignidade humana (C.F. 1988). As misérias, violências, o ódio e tudo quanto depõe contra a condição de ser humano de milhões ou talvez bilhões de pessoas no planeta Terra, tal como se experienciam as sociedades, principalmente do Sul Global, entre os séculos XVI e XXI, foram enredadas nesse processo de colonização euro-judaico-cristã.

É a partir das vozes alterizadas – erguidas coletivamente – que se pode produzir novos significados, pondo-os em conflito com esses que se flagram (com alguma leitura mais atenta e sistematizada dessas colonialidades inscritas) nas realidades subalternizadas. Se a política pública viabiliza desenhar outras narrativas e enredos a essas populações, grupos e comunidades minorizadas, e a universidade se ausenta, silencia-se, através de seus representantes, de seu corpo institucional, sobre a ausências destas políticas públicas específicas, ela reafirma o quadro de horrores cultivado e, cotidianamente, operado e deflagrado contra pessoas trans e travestis negras, nos demais espaços sociais brasileiros.

Resta – no sentido mais elevado da palavra – a uma sociedade democrática de direito, a um povo diverso, que se orgulhe de si mesmo em sua própria diversidade e diferenças; a todo ser humano que se reconheça humano na própria relação humana que o constitui com o outro, sermos antitransfóbicos, bem como se opor a qualquer discurso de ódio que subtraia de um ser humano, cidadã/ão, a sua dignidade. No século XXI, a transgeneridade pode ser considerada a linha tênue que perpassa um tensionamento dessa desumanidade constituída no Ocidente, por força da colonização, para se pensar ou ainda se repensar o direito à humanidade, à cidadania (Jesus, 2019).

Jaqueline Gomes de Jesus (2019) nos enriquece em sua retomada histórica da reexistência-denúnciação de Xica Manicongo no século XVI, sequestrada do Congo, trazida e escravizada aqui no Brasil, na cidade de Salvador, por mãos de europeus judaico-cristãos

brancos e “aqui” constrangida, perseguida, tensionada, e ameaçada de morte por carbonização, queimada na fogueira:

O código penal vigente à época era as Ordenações Manuelinas, que equiparavam a sodomia ao crime de lesa-majestade. A pessoa considerada culpada deveria ser **queimada viva**, em um auto de fé em praça pública, ter seus **bens confiscados** pela Igreja Católica e a **infâmia** lançada sobre os seus descendentes até a terceira geração. (Jesus, 2019, p. 253, grifo nosso).

Em Xica redescobre-se, retoma-se e se reivindica a historicidade destas existências, mas também se (d)enuncia que é histórico os “resquícios de crueldade” com que seguem nos matando todos os dias, isso se pensarmos só nas Américas, epicentro da colonização. É histórico o quanto e as formas com as quais a sociedade colonizada espreita estas existências e – a qualquer possibilidade – corporificam suas intenções de ódio mais cruéis, com chutes, socos, facadas, pauladas, tiros, e quando “menos”, as piores humilhações e constrangimentos humanos possíveis, com gritos em vias públicas, gargalhadas, e toda espécie de postura e práticas de deboche e de desfeita a tais existências:

Acordo lendo Iêda Figueiró de Oliveira (2021) e encontro, ainda na página 62, uma espécie de paradoxo, de um lado uma narrativa registrada por e-mail, onde uma tia sua enuncia “aprendendo a ser infinitas juntas” - do outro, nesse mesmo período, por estar vivendo e experienciando sua identidade (sempre enquanto experiência) vê pessoas nas ruas lhe constrangendo com “**sinal da cruz**” e comentários do tipo “que porra é essa?”. (Diário de campo. 31/12/2022).

Existe um constrangimento imposto a transgeneridade. O “**sinal da cruz**” é algo mais marcado, sabemos a fonte disso e historicamente recuperamos a “Santa Inquisição” de que trata também Oliveira (2021) em sua dissertação. Este símbolo, em tempos passados poderia ser uma primeira ação para o desencadeamento de um processo inquisitório, e por fim uma condenação e execução de uma pessoa humana em praça pública, queimada viva.

Nesse lugar histórico do qual enunciamos não há mais a “Inquisição” como havia, com poderes de Estado, quando os cristãos dispunham da vida do outro, da honra, da economia, da memória. Mas os símbolos permanecem e eles carregam em si e constituem nas pessoas seus significados compartilhados: abominação, aberração, maldição, imundícia, demônio, etc. são sentidos e sentimentos que são atribuídos a nós, a nossas existências. Hoje como não podem mais nos condenar judicialmente e legalmente, esforçam-se por produzir esses sentidos no campo do discurso, nas relações sociais e semióticas que estas mobilizam.

É histórico pois, desde as nossas ancestrais, espreitam nossos corpos, corpos queimáveis e isso se atualiza em recente caso, quando uma de nós, travesti, foi deixada, abandonada em meio a um incêndio, em São Paulo–SP, numa clínica de cirurgia estética, para

morrer carbonizada. Corpos matáveis, corpos carbonizáveis. Conforme noticiado pelo canal de TV aberta, SBT, em vídeo postado no youtube, conforme link:

< [Morre mulher trans abandonada inconsciente durante incêndio em clínica | Primeiro Impacto \(22/02/21\)](#) >

À sociedade civil, humana e humanizada é necessário se permitir ao constrangimento de – ao estar se caminhando como se está – refletir sobre e se autorrefletir, criticamente. Ir, mesmo, à raiz e entender d’onde vem, como vem, a que vem, para quê, e como se pode – a partir do tensionamento – “de baixo para cima” – transformar as realidades construídas. Não são dadas, tão pouco eternas, têm suas raízes, são cultivadas com sementes históricas. Semeemos outras. É um trabalho de formiguinhas, e oxalá aprendêssemos com elas. Uma carga até ali, traz até aqui, e outra segue para acolá, até ali, acolá, de cá para lá. A soma do trabalho de todas elas, numa colônia, é, resulta na garantia do alimento e sobrevivência daquela comunidade.

A educação é um/o lugar-possibilidade de construção de outras escrevivências. Tendo minha vida transformada pela educação, transescrevivo para transformação social e promoção da vida e da dignidade humana para todas, todos e todes, contra a todo discurso de ódio, de abominação, ou quaisquer sentimentos destes nocivos a qualquer sociedade diversa.

Construir, produzir e fortalecer as diversidades por meio da educação, da ciência e da pesquisa é um caminho-possibilidade, para se afirmar as diferenças que marcam a riqueza de toda a diversidade humana, contrapondo-se a estes lugares de significação produzidos a partir das ações desumanizantes, operadas nas colonialidades. Transformações nessas relações se fazem necessárias e urgentes. As diferenças não podem e nem devem seguir sendo marcadores imediatos de exclusão, e de desumanização.

O esforço é sempre a reafirmação daqueles que lutam e desejam com pequenos gestos transformadores respeitar e, principalmente assim, promover o respeito mútuo entre todes, todas e todos. A atenção, o ouvir, a escuta de demanda, escuta das vozes, estruturalmente silenciadas, é base postural decolonial, sem a mínima necessidade que se conheça essa palavra-conceito, em termos acadêmicos. A decolonialidade pode estar sendo promovida na praça, num olhar, num balançar da cabeça, num sinal de respeito, de atenção humana que se dê, que se acene a uma pessoa trans travesti, por exemplo.

Certa feita, uma senhora, de idade avançada, idosa, com uma bíblia na mão, dentro de uma farmácia, aproximou-se de mim na fila, e perguntou, como em um cumprimento “tudo bem, minha filha?”. Ao que lhe respondi “sim, senhora!”. Em uma situação simples como essa, penso que ela teria duas “justificativas”, para não me

cumprimentar, ou mesmo se “equivocar” e dizer “meu filh-o”, percebendo que se tratava de uma travesti. A primeira é a religião, a bíblia, enquanto símbolo principal de fé dos judaico-cristãos, a segunda, seria etária/geracional, por ser idosa, uma senhora, que viveu “tempos mais conservadores”, poderia justificar o tratamento equivocado, mas não, essa senhora me reconheceu “minha filha”, ela enunciou na linguagem a minha existência. A decolonialidade ressoa em um “bom-dia”, num “obrigado, senhora!”, como o ouvi esses dias, de um moço jovem, com uma performatividade dita “masculina”, héteronormativa, ao me atender numa loja de informática. E é esse movimento que faz a gira girar, a decolonialidade expandir.

É uma postura política, e a política é algo que inspira. Tomar consciência de mim mesma enquanto ser político, cidadã de direito é uma das maiores contribuições que a universidade me proporcionou e segue proporcionando no meu percurso formativo, e isso não é e nem está dado. Enquanto instituição humana é também lugar de diversidade de pensamentos. Ser uma cientista das humanidades em formação com certeza tem influência sobre esse processo que vivo constantemente de empoderamento de minha própria humanidade e cidadania, e da humanidade e cidadania de todes!

Na universidade aprendo não só que devo ser respeitada, mas que também devo aprender a respeitar, respeitar a todes! Respeitar a cada um em suas particularidades que lhes constituem. Talvez esse tenha sido o principal aprendizado que tive em minha pesquisa de graduação sobre estudantes indígenas na universidade, o de se deslocar de si mesma num movimento Alter-Ativista, nessa perspectiva de ativismo com/pelo outro e pela alteridade que me é constitutiva, também, e para descolonização das nossas experiências-vidas. Retomo em Diário:

Nossas ancestrais se alegram hoje, a voz que ecoava todo ódio colonial se calou e quem a cala são os diversos povos e línguas e cores, e diversidades que formam o povo brasileiro. É para que todes voltem a ser humanizadas, depois de quatro anos de total insegurança e descumprimento constitucional, de atentados contra a humanidade alterizada, seguiremos erguendo nossas vozes. Na pesquisa, nos estudos, em casa, nas ruas em todo lugar. Onde houver um “outro” sendo oprimido, haverá vozes alterativistas na luta.

“A alma do Brasil é a diversidade!” (Lula, 2023) (Diário de campo. 1/1/2023).

## **MEMORIAL: LARISSA ENGELMANN/2023**

### **1. A FAVELA: MINHA ORIGEM**

Vou contar a minha...

Daria um filme,  
Uma negra,  
E uma criança nos braços,  
Solitária na floresta,  
De concreto e aço,

[...]

Família brasileira,  
Dois contra o mundo,  
Mãe solteira,  
De um promissor,  
Vagabundo,

Luz,  
Câmera e ação  
[...]

(Trechos da música “Negro Drama”, do grupo Racionais’Mcs, 2002)

## **NASCIMENTO**

No dia 25 de maio de 1989, às 8h. da manhã, na avenida ou rua “Mecanizada”, que veio a se tornar avenida “Brasil”, ou “dique da Brasil”, um dos diques da favela do México-70, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo – conforme consta no meu primeiro Registro de Nascimento – eu “vim ao mundo”. “O bolinha veio ao mundo” disse meu primo, Cacaio, ao ver um neném “gordinho”, conforme conta minha mãe. Meu nascimento foi improvisado pelas minhas tias, as irmãs de minha mãe. Minha mãe me pariu no barraco de minha tia Eliete, onde morava de favor, desde a chegada de Salvador-Bahia, de onde viera e vieram – também – meus tios, minhas tias e alguns primos e primas mais velhas que nasceram lá.

Naquela época, a favela não era “acessível” às instituições públicas, não entravam nem ambulâncias naquele dique e nem a imprensa, jornalistas tinham medo de entrar na “famosa favela do México-70”. Mesmo possível – fisicamente falando – a ambulância (serviço de saúde e de emergência) se recusava a entrar lá, na parte mais profunda da favela, onde passa a avenida Brasil, até hoje não completamente asfaltada (2023), estando em fase de asfaltamento e manutenção - parte já asfaltada e outra sendo preparada para ser asfaltada.

Não tinha serviço de água (saneamento básico), nem sistema de tratamento de esgoto, e nem energia elétrica. Tudo era “puxado” das ruas mais “de cima”, de forma “ilegal” de acordo com as necessidades básicas dos e das faveladas. Necessidades estas, que o Estado não lhes garantia e nem garante, ainda hoje, a muitas famílias que vivem, tanto na favela do México-70, como em tantas outras favelas e periferias do Brasil.

Havia, e ainda hoje há, uma narrativa criminalizante da favela, e até o poder público se negava ao esforço mínimo por garantir direitos fundamentais àquelas pessoas, das quais minha mãe, prenha de 9 meses, fazia parte, sendo uma favelada, recém advinda da favela de São Caetano, da periferia da capital baiana. Sendo assim, eu nasci em casa, no

barraco de minha tia, a menos de 2 metros do Mangue e das águas salinas da Maré, que tem no extremo Sudeste da Ilha de São Vicente. Mangue este ocupado pelos e pelas faveladas que deu e dá lugar – até hoje – à “Favela do 70”.

**Figura 1.** Maré, o Mar Pequeno passando ao fundo da Ilha de São Vicente-SP.



**Fonte:** br.pinterest.com (foto de [Thiago Silva](#))

Abaixo uma imagem de satélite da Ilha de São Vicente-SP:

**Figura 2.** Imagem de Satélite da Ilha de São Vicente-SP.



**Figura 5:** Imagem de satélite da Ilha de São Vicente e arredores com marcação de áreas de moradias sem saneamento básico (amarelo) e áreas portuárias (laranja).

**Fonte:** Rede BRASPOR. (2019).

Vieram as dores de parto de minha mãe, a bolsa estourou e vieram as contrações, era de manhã e não tinha tempo para ir ao hospital (ao hospital São José, onde havia a única maternidade pública da cidade), só poderia ser de ônibus, os taxis também não entravam na favela. Eu tinha que nascer na favela, num barraco de madeira, caibros e madeirites, lonas e todo tipo de material comum, simples que se transformava pelas mãos, força e resistência do povo favelado, em lares – em cima da maré que passa ao fundo da ilha – onde os e as ocuparam, ocupavam, e iam chegando, cada vez mais. Nordestinas, nordestinos e nortistas, para tentar a vida em São Paulo, na capital, ou outra cidade do estado paulista, como na região da Baixada Santista-SP. Era maio de 1989.

Fui registrada alguns meses depois. Dois equívocos se deram a priori por parte do Estado, no cartório, e o terceiro se “detectaria”, mais precisamente quando eu tinha 14 anos de idade. O primeiro foi a minha cor – raça/racialidade – fui registrada como “branco”, todavia, sou negra. O segundo foi a grafia de meu sobrenome, que é “Engelmann” (com a letra “n” logo após a letra “E”) e grafaram “Eugelmann” (com a letra “u”, após o “E”, ao invés do “n”, que seria corretamente grafado).

O terceiro se refere ao sexo, “sexo masculino”, o que foi devidamente corrigido, quando na retificação de meus documentos, onde também se corrigiu e se atualizou: sexo feminino. Larissa Engelmann, negra, sexo feminino. Equívocos produzidos pelo “reconhecimento” do Estado, ou ainda por suas formas de “reconhecer”, de atribuir significados sociais aos seres humanos. Abaixo trago imagem de meu Registro Civil de Nascimento original, datado de novembro de 1989, mês em que fui registrada pela minha mãe.

**Figura 3.** Certidão de Nascimento



**Fonte:** arquivo pessoal da pesquisadora

Minha mãe, uma mulher negra parda baiana pobre e favelada, desde seu nascimento. Tinha 19 anos, quando eu nasci, “primeiro filho”. Com todas as dificuldades que se possam inferir sistemática e sociologicamente, sobre ser uma mulher negra pobre migrante nordestina mãe solo e favelada, depois de alguns anos ela conseguiu comprar um “pedaço de lama”, “terreninho” na favela. Eu sou da primeira geração nascida no estado de São Paulo. Na cidade de São Vicente. A partir de mim, praticamente todas e todos meus primos são paulistas, por nascimento. Calungas ou Vicentinos, e hoje, talvez, já de outras cidades da Baixada Santista. Mas nossa origem imediata é Salvador – Bahia. Baianas e baianos. Temos “baianagem”, nas veias e na identidade.

Meu pai “de criação” era um homem branco mineiro pobre rural, favelado e não alfabetizado. Por estar assim, situado, que provavelmente não teve acesso à alfabetização. Tinha idade já avançada, quando eu era ainda criança. Era nascido de 1926, conforme seus documentos. O nome de meu pai, para efeitos de afirmação, é Ismael Ribeiro Cardoso. Não foi meu pai no Registro de Nascimento, mas foi na vida. Meu pai. Minha mãe já veio grávida de mim, da Bahia. Meu pai chegou e a conheceu quando eu tinha apenas 6 meses de vida.

**Figura 4:** Eu e minha mãe



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, São Vicente - SP (1991)

Me lembro que quando criança eu nunca fui ao dentista. Eu nunca tive acesso à saúde bucal e odontológica. Aprendi algo sobre isso com umas jovens, possivelmente, estudantes de odontologia que iam às escolas da favela ensinar as crianças a escovar adequadamente os dentes e, algumas vezes, davam “flúor” para enxaguarmos a boca. Fui a primeira vez ao dentista quando eu tinha já 20 anos de idade. Desempregada claro, e sendo uma travesti favelada, acessei ao serviço de saúde bucal pela primeira vez com alguma grana que ganhava me prostituindo – compulsoriamente – no centro da cidade de Santos-SP, naquela época.

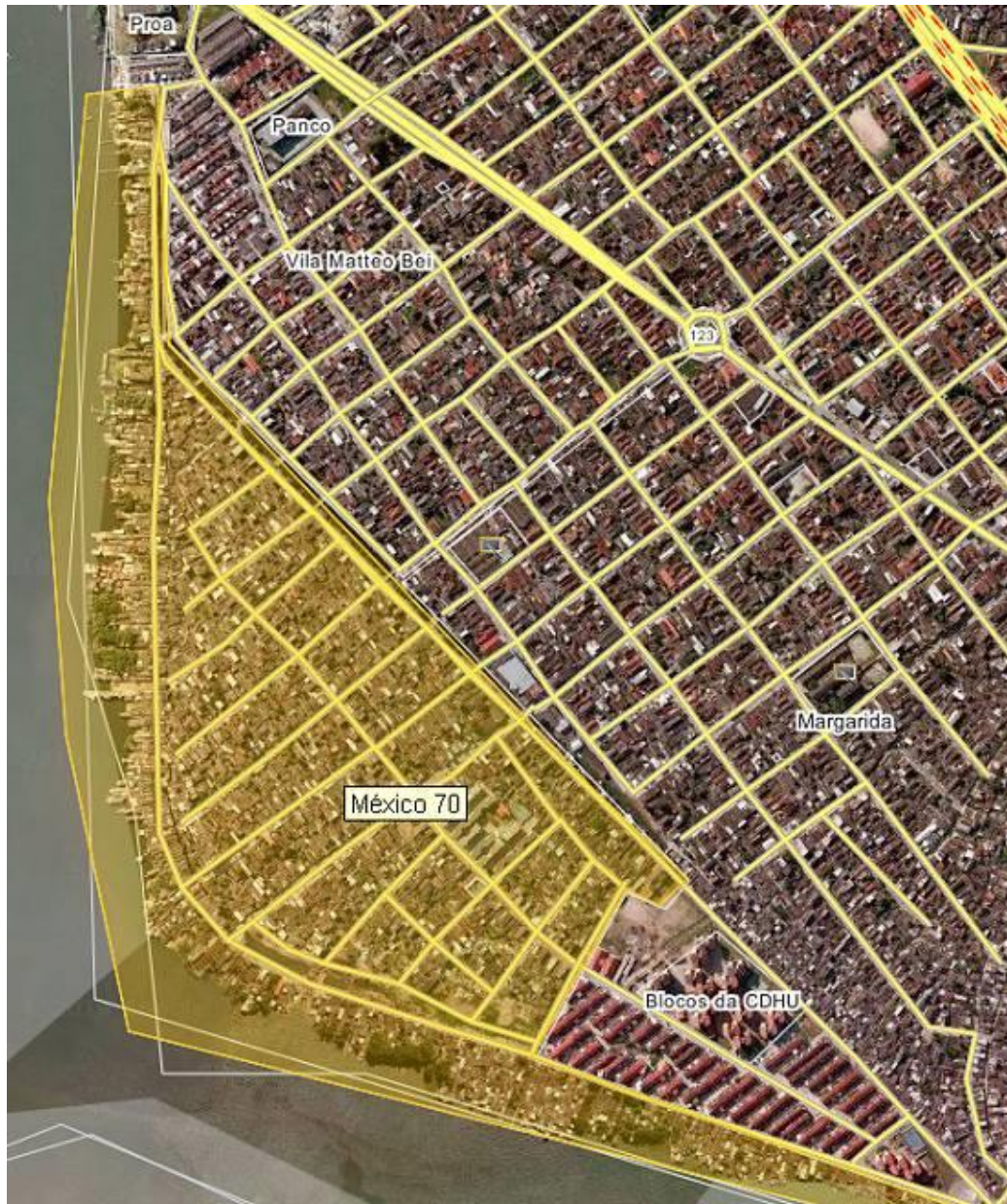
Lembro que nessa ocasião eu andava ganhando algum dinheiro a mais, talvez por estar na flor da idade e resolvi pagar tratamento e consultas para a minha irmã, 2 anos mais nova que eu, nascida depois de mim. Ela tinha 18 anos e ficou encantada, pois também, aos 18 anos de idade nunca tinha ido a um/a dentista. Paguei as consultas e ela cuidou dos dentes. Coisas básicas. Limpezas, remoção de tártaros, exame para ver se precisava de ponte, obturações etc.

Nem dentista, nem psicólogo. Minha primeira vez sendo atendida por uma psicóloga foi aqui mesmo na Universidade Federal de Goiás, eu já tinha 27 anos. Só com 27 anos acessei a uma consulta, serviço e tratamento de saúde mental. Eu venho da miséria. Não da miséria espiritual, mas da miséria produzida pelos homens brancos euro-cristãos colonizadores, pela colonização. Miséria enquanto colonialidade presente, atualizada, mantida e persistente.

## **DENUNCIÇÃO FAVELADA**

Eu recebi seu tic,  
Quer dizer kit,  
De esgoto a céu aberto,  
E parede madeirite  
(“Negro Drama”, do grupo Racionais’Mcs, 2002)

**Figura 5.** Imagem de mapa da favela do México-70



Fonte: <https://www.novomilenio.inf.br/sv/svbucleo23.htm>

**Figura 6.** Os barracos do dique, entrando no mangue.



**Fonte:** <https://www.novomilenio.inf.br/sv/svbnucléo23.htm> (2006)

Faveladas e favelados crescem cultivando outros sentidos em disputa a esses significados “do senso comum”, ou midiáticos-sensacionalistas e neocolonialistas que se emitiam/reproduziam, e ainda se reproduzem, sobre a favela e seus moradores, sobre estas identidades relacionadas a esse lugar geo-onto-político e epistêmico. Pensando na teoria da enunciação, segundo Émile Benveniste (1976), a favela era o nosso “aqui”, situado num tempo “agora” em que vivíamos – década de 80 e 90 – logo ser “favelado/a” era ser “daqui”, ser da favela. Era/é não ser do centro, tão pouco ser morador/a da orla da praia, mas da favela. “Aqui eu nasci e fui criada ou criado”, por isso a expressão “cria da favela”.

Retomo-a, para pensar esses encontros, estes pontos de contato existentes entre as diferenças e os e as diferentes, no lastro campo da diversidade sociocultural brasileira e humana, pois é a partir dela que me enuncio favelada e me afirmo uma travesti – por força de resistência – em meio aos significados que a constituem. A favela é meu território, “meu lugar”, e me constituo nela, corpo-território-favelado. Já pediam os funkeiros Cidinho e Doca em 1994 no “Rap da felicidade”: Eu só quero é ser feliz/ andar tranquilamente na favela onde eu nasci/ e poder me orgulhar/ e ter a consciência que o pobre tem seu lugar.

Cresci na favela, na rua Alcides Alves de Carvalho, no beco, o último beco antes do canal, o beco do ponto final, o qual veio a se tornar o ponto final dos ônibus 9 e do 10

(Circular). Último beco à esquerda, sentido canal e maré, este que hoje virou a rua do canal, a rua do lado de cá (sentido insular) do canal, com calçada e tudo. Na foto abaixo se vê tal canal, da rua 8 em direção à Alcides, o lado em direção insular é o direito da imagem, e o lado em direção à Maré é o esquerdo. Todo esse canal era coberto/ocupado por barracos, e essas ruas não existiam, até pelo menos 2004-2005.

**Figura 7.** Canal do fundo, hoje sem barracos.



**Fonte:** peabirucalunga.blogspot.com

Eram só uma montoeira de barracos em cima do canal, da lama, dos caranguejos, das marias mulatas. No beco, moravam nordestinos e nortistas, gentes de diversos estados, origens, culturas, mas percebia uma ligação entre todas essas pessoas, uma espécie de “interlocação identitária”, pontos de contato, de encontro, confluências em suas identidades. Estar na favela, talvez, era um ponto de identificação geo-onto-política que nos ligava: baianas e baianos, cearenses, pernambucanas e pernambucanos, paraibanas e paraibanos, sergipanas e sergipanos, alagoanas e alagoanos, potiguaras, paraenses, maranhenses, etc.

Algumas coisas trago de memória, como posturas e atitudes que me constituem: o respeito às e aos mais velhos e mais velhas; o guardar-segredo do que se ouve; “não comentar”, e a alegria de se viver, como resistência à tristeza imposta às e aos oprimidos.

Retomar afetos, alegrias, sentidos e significados humanos que se perderam no processo de escravização colonial judaico-cristã é, epistemologicamente, vital para se perdurar a vida nas favelas, nos morros e periferias do Brasil. Acessar direitos humanos básicos negados por todas as instâncias sociais que foram constituindo esse Brasil,

colonizado, é, em princípio, resistência – organicamente corporificada – pelo “simples” pulsar de vida.

Reparava muito nos mais velhos, nas conversas, posturas. Nas reuniões das mulheres, que iam fazendo as unhas, no beco, sentadas em banquinhos ou cadeiras, nas portas de suas casas, ou juntas todas na porta de alguma, ou de nenhuma, simplesmente no beco. O beco era à margem do canal, do último canal do México-70. O canal da Brasil, ou canal do dique. Tinham muitas “Marias”, “seus Zés”, “seus Antônio”. “Dona Maria do seu Zé”, eram assim identificadas as “donas Marias”, elas eram de algum homem, e os “seus Zés” de alguma “Maria”. Havia certas confluências nesse aspecto cultural do dizer, pelos dizeres e falares que d’alguma maneira se encontravam na favela, nortistas e nordestinos, brasileiras e brasileiros, gente favelada.

Nesse beco onde eu fui criada, fui muito feliz. Tive amigos, amigas, no beco e também da escola, e da rua, da mesma região dentro da favela. Tinham as e os da minha idade, de menor idade, e maiores, e as mais velhas e mais velhos. Eu tive meus amiguinhos meninos e também meninas, mas por questões de gênero e de classificação, até então, dada no nascimento, acho que tive mais amigos meninos, mas sempre estava mais perto das meninas, quanto mais crescia.

Joguei bola (futebol) bem pouco, achava forte e meio violento, não gostava muito, mas gostava de brincar um pouco com a bola. De chutar, brincar de passe, golzinho. Nesses dias mesmo estive lá em São Vicente-SP e fui para a praia, lá brinquei um pouco de bola. Gostava de jogar Pião, rodar. Jogava bolinha de gude, às vezes, tampinhas, brincava de pega-pega, sempre corri muito bem. A altura, pernas grandes e corpo magro, acho que ajudavam. Brincava de esconde-esconde, mana-mula, verdade ou desafio, etc.

Assistia Pokémon, Cavaleiro dos Zodíacos. Eu fui uma criança relativamente feliz, não fosse a transfobia que já me instava, circundava e ameaçava, cada vez que, sendo autenticamente eu mesma, expressava feminilidade, e já me violentavam simbolicamente à medida em que eu ia crescendo e ia ficando “menos criança”, o que já não justificaria mais a defesa da minha inocência, pelo contrário, ia se acentuando, apontando-se cada vez mais “os defeitos”, ou “O Defeito”, a “imoralidade” de ser uma criança feminina, tendo sido “dada” como criança do sexo masculino, no nascimento.

Crescer para mim teve esse gosto de entender que, quanto menos eu fosse criança, mais coragem as pessoas teriam de me machucar e de expressar todos estes atravessamentos,

os quais lhes constituem e lhes orientam quanto à quais “tipos de pessoas” são dignas de seus afetos, respeito, humanização.

Ia para as praias com os “muleques”, para o Horto de São Vicente, para a praia da Biquinha, do Itararé, do Gonzaguinha, Praia das Vacas, para as praias de Praia Grande-SP (que historicamente fora parte de São Vicente, sendo Estância Balneária de São Vicente) de ônibus, de carona. Na volta, nós passávamos por de baixo da catraca, ou pedia carona “pro motóira”, o motorista e – quando dávamos sorte – ele abria a porta de trás, para nós entrarmos. E assim voltávamos para a favela, depois de nossas aventuras, vividas, entre São Vicente, Praia Grande e Santos (SP), um pedaço da Baixada Santista - São Paulo.

Trago abaixo um trecho do meu Diário de Campo sobre a favela e a minha família:

Cheguei aqui ontem, na favela, no México-70. Estou no seio da minha família, com os meus irmãos e irmãs, mãe e todos. Existe, de alguma espécie, uma relação orgânica entre mim e esse coração de mim “fora de mim” que pulsa, vivo, aqui na favela, minha família. Essa teia de sentidos interligados que participa e coproduz no epicentro da constituição de nossas identidades, ou pelo menos assim percebo, sempre que imersa na convivência familiar, que, e o quanto, me constituo dessas vozes-corpos-textos-família. (Diário de campo, Favela de México - 70, 2023).

Hoje – aos 33 anos de idade – ter uma relação bem mais segura, pro-afetiva e florescida, com minha mãe e família sanguínea é algo que torna a minha formação, e tudo que a envolve, a minha vida, mais possível e saudável, bem como – epistemicamente – fundamentada e produtiva.

Ouçõ o som do carro do gás passando, e isso me remete a mim mesma. A minha infância, ao meu território. Corpo-favela-território. Este lugar a partir do qual minha corporalidade se constitui, corpo favelado. Esse povo que faz o México-70 existir e resistir há tantas décadas. Os/as filhos/as dos/as filhos/as dos/das negros/as. Os/as filhos/as dos/as filhos/as de nordestinas/os, nortistas e de tantas outras territorialidades dissidentes, que desembocam no ser favelada/o, o que se constitui na favela e com a favela. Entre becos, ruas, vielas, canais, valas, maré e praia. A favela do México-70 está no coração da Mata Atlântica, ainda que, talvez, pouco se tenha consciência político-ambiental, sobre tudo que envolve essa territorialidade.

Existe um déficit programado, que se baseia na negação da existência por meio da negação do saber e ao saber, do empoderar-se de si mesmo, enquanto corpos territorializados, marcados pela resistência de nossos antepassados, que – uma vez – libertos da escravização que lhes acometeu por mãos brancas cristãs colonizadoras, viram-se dispersos e “sem lugar”.

Somos filhas e filhos das e dos calungas. A favela é o lugar dos “sem-lugares”. É um não lugar que se faz lugar, para aquelas e aqueles às quais são negadas quaisquer possibilidades de pertencimento, nos diversos espaços e ambientes sociais. Às/aos filhas/os das/dos filhas/os das/dos faveladas/os restou e ainda resta um caminho perecido com o que Mel Duarte, artista marginal mulher-negra (d)enuncia em seu poema “Minha condição”: escrevo, pois, cada palavra é um atestado da minha condição poeta e sendo poeta, ainda miúda que sou escrevo porque a palavra é o que me resta”.

A denúncia das vozes faveladas, possibilitada por meio de uma educação libertadora, aponta a um caminho para a transformação das realidades sociais, historicamente – produzidas – destas e destes aos e às quais Freire (1996) em “Pedagogia da Autonomia” enuncia “condenados da terra, [...] excluídos”. Só se poderá duvidar da potência da educação para a transformação das realidades, por mais “infelizes” que estejam, quando e aquelas e aqueles que ainda não tenha encontrado tal tesouro, a Educação, e dela não tenha extraído tamanho esperarçar.

A esperança que não é espera passiva, mas se materializa nas práticas, ações cotidianas e pedagógicas do aprender e ensinar, do ensino-aprendizagem, na escola e espaços formais ou ainda em qualquer lugar, onde e quando se aprenda e se ensine, onde aconteça a educação. Os homens se educam, são históricos, sociais e inacabados, e em constante constituição de suas humanidades. A humanidade não é dada, nem acabada, mas produzida pela própria humanidade que a transmite às suas gerações.

Se é a palavra que resta a um corpo negro travesti – refino-a, aprimoro-a e vou buscando dominá-la, retomo por meio da enunciação em (dis)curso, trans-formada em denúncia histórica, nesse lugar que recrio e de onde posso enunciar-me, a partir de uma nova condição histórica, ser uma universitária, uma pesquisadora, linguista, antropóloga, educadora, em constante formação.

Deslocando-me da imagem (mítica ou mitificada), ideia e discurso que criaram a nosso respeito, de nós pessoas trans e travestis negras, racializadas, negrificadas, humanizome e pontuo o potencial epistemológico, por meio da minha experiência corpo existência travesti, o qual se faz textos e produz significação. Teço com essa língua, a mim imposta, a denúncia dessa imposição e das demais violências impetradas na colonização, e perpetuadas pelas colonialidades.

(D)enuncio, para evidenciar a diferença entre o “falar sobre” lugar/es e o “falar de/a partir do/s lugar/es”, porque muitos títulos, bens materiais, prestígios e manutenção dos

privilégios cisgêneros — em detrimento de quaisquer possibilidades para as corpos transvestigêneres — com trabalhos e pesquisas sobre gênero e transgeneridades, foram e seguem sendo obtidos, entregues, comemorados, sob a égide sistêmica da ausência trans travesti, produzida e mantida – sistematicamente. A ausência de políticas públicas de inclusão e de permanência para essa população, no âmbito da Educação, da Ciência, do acesso ao conhecimento é denunciante, por si só, desta desonestidade sociopolítico-epistêmica.

## **EDUCAÇÃO FORMAL**

### **A Creche**

Minha vida escolar começou na Creche Paraíso Infantil, sob cuidados das “tias” que voluntariamente trabalhavam lá, esta, localizava-se na esquina da Rua Monte Plano com a Odair Muller de Azevedo Marques. Fiquei na creche até meus 4 anos de idade, quando fui para o “prezinho”, a pré-escola, que também era chamada de “jardim da infância”, a qual cursei no colégio Província de Okinawa, hoje, Escola Municipal de Ensino Infantil Província de Okinawa, na Vila Margarida em São Vicente-SP.

Depois disso, ainda passei muitos anos frequentando a creche e a casa da tia Cida (já falecida), sua fundadora, que recebeu das mãos do Rei Pelé, a doação do terreno, para a construção da creche e do “asilo”, a casa de idosos, que funcionava ao lado. Tenho lembranças da creche e do “prezinho” vivas e que ainda vibram em meu corpo, muitas, doces, mas também outras amargas, apesar dos pesares que emergiam, eu era uma criança feliz.

Uma especial é de meu primo, indo me buscar no colégio, para a minha mãe. Ele foi de moto, naquele dia. Criança desapercibida, queimei-me a perna no carburador, encostei a “batata” (panturrilha) da perna. Lembro-me bem da queimadura, tenho a marca ainda hoje, mas aquele dia, essa lembrança, continua doce em minha memória, meu primo me amava e eu o amava também. Nem o ardor da queimadura pôde retirar a preciosidade de tal memória, houve um tempo em que a primeira infância parecia me proteger da transfobia e do racismo.

De tia Cida herdei a fé cristã-evangélica (ela era de uma igreja pentecostal em que as mulheres usam o véu sobre cabeça em seus cultos e orações) em consonância com a figura de dona Nair, moradora do beco que era evangélica da Assembleia de Deus e me evangelizou, levando para igreja aos cultos de noite, e escolas dominicais pela manhã, em companhia de seu esposo e filho, que era meu amigo de infância.

### **A Escola**

Com 5 anos, fui para a primeira série do Ensino Fundamental I, na Escola Municipal do E. F. Ercília Nogueira Cobra, o “Saquearé”. Com 10 anos, fui para a quinta série, na Escola Lúcio Martins Rodrigues, e com 14 fui para o Ensino Médio na Escola Pastor Joaquim Lopes Leão, o “Matão”. Lá a essa altura, transicionando e afirmando a minha identidade feminina, a escola se tornou insuportável para mim, por conta da transfobia.

Desde muito cedo comecei a sofrer violências transfóbicas por expressar feminilidade, de forma espontânea. É claro que minha relação mais estreitada com as meninas, quanto mais eu ia crescendo, foi base para minha constituição identitária. Performativizar feminilidade causava sérias situações/reações de flagrante repulsa, principalmente nos homens e meninos, sobre a minha pessoa, corpo-existência. Cara feia, ares de descontentamento com a minha voz, meu falar, meu parar, meu mexer-se, o meu corpo existindo, tal como eu “simplesmente” existia, causava um “mal-estar”, quase afirmado como “natural”.

À expectativa de gênero, imposta, escapava sem me esforçar, “simplesmente”, sendo quem sou. Assim me sentia, nesse percurso, um tanto quanto livre, pela minha própria coragem, e também por minha mãe, que – apesar de sua criação um tanto moralista e homotransfóbica (ou seja, colonizada) – apoiava-me, mesmo sem dizer uma palavra, nem para bem e nem para mal, creio que sua base era/é o “princípio da humanidade”. Este foi o valor máximo que minha mãe me repassou, sem verbalizar mais que isso “é um ser humano igual a todo mundo”.

Mesmo sendo não-alfabetizada, ou seja, não tendo acesso à leitura da escrita alfa-grafo-numérica, do texto gráfico, desde sempre, minha mãe, bem como todo “ser humano – igual” a mim – nos termos dela, aprendeu e aprende a ler o mundo. E lendo o mundo, basicamente entendia, a partir de sua constituição identitária, o significado de eu ser “gay”, a princípio, e a posteriori, assumir-me uma mulher transgênero, uma travesti. Ela ouvia coisas pesadas, muito pesadas.

Eu ouvia e via ela ouvindo, ela ficava calada, mas não era por concordância, mas por respeito a quem falava aquilo, aquelas coisas, coisas absurdas, mas que precisam ser ditas, evidenciadas e examinadas, para fins de construção, produção de vida, de sentidos vitais e vitalizantes que produzam vidas, vida em abundância, vidas dignas e dignificadas, humanizadas.

Minha mãe não aceitou a ideia de me odiar por eu ser quem eu sou. Não aceitou a ideia de que ter um filho “Gay” ou “Trans” é pior do que ter um filho bandido, drogado,

ladrão e ou traficante, como diziam para ela “eu prefiro...” e ainda desgraçadamente se alçava um “Deus me perdoe, mas... eu prefiro ter...”.

O pecado do ódio era e ainda é tão atraente para os judaico-cristãos (colonizadores e colonizados) que estes e estas o fazem questão de praticá-lo, inclusive verbalmente, verbalizando, até publicamente, mesmo que para isso tenham que “pedir perdão a Deus”, o “Deus” que eles criaram, que odeia as pessoas mais do que eles mesmo, sendo este uma projeção de suas piores manifestações de desumanidade, desumanizante e demonizadora.

Evidente ódio que tem formas, práticas e modos de se impor. Havia um colega de sala, na sexta série do Ensino Fundamental II, quando eu tinha já 12 anos de idade, o qual de forma contumaz me perseguia muito, todos os dias, com xingamentos e expressões faciais e corporais de ódio a minha existência, a feminilidade que se flagrava em um corpo dito “masculino”, e este me humilhava e constrangia profundamente a saber o quanto minha existência era constrangedora aos olhos cisgêneros machistas misóginos e transfóbicos dele, e dos discursos que sua postura representa.

Certo dia, não mais satisfeito com as violências verbais e não verbais simbólicas, saiu da sala de aula e foi até o banheiro, a professora não estava presente em sala de aula. Quando voltou, entrou na sala e trazia na mão um pedaço de papel higiênico sujo de bosta que buscara no cesto de lixo. Com a intenção declarada – verbalmente – de enfiar o papel sujo de fezes na minha boca e me fazer comê-lo, não conseguindo, esfregou em meu rosto, durante uns 5 minutos, sujando todo meu rosto de bosta com o papel que trouxera, encontrado no lixo do banheiro da escola.

Essa cena-imagem-vivência é a mais pontual de que tenho da escola, de minha vida escolar. Ela significa, para mim, o ápice do ódio ao feminino, ao diverso, a este outro, diferente, desumanamente outreificado e instaurado, inscrito como “Inimigo”, “adversário” a ser destruído, eliminado, sancionado o quanto antes. Ou pelo menos ter bem evidenciado qual o lugar, qual o valor de sua existência, dentro desse sistema de “desumanidade colonial”, fundamentalmente, cisgênero-binário-centrado.

Uma criança de 12 anos ter seu corpo atacado – deliberadamente – pelo ódio gratuito, cultivado e atualizado socialmente, é ação física simbolizada, promovida por um ódio evidente, o qual se materializa na desumanização pública pessoas trans e travestis.

O recreio sempre me era uma incógnita, como o deveria ser também para outras crianças “desajustadas”, a certos olhos hegemônicos, como crianças fora do peso, meninas “masculinas”, garotos “afeminados”, crianças não binárias, crianças negras, indígenas, etc.

Talvez fosse um momento de lazer para as crianças que atendiam à padrões de comportamentos e de fenótipos euro-coloniais, mas para mim sempre foi um vácuo, um momento de insegurança, fora da sala de aula, longe da professora, ainda menos segura, e mais vigiada, percebida, muito mais exposta. Sofria transfobias de colegas de sala, e de outros de outras turmas que me conheciam ou reconheciam “o veadinho”, que já tinha jeito de “boiola”.

Via muitas meninas negras sofrerem muito, racismo e misoginia. “Maria capacete”, “cabelo de bombril”, “cabelo de bucha”, “cabelo duro”, “cheiro de mijo” etc. O ataque estético-racista era a principal arma racista e misógina que muitos meninos/as usavam contra as meninas negras, inclusive meninos negros, pretos e pardos, e meninas brancas, ou pseudobrancas colonizadas. Era tão eschachada a colonialidade estética racista que se cultivava, acredito que já traziam de casa. As meninas brancas e loiras eram vistas como a raridade, no meio das/os faveladas/os sempre tratadas/os como pessoas bonitas, dos olhos lindos e cabelos mais lindos ainda, as “anjinhas da escola”, “a mais bonita da escola”. O racismo já era uma evidência “natural”/naturalizada nas nossas relações.

### **A Transição e a Evasão**

Fui evadida da escola aos 15 anos de idade, 6 meses depois de “transicionar”, de assumir minha identidade feminina travesti, era o 1º ano do Ensino Médio, e o ambiente escolar se tornou insuportável para mim, dadas as violências transfóbicas que já sofria, nas ruas, na escola, por ser “afeminada”, ser feminina. Por isso, não estudei nada sobre Ciências Sociais, Sociologia, que me parece a mais conhecida e citada, dentre as. Tão pouco, tive a oportunidade de saber o que seria Antropologia ou ainda Ciência Política, antes de entrar na Universidade Federal de Goiás.

**Figura 8:** Eu e Mariane Camargo



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora (2003)

Essa foto acima marca muito desse momento de minha vida (ainda que seja já um tanto posterior, uns 2 anos acredito). A decisão que mudou minha vida. Tornar-me, assumindo-me uma travesti teve esse preço de uma total exclusão social da qual eu não tinha, a essa altura, completa ou maior consciência. Sabia que não seria fácil, porém não sabia que seria tão difícil, e, às vezes, tão sub-humano ser uma travesti.

Na boate comecei a ter minhas primeiras referências transgêneros e travestis, no primeiro semestre do 1º ano do Ensino Médio eu já estava me montando, tinha 14 anos de idade, no segundo, já não voltei mais, tinha completado 15 anos de idade e logo iria começar a viajar, migrar, a “me jogar” no mundo.

Fizeram-me acreditar que a escola não era lugar para uma travesti. Que o espaço social não é para as pessoas trans e travestis, e assim fui excluída e fui “me excluindo” de todos os espaços sociais. Até do posto de saúde (pública), que evitava ir ou frequentar, graças aos olhares de horror, e/ou de super admiração (no sentido mais esdrúxulo da palavra), de exotificação e de espanto com que pessoas cisgêneros (recepcionistas, atendentes, enfermeiras/os, médicas/os), lançavam sobre mim.

## **RELIGIÃO**

### **O Evangelismo e a Cristianização**

Foi na cruz, foi na cruz

Onde um dia eu vi meu pecado castigado em Jesus  
 Foi ali, pela fé, que os olhos abri  
 E agora me alegro em sua Luz”  
 (Harpa Cristã, hino de nº 15, Conversão.)

Quando eu era criança, na favela do México-70, minhas primeiras referências de “pessoas de bem” foram as e os evangélicos/as, e tive menos passagens de vivências com pessoas católicas, bem como com as religiões de matrizes africanas, como terreiros de Umbanda ou Ilês de Candomblé, por exemplo. Na década de 90, a favela estava sendo fortemente evangelizada por evangélicos que seguiam dias inteiros de domingos e, alguns, também nas tardes de sábado, com suas caixas de som e microfones simples e de fio, pregando a palavra, o “Evangelho de Jesus Cristo”.

Com a bíblia nas mãos e suas roupas peculiares, com cores, tecidos e tipos marcados de uso de vestuários por aquelas pessoas, reconhecia-se e tínhamos por positivo a presença e ocupação das ruas da favela, bem como suas peregrinações, dando a volta por todo o dique que, na época, fechava ou abria como um círculo por toda a favela. Falo do dique da Brasil e suas extremidades aos lados que são o trevo e a comporta, encontrados, também pelo dique do canal e suas ligações com o beco da maldita, antiga mecanizada e a “Panco”, região do trevo, da favela do México-70 em São Vicente-SP.

Os crentes iam e vinham pregando, e cantando louvores, entregando panfletos e faziam alguns comícios que eram cultos de evangelização, realizados nas ruas, em algum ponto movimentado da favela. Passavam o domingo evangelizando e convidando a quem desse ouvido à “Palavra”, para estarem presentes no culto da noite. Culto de domingo. O culto de domingo tinha um status muito especial, era o culto onde se apregoava a conversão ao evangelho, geralmente instigada, provocada pela “mensagem da Cruz”, que é a narrativa da crucificação, morte, ressurreição e ascensão de Jesus. Toda essa narrativa focada no tema da salvação x condenação.

Me parece que, naquela década, eles preferiam destacar a salvação como pauta ou temática principal, fundamental do evangelho que os tais apregoavam. Com o tempo, percebi que a temática da condenação tomou o lugar de preferência em suas mensagens. O fato é que muitas pessoas da favela se converteram e, assim como eu, guardaram, e ainda têm essas referências aos/dos crentes como “pessoas que eram de/o bem”.

Atualmente ouvimos falar de pastores e líderes, cantores “Gospel” de igrejas evangélicas que foram autuados pelo crime cometido contra o Estado Democrático de Direito, quando na ocasião do dia 8 de janeiro de 2023 invadiram o Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada e o Supremo Tribunal Federal quebrando e depredando tudo o que puderam no

momento. Esses crimes foram cometidos por milhares de bolsonaristas terroristas criminosos que entraram em Brasília trazidos por ônibus que vieram de diversas partes do Brasil, financiados por empresários e líderes religiosos. Dentre eles se destacam as figuras que cito no começo deste parágrafo.

Duas imagens ficam tensionadas por um momento, como o pode acontecer ou já esteja acontecendo com muitas pessoas, nesse momento, e que, assim como eu tinham ou ainda tenham alguma concepção que relacione ‘evangélicos’ a “pessoas de bem”. Momento de atualizarmos quais são nossas premissas em relação à forma como lidamos com pessoas “cristãs” e se essas se sustentam quando olhamos para todo o desserviço que as religiões e suas instituições, por meio de seus líderes, têm feito à sociedade, ao Estado de Direito e aos Direitos Humanos, consagrados e reafirmados na Constituição Federal do Brasil (1988).

### **Igreja “Evangélica”**

Mas de fato, na minha infância, tive dona Nair, uma vizinha do beco onde morávamos, mãe de um amigo de infância muito querido. Mulher preta, evangélica, que alisava os cabelos com pente de ferro, mais tarde a veria usar alisantes e similares, mas a imagem primeira que me vem, em memória, é o pente de ferro, esquentado no fogo, via ela passar nos cabelos e subir a fumaça do processo de alisamento. Dona Nair era uma mulher sorridente, alegre e atenciosa, uma senhora preta e crente, viva em minha memória e imediatamente ligada as minhas bases de fé.

Ela e seu esposo e seu filho me levavam para a Assembleia de Deus – ministério de Santos-SP – na congregação do México-70 I, para os cultos noturnos e para “escolas dominicais”. Congregação esta, à época (década de 1990), que funcionava em um barracão de madeirite, como era a maior parte das casas e construtos na favela, tudo de madeira. Ainda hoje existente na rua Monte Plano, hoje já asfaltada, e a igreja (salão) todo de alvenaria com uma faixa bonita de cor azul, por onde sempre passo em frente, quando retorno para lá.

A fé evangélica foi minha primeira fé e fundamento de crença, por isso me declaro evangelizada, cristianizada, colonialmente, como fui um dia, com todas as implicações de colonialidades que o processo de “evangelização” significa e produz de quadros de significações, até aos dias atuais, 2023, uma espécie de colonização em massa, em constante atualização.

Ia aos cultos, aceitei a Jesus Cristo como meu Único e Suficiente Salvador da minha alma. Amava os hinos da “Harpa Cristã”, chorava ao cantar, ao escutar. Sentia meu

coração vibrar, meu corpo estremecer, minha alma exultar. Crente, fui durante a maior parte da minha infância e pré-adolescência uma criança crente. Afeminada, “todavia” crente.

### **A Semente da Homotransfobia; do Racismo; Classismo; do Ódio.**

Quanto mais crescia, menos atenção e afeto eu tinha dos crentes, minha identidade ia se afluando e tais pessoas em sua maioria não sabiam lidar com o que viam. Não queriam evidenciar a diversidade que se afluava no meu comportamento “dissidente”, das normas deles, entretanto suas primeiras reações, as mais sutis, eram sempre no sentido da repressão, do constrangimento, de me constranger a “não me atrever” a me “assumir gay”, ou mesmo de um “total” ignorar das diferenças marcadas no meu comportamento, falar agir, expressar-se. Assumir a mim mesma, seria “negar a Cristo”, o “Cristo” deles, que eles criaram e queriam forjar em mim, à força, à ameaça simbólica, tão evidente quanto “camuflada”.

Aos 12 ou 13 anos passei a frequentar uma outra igreja, quando um pouco maior, na pré-adolescência, na mesma rua, mas do ministério de Vicente de Carvalho, Guarujá-SP. E certo dia, o pastor, este, não da primeira geração de pastores que conheci, já anciãos, mas um genro, de uma geração de “genro do pastor presidente do ministério” resolveu na pregação “dar um testemunho” de algo que “Deus lhe falou” e começou a discorrer... Dizia que “certo dia, muito desanimado da vida, da fé, ouviu a voz do Espírito Santo dizendo para ele entrar no carro que Deus ia lhe mostrar e ensinar algumas coisas.

Foi até o centro histórico de Santos, onde funcionava e ainda funciona (é considerada) uma zona de prostituição e de drogadição, etc., da vida noturna de Santos e região. E chegando lá foi olhando, reparando nas condições de pessoas que viviam da prostituição, naquele lugar, e se drogavam e que lá - naquele “**antro de perdição**”, como dizia – tinham muito drogados, meretrizes, pederastas homossexuais, viciados em crack e cheiradores de cola”. De que nunca tinha visto tanta miséria e podridão humana e que “O Senhor” o levara para mostrar para ele o que tem no mundo, o que tem “fora da igreja”, “fora do caminho do Senhor”.

O destaque em negrito é para situar que provavelmente ele se referia a corpos negros, situo que o pastor era um homem branco cisgênero, dito heterossexual, engenheiro, morador de bairro nobre em Santos-SP, vizinho à Praia e pregava a “mensagem ou testemunho”, praticamente no dique da Brasil da favela do México-70, numa igreja que – à época – era toda de madeira, na beira do canal, desse dique, para pessoas negras, empobrecidas, criminalizadas por suas condições de existência, como seus aspectos

geográficos e ontológicos, faveladas e favelados, sendo colonizadas e colonizados pela figura do “homem puro, branco, cristão, chefe de família”, praticamente um “salvador do povo e de suas “misérias”.

Sem entrar nos meandros da dita “palavra”, de fato para uma criança como eu, foi bem constrangedor sentir toda a homofobia e transfobia, mesmo que até aquele momento “só” havia ainda uma expectativa a respeito de meu futuro, minha identidade, porém já se percebia e se comentava alguma coisa, e naquele momento, muitas violências que sofria eu não sabia identificar ainda, porque eu simplesmente era “só uma criança”. Lembro-me que me constrangi ao ponto de não ter coragem nem de olhar para o lado, meus olhos tremiam e eu sentia muita vergonha porque já sabia que aquelas referências se relacionavam a minha pessoa. Aquelas pessoas eram e viviam o que eu futuramente poderia sofrer, se não “vigiasse” e saísse dos “caminhos do Senhor”. Era “um aviso” à uma criança afeminada.

## A PROSTITUIÇÃO COMPULSÓRIA

Aos 14 anos idade, tendo sido evadida da escola, por força da transfobia e do racismo, fui sistematicamente empurrada para a condição de prostituição compulsória. Andava já pela Linha amarela, importante via da cidade de São Vicente-SP, me expondo e buscando ganhar algum trocado para sobreviver, já fora da escola e sem nenhuma expectativa de oportunidade de nenhum tipo e em nenhum espaço social outro, que não fosse entre minhas pares, eu tinha me assumido uma travesti.

Esse era só o começo da situação de exploração sexual **compulsória** a que eu estaria condenada por ter coragem de ser, de me assumir uma travesti. Ser uma travesti, em mim, coincide com o ser uma mulher negra, empobrecida, favelada e essa intersecção, entrecruzamentos ou junção desses fatores a partir de marcadores sociais da diferença acentuou a vulnerabilidade social em que eu vivia, sendo sobretudo originária da favela.

Comecei a ir a uma boate, uma específica, em São Vicente perto da Ponte Pênsil. Nessa, iam muitas travestis, e assim as via, as travestis, minhas referências identitárias. Uma travesti nasce de outra travesti. Acredito que uma mulher trans ou travesti possa se aflorar de sua identidade, claro, num processo de constituição identitária, a partir da referência feminina, em mulheres cisgênero (as que se enunciem assim), mas me sinto parida mesmo por travestis. Foi vendo as travestis que eu entendi quem eu era e sou.

Elas vinham e chegavam “da rua”, depois entendi isso, o porquê que elas chegavam de madrugada, sempre depois ou a partir das 3h. da madrugada, a maioria, já chegavam “calibradas”, para se divertir, depois de “batalhar” quase a noite inteira, na avenida.

Chegavam querendo espalhar a vida, dançar, alegrar-se e viver a noite como se ela nunca fosse se acabar.

Já tomava hormônios femininos, em comprimidos e injetáveis, sem nunca ter tido a chance de, antes disso, consultar a uma médica ou um médico, nem clínico geral, tão pouco, um especialista. Somente aos trinta anos de idade que tive uma primeira consulta médica com uma saudosa ginecologista, já falecida, que atendia pelo Programa TX (programa transexualizador), desenvolvido no Hospital das Clínicas da UFG e no Hospital Geral de Goiânia “Alberto Rassi”, este localizado no centro de Goiânia, onde tive três consultas médicas, antes da Pandemia. Era corajosa e me auto aplicava hormônios injetáveis, bem como apliquei em diversas amigas e conhecidas que iam assumindo suas travestilidades na mesma época, todas com idade parecidas, entre 14 e 16 anos de idade.

Depois da assunção de minha identidade, tudo o que a mim restou foi a **prostituição compulsória**, e assim, passei a viajar com 15 anos de idade, por algumas cidades do interior do estado paulista, como: Franca, Ribeirão Preto, São Carlos, Campinas, São José do Rio Preto. Depois me enveredei pelo triângulo mineiro, passando por Uberaba, em 2007 por Uberlândia, já em direção à Goiânia, aonde cheguei de carona de caminhões, embarcando em pelo menos seis caminhões que me trouxeram até aqui. A última parada antes de chegar pela primeira vez em Goiânia, foi em Bela Vista-GO, um último caminhoneiro me deixara lá, mas quando cheguei já era tarde, já pela noite, e naquele dia não haveria mais ônibus para Goiânia (Praça da Bíblia).

Eu não tinha nenhum dinheiro, nenhum conhecido(a), não sabia onde eu estava, só sabia que estava perto do meu destino final, a capital do estado de Goiás, mas também já não tinha mais forças para ir para a beira da rodovia (GO), tentar mais uma carona. Estava cansada e tão oprimida da minha situação, foi quando perto do ponto de ônibus que encontrara, avistei um posto de saúde (um CAIS), que estava aberto. Entrei pedi ajuda a uma mulher (que trabalhava lá), disse que vinha de Ribeirão Preto–SP, que chegara até ali de caronas, de caminhões em caminhões, desde lá, que não tinha nenhuma condição ou quem pudesse me ajudar naquele momento, aquela noite, sem forças para seguir a viagem, tão vulnerabilizada, eu haveria de dormir na rua.

Essa mulher olhou para uma maca que estava desocupada no corredor e disse: deite-se aqui, vou arrumar algum lençol para você usar, descanse aqui dentro e fique em paz, lá fora é muito perigoso para você dormir na rua, sozinha.

Aquela noite eu dormi numa maca de um posto de saúde, dentro de um Cais em Bela Vista – GO. No outro dia, agradei e segui meu caminho que era para um “casarão”, uma “casa de travestis” em Goiânia, onde fiquei por quase dois meses até ser expulsa e ficar em situação de rua. Não tendo ainda as mínimas condições de me movimentar na cidade e sem conhecer ainda essa terra, fui dormir à beira da marginal Botafogo, nas mediações do centro, da rodoviária e Câmara Municipal de Goiânia.

No meio do mato, via passar os carros na marginal, fui me entrando, arrastando uma mala que trazia, até que encontrei um homem. Ele não me conhecia, mas percebeu que eu estava em situação de rua, e deveria passar a noite ali, não tendo para onde ir. Na verdade, eu nem sabia onde eu estava, só via a marginal, os matos altos das laterais e naquele ponto havia uma espécie de “campa” de esgoto, que quando aberta se via um espaço de, talvez, um metro e meio quadrado, onde eu vi o homem abrir e entrar, num buraco de esgoto, era sua casa, uma estrutura de esgoto. Ele me ofereceu para dormir lá dentro, disse que era mais seguro, mas que de qualquer forma, que eu ficasse tranquila ali que ninguém mexeria comigo.

No outro dia, acordei e pensei; eu estou na rua. Não tinha como ligar para minha mãe, não conhecia ninguém em Goiânia, saí andando pelas ruas do centro para buscar alguma ajuda. Alguém me disse para procurar ajuda na Câmara Municipal, eu entrei lá, arrastando minha mala, lá dentro me disseram para eu buscar ajuda no “Metamorfose”, a casa de recuperação, evangélica que à época tinha uma unidade no centro, atrás do Mercado Popular, da rua 74. Fui até lá e finalmente fui acolhida, dentro das condições de negação da minha identidade, mas foi tudo o que tive, naquele momento.

Outrossim, antes de vir para Goiânia em 2007, lembro-me de uma situação vivida em Ribeirão Preto, no ano de 2006, quando aos 17 anos de idade eu já estava condenada à prostituição compulsória. Morava num casarão (casa de travestis), na casa de um cafetão (e sua esposa era a cafetina). Pagava a diária, naquela época 40 reais. Todo dia, acordava com uma dívida de 40 reais, a conhecida “diária” (entre as travestis). Isso se não resolvesse, ou se não fosse convencida a fazer outras dívidas. A básica - quase que obrigatória - era a das roupinhas, os “modelos”, “modelitos”, que depois viravam “fardas”, “fardas”, porque as travestis batalhavam e batalham.

A batalha, batalhar – sendo essa imposição (velada e ao mesmo tempo escrotamente descarada), qual nomeia-se prostituição compulsória, as travestis com suas transepistemologias, tensionando o mundo real (construído) e por conseguinte a linguagem, seu termômetro sensível, subvertiam a língua usando o verbo batalhar para fazer referência

(honrada) a seu trabalho (ou ainda, escravização) imposto (a). Uma travesti depois de 2 horas se lavando, arrumando-se, maquiando-se, hidratando-se, perfumando-se, etc etc., retirava-se do quarto dizendo “Vou batalhar!”. Ao que as outras respondiam: Axé! A mais íntima dela: Axé, irmã!” ou, “Axé, mona/mana!”.

Com as travestis, constituindo-me uma travesti, aprendi que as travestis batalham, na esquina. Uma travesti – com seu orgulho travesti – honradamente, tensiona o discurso e aferi a partir de si mesma o valor, significado de sua condição travesti, sim, condição-travesti, porque travesti e não outra coisa, que – neste caso – só o poderia ser cisgênero. Uma travesti precisa batalhar, por ser um travesti. Mais tarde, todas na rua. Cada uma em suas esquinas, suas ruas “de baixo”, a “de cima”, a “do (motel) Nuance”, a “do escuro, a “rua da necas”, cada travesti encontrava e cultivava de alguma maneira o “seu lugar”.

Mas a situação foi numa noite de sexta-feira, as sextas eram animadas na avenida Brasil. Eu e minhas amigas, mais próximas, duas que foram comigo para “conhecer Ribeirão-Preto-SP”, ainda éramos um tanto inocentes. Parou um carro, cheio de homens, a gente gostava do “fluxo”, de carro com muitos amigos, mas aquele carro não era só um fluxo, um grupo que nos divertiriam, brincando e flertando como muitos outros faziam, mas eram transfóbicos, dispostos a aprontar qualquer espécie de maldade para “divertirem-se”, uma transfobia “recreativa”.

Só uma brincadeira para animar a “sextona”. Levaram um extintor, para disparar na cara da primeira desavisada que se abaixasse, na janela do carro para falar com eles. As janelas de trás estavam fechadas e as da frente abertas. A desavisada fui eu, naquela noite. Não sei se ainda outras mais, antes ou depois de mim, mas de fato quando me abaixei para falar com eles, imediatamente olhei para os bancos de trás e percebi que tinham mais homens e tudo ficou branco. Minha cara, meu cabelinho alisado, à época, tudo branco, eu tomei um jato de extintor na minha cara, a menos de meio metro de distância.

Nas ruas, nas noites e madrugadas, andando pelas velhas estradas da vida, impostas às travestis negras e empobrecidas, como eu, levei pedradas, ovadas, gritos, xingamento, agressões, ameaças. Desde os 15 anos, andando pelas ruas, buscando “meu destino”, o “destino” de uma travesti, que me ensinaram a aceitar e a ter muito orgulho! Minhas irmãs travestis nunca me iludiram dizendo que eu seria feliz e viveria tranquilamente. Foram em tudo muito honestas, ao me avisarem, desde o começo, as implicações da assumência de uma travestilidade, e ainda negra e favelada.

De vergonha eu não morri,  
Eu tô firmão,

Eis-me aqui.  
(Racionais MC's 2002).

## **SANTO DAIME**

### **A Chegada**

O ano de 2015 está marcado como um ano em que ocorre os dois acontecimentos que me constituem muito de quem sou hoje: 1) a entrada na Universidade Federal de Goiás e 2) a minha chegada à Casa de Caridade Luz do Alvorecer. Nesse ano entrei na universidade e conheci a Luz, como carinhosamente nós suas e seus filhas e filhos e filhas e afilhadas, afilhados e afilhadas a chamamos. Foi através de Wagner Siqueira – hoje professor licenciado em Ciências Sociais pela UFG – que conheci o Daime, a doutrina do Santo Daime e a Umbanda, que confluem em Luz, nessa Casa de Caridade.

A primeira vez que fui à Casa, igreja e terreiro, fui com certo receio de sofrer transfobia, e me lembro de ter ido com certa postura já de defesa, ou mesmo de ataque, sabia que em qualquer lugar e a qualquer momento as pessoas cisgêneros poderiam me ofender ou me constranger de alguma forma, mas sendo levada pelo meu irmão Wagner com quem eu morava na Casa de Estudantes CEU-V-UFG à época, começo de caminhada na UFG, início de um percurso que hoje computam oito anos, senti certa segurança.

Cheguei e deveria ainda passar pela secretaria da igreja, fui em um dia de trabalho, de sessão de Santo Daime, ou trabalho de Daime, então ainda receberia algumas instruções, orientações referentes ao trabalho, efeitos básicos os quais poderia sentir depois de tomar o Daime; sobre como comportar-se em relação ao salão, à sessão e à corrente, etc. E assim finalmente preencher a “ficha de primeira vez”, à qual mais tarde eu viria a apresentá-la, quando depois estive por pelo menos 4 anos, à frente da secretaria da Luz do Alvorecer, recebendo a todes que chegavam e chegaram.

### **O Acolhimento**

Fui bem recebida na secretaria, houve alguma dúvida a respeito de onde eu me sentaria dentro do salão durante a sessão, isso porque na sessão de Santo Daime, dentro do seguimento dessa linha, todo o ‘batalhão’ que se compõem na sessão, sejam fardados e/ou visitantes se organizam no salão “separados e separadas”, homens à direita do salão, entrando de frente ao altar, e as mulheres à esquerda do salão. A configuração do salão na sessão é binária de gênero e dicotômica masculino e feminino.

Os homens se sentam, ficam e bailam de um lado e as mulheres, do outro. Pois bem, é “claro” que – para mim – e outras muitas pessoas, que essa divisão a princípio é interpretada, a partir de uma lógica bináriocisgênera, se houve ou não a presença de pessoas trans e travestis na sessão dessa doutrina, antes de minha chegada, eu não teria como afirmar ou negar nesse momento, isso é assunto para uma outra pesquisa, dado que não poderei desenvolver muito esse tema, o qual me constitui também, há oito anos, o ser daimista, sigo caminhando e vou seguindo.

Mas o fato é que a irmã duvidou e recorreu à madrinha: “madrinha, onde?” Ao que a madrinha respondeu “pergunte o nome para começar, conforme for... seja. Se persistir a dúvida, pergunte onde a pessoa se sente melhor em participar.”. Esse posicionamento marca todo uma narrativa sobre à qual pouco irei mobilizar nesse texto, mas retomo o suficiente para contribuir com as leituras e significações de mundo sobre as quais devo discorrer nessa dissertação.

Me apresentei “Larissa”, bastante empoderada ou mais emocionada mesmo, ainda, por estar na UFG e ter sido respeitada como uma mulher trans/travesti – ainda nem tinha meus documentos retificados – não houve nenhuma espécie de “inspeção” transfóbica a respeito de meus documentos, o que houve foi muito respeito e ante a qualquer sinal de dúvida transbordou-se o respeito. E daí conheci e abracei minha madrinha. Já era minha madrinha naquele momento, mas eu nem sabia, e nem tinha noção de tudo que viria pela frente, cada passo, tropeço, ensino, amadurecimento, etc. etc.

Tudo vivi com muito amor, apoio e firmeza por parte da minha madrinha e posso retomar hoje 8 anos de história com afínco e firmeza, amadurecimento e consciente da potencialidade dos significados que a minha história com a Casa de Caridade e a doutrina do Santo Daime têm e pode produzir de bons frutos e sementes. Desde então, faz oito anos de que sou da Casa de Caridade Luz do Alvorecer. Depois da primeira vez que eu tomei Daime, na sessão, nunca mais deixei de frequentar os trabalhos, todo trabalho eu estava lá, tomando e cantando, balbuciando e aprendendo a cantar com meus irmãos e irmãs os hinos que compõem nossos hinários. Fui sentindo, vendo, ouvindo e aprendendo, errando e acertando, os dias eram difíceis, mas seguia mesmo assim, com o apoio de uma Mãedrinha que eu recebi.

Comecei a prestar a atenção nos hinos, desde os primeiros trabalhos, e me senti parte daquele povo, pertencente. Eu estava num ambiente de fé, onde eu era respeitada na minha identidade feminina, sem ser constrangida por nenhum discurso de “transformação”, ou qualquer coisa parecida, como “cura gay”, como o que ouvi e vivi na igreja evangélica, e

assim passei a romantizar a doutrina, de certa forma, pensando ter encontrado “pessoas especiais”, no melhor sentido possível. A partir dessas minhas experiências de fé, problematizo hoje o fato de que há igrejas evangélicas inclusivas, bem como igrejas daimistas homotransfóbicas. O “ser evangélico”, como o “ser daimista” não está dado, tão pouco é homogêneo.

No meio do ano de 2015, em junho – do dia 23 para o dia 24 – teve Festejo de São João Batista, nesta noite foi realizado o fardamento do meu irmão Wagner. Seguimos o ano e o calendário e no final do ano, comuniquei à madrinha meu desejo de ‘me fardar’ na doutrina. O fardamento no Santo Daime é uma “espécie de batismo”, é um ritual onde uma/um nova/o membra/o é recebida/o no batalhão daquela casa, que é só parte de um grande maior batalhão que se compõem de todas/os daimistas – ‘fardadas/os do Mestre’ – como dizia nossa madrinha.

Ela recebeu isso com toda calma, tranquilidade e naturalidade, já que eu estava ali toda sessão, junto, acompanhando. E daí para frente sim, começaram os rumores, pude, aos poucos, perceber que as coisas, como o “meu fardamento”, não seriam tão simples assim, mas para nós que estávamos juntos tudo parecia, pelo menos para mim, se desenrolar de forma tranquila e natural. Nunca houve um irmão ou irmã daimista da/na Casa de Caridade Luz do Alvorecer que me questionasse pessoalmente sobre isso, sobre minha identidade e meu lugar junto ao batalhão feminino, estávamos e ainda hoje estamos em família, em casa, na nossa casa.

Delicadamente, minha madrinha me levou à Anápolis-GO, à casa da dona Odesse\*, costureira e fardadeira, tradicionalmente conhecida por fazer as fardas da irmandade das igrejas da região. Alguns dias depois, minha farda já estava apronta, mas não o foi a tempo de eu ser fardada no Festejo de Nossa Senhora Virgem da Conceição, como o foram 8 novos fardados naquele ano (2015), dos quais lembro e tenho em memória e consideração seus nomes, de cada um daqueles meus oito irmãos que foram fardados, uma semana anterior a mim. E – Finalmente – no dia 14 para 15 de dezembro de 2015, em que é comemorado pelas/os suas/seus filhas/os o Festejo em Louvor ao Aniversário do nosso Mestre Irineu – Sr. Raimundo Irineu Serra Mestre e fundador da doutrina do Daime (1892-1971) foi realizado o meu fardamento na Casa de Caridade Luz do Alvorecer, nessa noite cantado e bailado o hinário “Amor Divino” do irmão Sr. Antônio Gomes.

**Figura 9:** Minha saudosa madrinha Roseli, eu e meu irmão Wagner



**Fonte:** Acervo da Casa de Caridade Luz do Alvorecer (2015).

*O amor divino  
Que o Mestre nos entregou  
Da nossa mãe soberana  
E do nosso pai criador  
(Amor Divino, 25).*

## 5. A UNIVERSIDADE

Qualquer travesti que tenha conseguido envelhecer, ou que tenha conseguido se firmar ainda jovem, que viveu nas ruas por anos, que fez seus agenciamentos possíveis para se manter viva, somos todas sábias, guardamos conhecimentos de velhas estradas [...] (Oliveira, 2021, p. 51).

Após ser evadida do ambiente escolar, em 2013, aos 14 anos de idade, no primeiro ano do Ensino Médio, fui para as ruas, para a noite, para a prostituição compulsória, prevista e imposta às pessoas trans, principalmente, às travestis negras. Estruturalmente, não via mais sentido e nem havia nenhuma espécie de movimento por parte da escola e de seus constituintes, nenhuma tentativa de promover minha inclusão, pertencimento. E assim, fiquei oito anos evadida da sala de aula, desse lugar onde, em algum tempo, a infância primeira, pude encontrar prazer e alegria na socialização, na formação humana.

O caminho do retorno foi pedregoso, entre pedras, rochas, montanhas e vales, foi por meio da minha reaproximação, mesmo com seus problemas, com a igreja evangélica que pude retomar a socialização – por consequências da negação temporária da minha identidade travesti, imposta pelos discursos evangélicos – e com isso a sala de aula, voltou a ser possível. Isso é prova material de que a educação, bem como as demais, práticas e lugares sociais são cis-tematicamente reservados às pessoas cisgêneros. Há uma negação prevista a essas pessoas e a igreja evangélica, e outras de base judaico-cristã, valem-se muito bem e – desonestamente – disso. Fazendo crer que o problema “de ordem natural” está em sujeitos, em corpos-existências-diversas e não nos discursos que estruturam uma sociedade doentia, odiosa e desonesta com essa população.

De fato, estive entre 2010 e 2013 novamente na igreja evangélica. Mais especificamente, ligada e morando no Projeto Metamorfose, no setor Campinas em Goiânia-GO, onde havia sido acolhida em 2007, na unidade do Centro, quando em minha chegada à Goiânia, e situação de extrema vulnerabilidade social, agravada pela prostituição compulsória, unida à cafetinagem e drogadição intensiva, que desembocaram na situação de rua. Foram três anos e meio, de volta à igreja evangélica e envolvida nos trabalhos de casa de recuperação e das congregações por onde andei, às vezes pregando, outras só ouvindo, aprendendo e também ensinando.

A pastora, dirigente da casa de recuperação, me indicou, à época, para estudar no Instituto Bíblico Betel Brasileiro, no setor Jardim Atlântico em Goiânia e foi lá, na sala de aulas de Teologia, já tendo cursado algumas disciplinas que me reavia enquanto estudante. Um flerte desumano, entre a negação da minha identidade travesti e a possibilidade de estudar, de estar em algum espaço de educação. A Educação não deveria ser transexcludente como a é. Só pude voltar à sala de aula, por vias religiosas, isso é uma denúncia denunciada da impregnação, domínio e poder exercício, ainda neste século, do discurso religioso colonial judaico-cristão sobre a Educação, seus espaços e práticas de ensino-aprendizagem.

Registro minha gratidão a uma irmã, uma missionária evangélica e a um irmão evangélico que juntos, cada um com um pouco, pagaram para eu voltar aos estudos interrompidos na adolescência, quando busquei vaga no curso de “pré-vestibular” e preparatório para o ENEM, no Instituto Lúcia Vasconcelos, no Centro de Goiânia-GO. Foi graças a essa irmã e a este irmão, dentro dessas condições em que vivi entre 2010-2013, que pude retomar a sala de aula, a fim de concluir o Ensino Médio e finalmente seguir com meus estudos, acessando ao ensino superior.

No Instituto Lúcia Vasconcelos, retomei algumas coisas da escola, outras me eram deficitárias, mesmo, estruturalmente. Tendo meu direito à Educação negado – quando na transição e assumência da minha identidade travesti aos 14 anos de idade – muito do que as e os professoras e professores apresentavam em termos de conteúdo, dentro de suas especialidades, eu desconhecia, pois não tinha tido acesso ao Ensino Médio. Para a maioria de estudantes, naquela sala de aula de cursinho, mesmo se tratando de um cursinho – relativamente popular – mais acessível, o cursinho servia como uma grande revisão dos conteúdos desenvolvidos durante o ensino médio, para mim, era o “próprio” ensino médio.

Eu não estava revisando, eu estava aprendendo ou tentando – de alguma forma – aprender o que se estudava no ensino médio. Eu não sabia o que era Literatura, nem Sociologia, nem Filosofia e muito da área da História, Geografia e outras humanidades eu não tinha muita coisa prévia, porque aos seus conteúdos previstos para essa fase da Educação Básica, que é a fase final, eu não tinha acessado.

E no dia 30 de abril de 2013, aos 23 anos, fui personagem de uma reportagem do jornal O POPULAR. Na época, eu jovem, “ex-morador de rua”, pessoa em situação de rua, comemorava a vitória por ter sido aprovada em dois vestibulares públicos federais, um para o curso de Letras: Inglês da Universidade Federal de Goiás (UFG), e outro para o curso de História no Instituto Federal de Goiás (IFG). Sonhava muito em conhecer a “faculdade”, estudar muito e me formar o quanto pudesse, até alcançar, algum dia, meu diploma de nível superior, entretanto, esse sonho teve de ser adiado porque na época não havia concluído o ensino médio, em razão de uma nota na disciplina de Física que fiz, na avaliação do ENCEJA, ficando abaixo da média mínima.

Ao me submeter aos exames do projeto Educação para Jovens e Adultos, da Secretaria Estadual da Educação, por um ponto, fui reprovada em Física. Por isso não pude me matricular, naquele ano, em nenhum dos dois cursos universitários públicos federais, para os quais fui aprovada.

Somente em 2015, Depois de ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio em 2014, e, antes disso, após ter refeito, em outro momento, a prova de Física e – finalmente tendo êxito em concluir meu Ensino Médio, é que fui aprovada pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), e então, matriculada no curso de Letras: Linguística da UFG:

Foi insistente com a empresária Lúcia Vasconcelos que por dois anos concedeu a ela bolsas integrais em seu curso de Língua Portuguesa. No ano passado, ingressou na Universidade Alfredo Nasser (Unifan) e fez o Enem conquistando nota suficiente para entrar na UFG.

“Estou na UFG”, ela não disfarça o orgulho ao falar da nova condição de acadêmica de uma universidade federal. Para ela, o mais importante é mostrar às suas pares que

travestis podem e devem estudar. Larissa ressalta que enfrentou preconceitos e uma situação de grande vulnerabilidade social desde o nascimento, mas nunca desistiu do seu sonho de tornar-se uma Linguista. “Conheço muito a exclusão, mas me sinto totalmente segura para enfrentar tudo. Não tenho ninguém para me amparar”. (O POPULAR, 2015).

Tendo feito a prova do ENEM em 2014, ingressei – em 2015 – no curso de Letras: Linguística (bacharelado) na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada), como cotista: sendo uma pessoa negra parda, de baixa renda, tendo estudado durante toda minha “vida” escolar em escolas públicas, da favela. No dia da matrícula, fui atendida pelo Serviço Social da UFG – por meio da PROCOM-UFG – que veio a se tornar a PRAE-UFG, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. A assistente social que me atendeu era a coordenadora do Serviço Social, à época. Me atendeu respeitosamente, me identificou como uma pessoa trans, e logo foi me apresentando a possibilidade de fazer uso de meu nome social nos documentos da UFG, na chamada, SIGAA, comprovante de matrícula etc., conforme Resolução do CONSUNI de 2014, que dispõe sobre o uso de nome social no âmbito da UFG.

Tal resolução foi atualizada pelo CONSUNI em 20 de janeiro de 2023, reconhecendo, finalmente, o direito de pessoas trans terem seus nomes respeitados nos diplomas de conclusão de cursos. Entendi que a partir de então teria meu nome respeitado em todos os trâmites e espaços da universidade. E isso foi muito importante pra mim, naquele primeiro momento de contato com a universidade, por meio do Serviço Social, já que – também – até então, meus documentos ainda não tinham sido retificados, tendo sido, somente em 2021, antes de eu concluir a graduação.

Quando eu fiz o ENEM (2014), eu já estava em Goiânia-GO e depois de algum tempo da prova, fui para São Carlos-SP, onde já havia estado algumas vezes, em situação de prostituição compulsória. A primeira vez que fui a São Carlos, eu tinha entre 19 e 20 anos de idade, 2009-2010, e foi uma ida objetiva: prostituir-se, “descer a avenida”, “batalhar”, trabalhar, “ganhar um aquézim”. Lá, estive hospedada e sempre fui bem recebida na casa/pensão da finada “Rios”, uma travesti respeitosa e respeitada, conhecida pela sociedade daquela cidade.

Na casa da senhora Rios, conheci muitas outras companheiras de luta e de re-existência, as monas, que iam à cidade, por meio de indicação de outras que já conheciam de alguma maneira a cidade, ou que já tinha “ouvido falar”, que lá era ‘bens’. Foi lá que comecei a ter maior atenção, apesar de ainda “nova” em idade, às palavras, posturas e atitudes das mais velhas, em especial a senhora Rios, que desde a primeira vez em que a conheci, passou a ser

referência materna-travesti para mim. Discreta e de voz suave, equilibrada, ela falava com os olhos. Impunha respeito sem grandes esforços, sua postura era transmatriarcal. Suas filhas todas lhe respeitavam. Nunca a vi gritar, senão brincando com seu pet, sempre bem fofinho.

Em 2014, estando em São Carlos, mas com o ENEM e o SISU, já em mente, finalmente abriram-se as inscrições para o SISU daquele ano 2015, de 19 a 22 de janeiro. Lembro-me que no dia de abertura das inscrições, eu não tinha acesso a computador na pensão, logo tive a ideia de ir ao centro da cidade em alguma LanHouse onde pudesse me inscrever. Tomei o ônibus de “horas” e fui, umas 10h da manhã. Encontrei uma Lan, subi as escadas, paguei e fui ao computador. Entrei no sistema e fui aprendendo a operá-lo, era a primeira vez que me inscrevia no SISU, antes disso, somente havia feito o vestibular da UFG em 2012.

Sabia que queria estudar Letras, mas não sabia o que se estudaria lá. Flertei com o curso de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa do estado da Paraíba, seria uma aventura conhecer e estudar no Nordeste, no litoral, já que também teria maior afinidade com a praia, sendo caçara de nascimento. Mas Goiânia, eu já conhecia, já tinha referências: geográficas e alguns contatos de pessoas, principalmente mulheres que já tinham participado da minha caminhada, até então, na cidade. Apesar de em sua maioria serem pessoas evangélicas, sabia que poderia contar com alguém, com algumas delas, talvez, com algum local para morar, até que as coisas fossem melhorando, organizando-se.

Voltei do centro atônita, mais uma vez, eu tinha passado na “tal da Federal”, e agora não haveria impedimento para meu ingresso – pois que já tinha concluído finalmente o Ensino Médio em 2014. E assim o foi, voltei para Goiânia, em 2015, não mais como em 2007, como uma travesti negra em situação de rua, mas como caloura da UFG, aprovada pelo SISU 2015 e devidamente diplomada com o Ensino Médio, podendo assim me matricular finalmente, na Universidade federal de Goiás. Mas nem tudo seriam “flores”, ou ainda, quase não encontraria “flores”, mas, também, espinhos coloniais circunscritos na minha caminhada e em toda estrutura universitária.

Quando ingressei na UFG, eu não tinha casa e nem onde ficar em Goiânia. Lembrei-me do pastor do Edson, figura importante e referenciada no acolhimento às pessoas LGBTs. Homenageio com essa memória a pessoa humana e essencialmente ‘cristã’ do pastor Edson, que me acolheu em sua casa em Aparecida de Goiânia, de onde eu vinha todos os dias, para a aula na UFG, Campus Samambaia, de ônibus, passando por terminais de Aparecida de

Goiânia e de Goiânia, enfrentando já meus primeiros percalços na retomada de uma vida social, através dos estudos, da educação, da política pública.

Meus dias não eram fáceis e iam se tornando cada vez mais difíceis. No ônibus, lotado, os olhares pareciam me expulsar, quando não me invadiam em todas as direções e partes do meu corpo. A análise cis que se faz e a postura que se têm a partir da percepção de uma identidade transgênero é uma espécie de instrumento de exclusão, de eliminação de possibilidades de vida de travestis. Olhavam-me como quem viu algo estranho, um objeto não identificado ou ainda identificado como estranho mesmo, que não deveria estar ali, entre pessoas, entre seres humanos, de dia, na sociedade, em espaços sociais. E isso se tornou muito violento para mim.

Esperava uma vaga na Casa de Estudante, CEU-V-UFG, mas enquanto não “surgia” precisava suportar tudo aquilo, as pessoas cisgêneros agridem pessoas trans sem usar as mãos, sabem ofender no campo simbólico porque toda a estrutura semiotizada, já lhes fornece meios e recursos, para produzir ataques a qualquer sinal de nossas existências presenças. Não suportando mais, peguei minhas malas e fui para a porta da CEU-V, busquei ajuda, chamaram o coordenador, o coordenador acionou um morador, hoje formado em Ciências Sociais pela UFG e dirigente de uma igreja daimista “Céu do Passarinho”.

Quando ele me viu se admirou, uma travesti, ali. E foi logo se articulando e dizendo “você não vai ficar na rua, no meu quarto tem uma vaga pra você”. Acionaram a CAAF - Coordenação de Ações Afirmativas, à época, e logo se puseram a resolver politicamente, não à parte, mas concomitante à movimentação da PROCOM hoje PRAE-UFG, a questão de uma vaga para acolher na CEU-V, a travesti que acabara de ingressar na Faculdade de Letras-UFG.

Ainda no primeiro semestre, fui morar na CEU-V da UFG (2015), onde morei por quatro anos e meio. Casa de formação política. Tive a oportunidade de estar numa fase na Casa de ebulição política. Nas assembleias, vinham as gays das CEUs do campus universitário, passavam horas discutindo questões relacionadas às CEUs e às demandas das comunidades de moradores em relação com a universidade, seus percursos de estudos, necessidades, etc. Fui recebida no quarto 42, por um morador, que veio a se tornar um irmão e um padrinho, um irmão “mais velho” que me fortaleceu e muito me ensinou e compartilhou nos anos que seguimos convivendo, tanto na universidade, na CEU, quanto na religião na fé, onde encontrei apoio para seguir esse caminho que percorri para chega até aqui.

Mas os dias eram difíceis, eu estava na UFG, mas deveria esperar ainda começar a receber bolsa. Então nos primeiros dias, passei muita dificuldade e fome, porque tinha vergonha de falar que não tinha comida, no fim de semana, e nem dinheiro para comprar. Meu primeiro domingo na CEU, estando o Restaurante Universitário (RU) fechado, passei comendo bolacha de água e sal e tomando água. Depois disso, pensei “sou uma travesti”, tenho que “me virar” e arrumar dinheiro. Saía de noite andando como quem sem destino, para ver o que a rua me trazia, a prostituição compulsória estava aqui, presente, mesmo eu estando, finalmente, na UFG.

E durante toda a minha graduação continuei sendo perseguida pela prostituição compulsória. Mesmo atendida pelas políticas, recebendo bolsa, o que era bem pouco, sentia a necessidade de “complementar a renda”. E todas as dificuldades que encontrei no caminho vinham no sentido de me arrear desse lugar, a universidade, como se eu não “coubesse” nesse ambiente. Entre o primeiro semestre de 2017 e o segundo de 2018, passei uma fase de três períodos, em que quase todo dia eu pensava em desistir da universidade.

Com reprovações por média e faltas, não via mais sentido em estar na UFG, em ser uma estudante. Ainda não tinha encontrado meu lugar. Pesarosa e desanimada, fui às férias de julho de 2018 para a casa da minha família e fiquei lá com minha mãe, mais de um mês inteiro. Há muito, não tinha mais estado com ela e família, por igual ou maior período de tempo, e foi uma cura para mim. Retornei e vesti, finalmente, a camisa da universidade, da UFG, com todas as implicações disso.

Tornei-me uma universitária e passei a me reconhecer nesse lugar. Matriculei-me em sete disciplinas e fiz meu melhor semestre, até então cursado. No semestre posterior, peguei nove disciplinas e superei em quantidade e qualidade o anterior, mantendo 100% de aprovação em disciplinas. Em 2019/2, matriculei-me em quatro disciplinas e fechei – pela primeira vez – todas as disciplinas do semestre com nota 10.

Em 2020, veio a pandemia de Covid-19 e eu fui, assim como muitas outras pessoas, jogada ao chão. A reta final dilatou-se e tensionou mais de minha resistência, quase ditumbiei novamente, antes de concluir meu curso. Minha orientadora, profa. Dra. Tânia Rezende foi imprescindível para a minha não desistência. Vieram os Lockdowns e o distanciamento social e eu já tinha saído da CEU, morava de aluguel, recebendo bolsa moradia. Passei dificuldades, fiz campanhas, muitas mulheres me socorreram, as mulheres representam toda a força que me trouxe até aqui. Eu não chego a lugar algum sozinha. Foi e é a força feminina e feminista que me sustentou, no sentido mais humano e humanizante, e

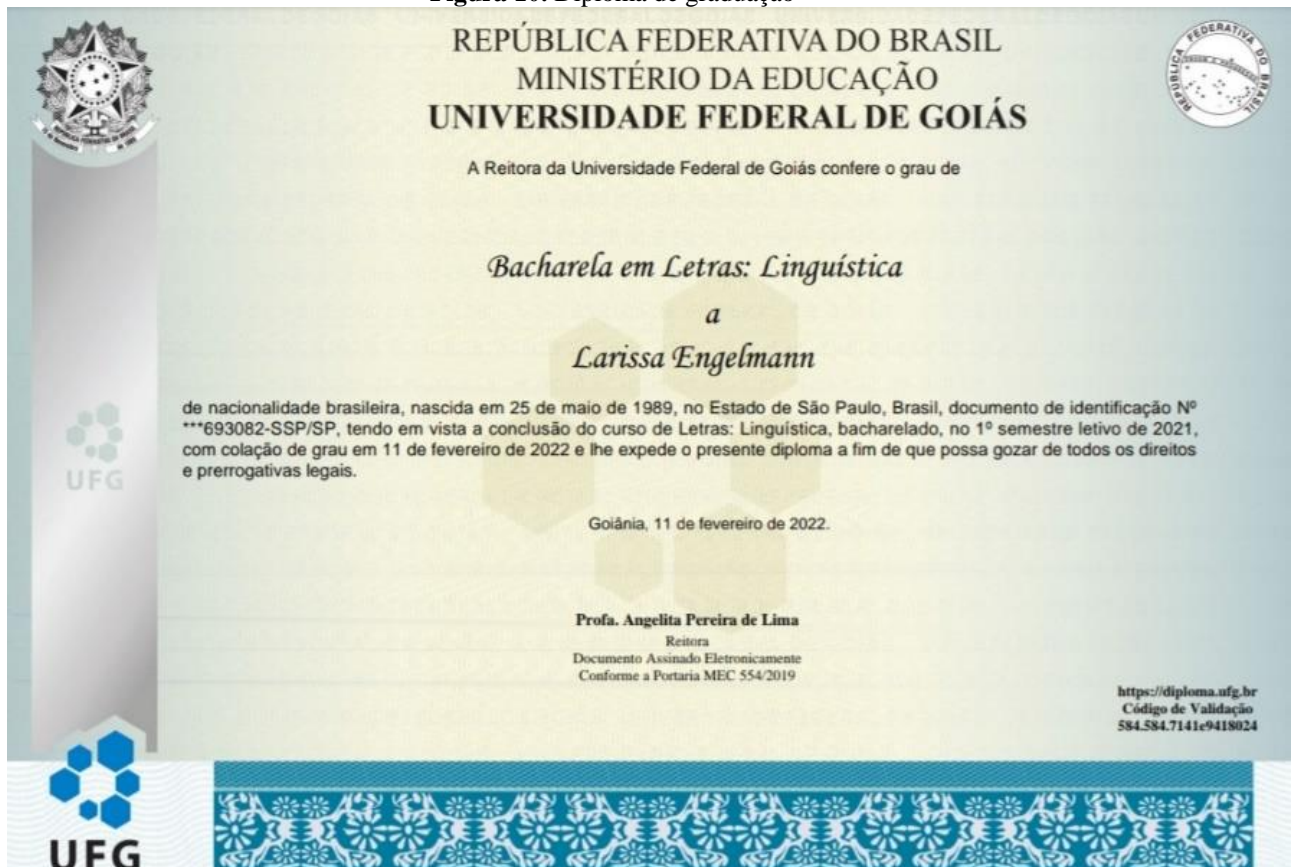
ainda sustenta a minha caminhada, desde minha mãe, anterior a ela ainda, quando falo das minhas “mais velhas”, minhas ancestrais negras, oriundas de África.

Finalmente, defendi minha monografia intitulada “Problematizações sobre as políticas de promoção da permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás” no dia 26 de novembro de 2021, em sessão de defesa pública, no modo remoto, no final do segundo ano da pandemia. Na defesa retomei partes das experiências e encontros que se fizeram textos:

Nossas vivências-encontros são frutos das políticas afirmativas. As resistências que, nesses encontros, se estabelecem e se afirmam parecem ter suas origens nos tensionamentos cotidianos que nos atravessam. São resistências que se fazem textos. Textos que se fazem na experiência, no tear da vida, junto ao tecer da palavra. Palavreando resistências, promovendo reexistências.

Trago todas estas memórias de pesquisa para o Diário de Campo enquanto potente instrumento de registro e produção material daquilo que extraio de minhas observações. Todas essas vivências constituem toda a minha pesquisa e as ações que a permeiam. (Diário de Campo, Goiânia, 2022).

**Figura 10.** Diploma de graduação



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora

**Figura 11.** Colação de grau



**Fonte:** arquivo pessoal da pesquisadora

E em 14 de dezembro de 2021, vi no *Facebook* o anúncio do edital do Processo Seletivo para mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFG. Baixei o edital e o li, integralmente. Na parte onde citava a reserva de uma “vaga extransumerária” para pessoas trans e travestis, me vi convidada a continuar meu percurso e retomar o vínculo, um novo vínculo com essa universidade. E assim me propus a passar no mestrado.

Fiz campanhas, novamente, pedindo apoio para me manter em Goiânia, pois já não tinha mais nenhum subsídio para isso, dada a minha conclusão de curso, e depois esse “período das trevas”, quando pessoas como eu, usuárias e necessitadas de políticas públicas se veem com o currículo integralizado (o que é uma vitória e nos dá o direito à colação do grau referente), porém, imediatamente desligada da instituição, e sem mais nenhum tipo de amparo/apoio/suporte, para tentar a pós-graduação.

Foram três meses sem vínculo oficial com a UFG – a não ser o de egressa – de dezembro de 2021 a fevereiro de 2022. Em março de 2022, tendo sido aprovada no Processo Seletivo do PPGAS-UFG (2022), fui matriculada no curso de mestrado acadêmico em Antropologia Social do Programa. E em abril, no mês seguinte, passei a receber bolsa de mestrado pela CAPES.

## PESQUISA EM TRANSFORMAÇÃO

Ao ingressar no curso de mestrado acadêmico em Antropologia Social, em 2022, pretendia a seguir desenvolvendo a pesquisa sobre as condições linguísticas, epistemológicas e pedagógicas de estudantes indígenas da UFG, defendida em monografia em 2021. Pesquisa, esta, uma narrativa de um encontro entre mundos, línguas, identidades, resistências etc. Considero, este, a origem e a força propulsora política e afetiva que me instigou como pesquisadora, essas amizades, as vivências, a escuta, fecundas para produzir conhecimentos e mais do que isso, conectar identidades e pontuar a diversidade de corpos existências, enquanto lugar estratégico de reafirmação das reexistências.

Às diferenças marcadas no corpo, as quais a priori apontariam a um distanciamento ou impossibilidade de diálogo entre uma mulher travesti negra favelada e estas/es interlocutoras/es – estudantes indígenas cisgêneros – transbordou um primeiro ponto de contato e identificação, sermos cotistas e carregarmos nestes corpos, físicos e simbólicos, marca(s) da diferença colonial. Confluências (Bispo, 2021).

Me instiga, Ailton Krenak (2018, p. 12) em “A presença indígena na universidade”:

Nossa universidade paralisada em si mesma demorou muito para entender, não como uma concessão, mas como uma obrigação histórica, que deve, sim, inserir todos nós, todo mundo, toda essa gente que se constitui nesse Brasil, nos seus espaços de circulação. Mas a marca da diferença persiste quando a gente trabalha a ideia dessa inserção num sistema de cotas, num sistema modulado, num sistema regulado.

Eu, alcançada pela Lei de Cotas, como estudante negra, de baixa renda e usuária do ensino público, durante toda minha sobrevivência escolar, e, estes, pela política interna da UFG que, em 2008, se antecipara a esta e criara o Programa UFGInclui, reconhecendo as identidades indígenas, quilombolas e estudantes oriundos de escolas públicas como público-alvo de ações afirmativas, para acesso e permanência nos cursos de graduação da UFG. Foi fundamental, para minha formação, este “deslocamento denunciativo”, a partir do qual pude problematizar sobre as condições empíricas destes estudantes da UFG, exercitando a escuta. Aprendi com a autoetnografia e as vivências entre as diferenças e as/os diferentes – na universidade – como campo de disputa tensionado pelas contradições que lhe são constitutivas, a importância das etnopolíticas, mesmo ainda esboçadas pelas afirmações afirmativas.

Ao me deslocar e dialogar com as identidades indígenas, percebi a abertura de caminhos possíveis, por onde a interculturalidade e a decolonialidade tornaram-se posturas de e para a vida. “Incorporei” um “outro do outro”, buscando alter-ativizar meu discurso,

trazendo à baila essas “outras” diversas vozes e denúncias silenciadas pelas estruturas colonizadas e colonialistas da universidade. Movimento onde estes “*organismos estranhos*”, nos termos de Krenak (2018), com a possibilidade de enunciar-se, trouxeram seus corpos e narrativas em presença. O autor denuncia:

Tem um ditado que diz que o cavaco não voa longe do pau [...] e se a universidade reproduz o pensamento racista, preconceituoso, discriminatório, classificatório que tem na nossa sociedade brasileira, é claro que aqui dentro da universidade esses organismos estranhos vão também sofrer um período de, digamos, adaptação ao meio, porque não são daqui, mas estão se inserindo nesse contexto. (Krenak, 2018, p. 13).

Todavia, meu lugar de existência corpo travesti mulher negra favelada, lócus de minhas “escrivências”, nos termos de Conceição Evaristo (2018), tornou-se central para o desenvolvimento desta pesquisa e de minha formação. Enquanto pesquisadora, percebi meu olhar se deslocando, em tempo, à interlocução com as identidades trans e travestis negras, que reexistem no ambiente acadêmico.

Iluminou-me Iêda Figueiró de Oliveira (2021), em escrita denunciativa, na sua dissertação “Do íntimo ao coletivo: figueira infinita em busca da plenitude ontológica”:

[...] Ouvia muitas reclamações em casa do barulho que eu fazia, “esse menino não para de gritar no quarto” diziam, mas para meu próprio bem, de novo, não parei. Acho interessante pensar nesse barulho, imagino que não era só por questões de técnica musical, imagino que o ruído e o incômodo eram tantos também por um espírito que se expressava, nesses momentos únicos de conversa comigo mesma, quando subjetividades proibidas de repente ganhavam ritmo e tonalidades e tomavam conta do espaço familiar, onde o silêncio foi tradicionalmente se impondo como ética de comportamento, como mais seguro, mais confortável, e pra mim nunca o foi. (Oliveira, 2021, p. 11).

### **Das interlocuções e ecoações denunciativas**

Esta dissertação conflui em interlocução com Iêda Figueiró de Oliveira (2021) e a confluência dessas vozes-travestis – até a pouco tempo (1964-1988) criminalizadas – sem nenhuma expectativa de enunciar-se, tão pouco de escuta, pode funcionar como uma ecoação denunciativa. Na experiência de aproximação entre vozes diversas, aprende-se, ensina-se, mutuamente. Percebi que a resistência travesti negra pode empoderar outras identidades alterizadas, no sentido mais apriorístico da resistência. Aprendi que as resistências são mutuamente retroalimentáveis e alimentadas, e, assim como as identidades, são referenciadas, enredadas, sempre coletivas e não solitárias. Há uma coletividade nelas:

Esse trabalho busca trazer as polifonias desses encontros em resposta ao grande silêncio. Uma espécie de cartografia pessoal que desemboca no coletivo. Experimentando linguagens afastadas do campo objetivo das ciências, já que os corpos e as corpas que sou e trago como companheiras, orientadoras, parceiras, também são corpos e corpas perseguidos e compulsoriamente afastados dos espaços de poder. (Oliveira, 2021, p. 21).

Refletir e problematizar sobre os processos de resistências que marcam as narrativas de sujeitos diversos, e em diferentes lugares, é um ponto de partida para busca de possíveis caminhos, para superação das amarras coloniais que tecem tais narrativas. As intersecções e os encontros destas diversidades de corpos dissidentes da colonialidade e de seus modelos de humanidade, de ciência, de epistemologias, línguas e identidades são o lugar da possibilidade de transformação social de realidades, implicadas pelos fenômenos pesquisados. O sistema colonial judaico-cristão, com toda sua rede e trama costurada, nos últimos cinco séculos, no que é o Brasil hoje, estruturou, produziu e segue produzindo amarras, contra as diversidades identitárias em todas as dimensões constituintes. Me ensina a figueira infinita, em Oliveira (2021):

Nesses diálogos busco priorizar vozes de quem cria conhecimento a partir de uma vivência de resistência, muito de criações de pessoas trans e travestis, mas também de autorias negras, indígenas ou mulheridades latinoamericanas que não necessariamente falam de uma perspectiva LGBTI+, mas que acredito, a partir de suas resistências específicas e do que resiste em suas epistemologias e pensamentos para além do conhecimento hegemônico colonial podemos aprender e agregar ao nosso conhecimento comum, como práticas de sobrevivência que se mostram necessárias para uma descolonização de nosso conhecimento, corpos, espíritos, que se dê em aliança e afeto, para todes. (Oliveira. 2021, p.13).

Em 2022, direcionei-me as estudantes travestis negras da UFG, antes da pandemia, tínhamos algumas vivências, mais esporádicas. Veio a Pandemia e todes nós, de alguma forma, dispersamo-nos. Para falar desse período pandêmico marcado pelos primeiros lockdowns em razão da crise sanitária de Covid-19, seria necessária outra pesquisa específica. Sobrevivemos, mais uma vez, ao iminente perigo de morte. Com base nas minhas sobrevivências, afirmo que nós pessoas trans e travestis negras “vivemos” sob uma constante expectativa de morte, pois os decretos de morte que pesam sobre nossas vidas existências, apesar de não estarem escritos, explícitos em textos-legais, circulam e se reafirmam em todos os demais textos que se possam ler, perceber, descrever, examinar, denunciar. Essa reexistência coletiva orienta à travestilização da pesquisa, para promoção da decolonialidade, deste e neste espaço-lugar, a universidade, retomo Oliveira (2021):

[...] Pra que euzinha também caiba aqui sem tanto me doer, como tem doído, e principalmente pela necessidade de ampliar as possibilidades de contato. A demanda a respeito da quebra dessa rigidez de pensamento (e reprodução, e circulação...) não é uma demanda especificamente trans, vem de muitos movimentos e multidões, e que entendo representar, no geral, a necessidade de uma descolonização do conhecimento. (Oliveira, 2021, p. 26).

As filhas de Xica Manicongo têm suas diversas estratégias de sobrevivência. Reexistiram e reexistem até à morte, e buscam seus lugares na História, e instiga e esperança Jaqueline Gomes (2019):

Eu venho contar uma estória, mais do que apenas uma história. Estória por ter ocorrido, pelo episódio ter sido registrado. Mas esta também é uma História, a

nossa. A dos opressores e a dos oprimidos. A do pensamento eurocêntrico e a das epistemologias “amefricanas” (Gonzalez, 1988), que se constituem na complexa realidade psíquica e cultural brasileira, que nos constitui como sujeitos de uma América Africana La(t/d)ina. Um olhar a partir das vidas trans, tão longamente apagadas, violentadas, assassinadas. (Gomes. 2019, p. 251).

## **UFG E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: PROGRAMA UFGINCLUI & LEI DE COTAS**

A UFG é a maior universidade pública federal do Centro-Oeste brasileiro, junto à Universidade de Brasília (criada em abril de 1962), tendo sido criada em 03 de fevereiro de 1961, e tem-se destacado nos últimos anos em rankings internacionais que avaliam a qualidade das maiores universidades do mundo. Em 2008, através do Consuni, com a Resolução 29/2008 criou o Programa UFGInclui, programa de inclusão da UFG, do qual se orgulha muito, por ter se antecipado à política nacional de inclusão social, na educação, que viria a ser instaurada, finalmente, em 29 de agosto de 2012, por decreto do Congresso Nacional, sendo sancionada pela então Presidenta da República, a Lei 12.711/2012, que ficou mais conhecida – popularmente – como a “Lei de cotas”.

O UFGInclui, criado em 1 de agosto de 2008, é um programa de inclusão de estudantes negros, estudantes oriundos de escola pública, indígenas e quilombolas, para acesso à universidade. Essa política de reparação se tornou a principal porta de entrada de estudantes negros, indígenas, quilombolas, e oriundos do ensino público, na universidade. Após a criação da Lei 12.711/2012, com algumas adaptações, passou a se concentrar mais na inclusão de dois dos quatro grupos iniciais: os estudantes indígenas e quilombolas, já que, a partir de 2012, os outros dois grupos passaram a ser contemplados pela política nacional, bem como, estudantes surdos, com a reserva de 15 vagas no curso de Letras: Libras, na Faculdade de Letras da UFG:

Com essas mudanças, desde 2012, o UFGInclui foi direcionado de forma mais específica ao público indígena e quilombola. Atualmente, o Programa mantém a criação de vaga adicional para esses grupos, quando há demanda, e reserva 15 vagas no curso de Letras: Libras para candidatos surdos (Fernandes, 2018. s/p).

Em 2018, a UFG comemorou os 10 anos da criação do programa, registrada em reportagem postada em seu site, por Mariza Fernandes, no dia 28 de setembro de 2018 e atualizada em 2 de outubro de 2018, sob o título “Avanços e desafios marcam os dez anos do UFGInclui” e subtítulo “Programa completa uma década como uma referência na inclusão de indígenas, quilombolas e surdos no ensino superior”. O texto e reportagem se inicia com a fala de uma estudante Iny Karajá do curso de Pedagogia da UFG: “Para conseguir mudar a realidade da universidade, que conserva uma estrutura racista, é preciso um esforço coletivo”. (Vanessa Hãtxu Karajá, estudante de Pedagogia/UFG\* [já graduada].

A fala da estudante, durante o seminário “Nós por Nós”, realizado em 2018, na Faculdade de Educação da UFG, mostra a importância do Programa e seus 10 anos, completados, em 2018. Esta, marca uma tensão estabelecida entre a comemoração da criação do Programa e os seus 10 anos de execução e existência, ao afirmar no modo afirmativo e no presente do indicativo que a universidade “conserva uma estrutura racista”. Logo, para além dos desafios que marcaram a comemoração, ela faz um apontamento para uma postura da universidade de conservação de uma estrutura racista, depreende-se, existente, antes mesmo da criação do programa e que insistia, segundo a estudante, ainda em 2018, quando já se completavam dez anos, que a UFG vinha recebendo estes estudantes. Como já pontuei em monografia de graduação, em 2021:

O Programa prevê providências como acompanhamento acadêmico dos estudantes, já que na própria Resolução, os redatores já reconheciam as dificuldades em permanecer nessa estrutura eurocêntrica, andro-brancadêmica, de ensino – por não terem nela reconhecidas e respeitadas as especificidades linguísticas, culturais e epistêmicas dos diversos povos brasileiros. O acompanhamento acadêmico objetiva à permanência e o pleno desenvolvimento acadêmico dos estudantes contemplados pelo Programa UFGInclui. (Engelmann. 2021, p. 8).

Ao problematizar em meu texto “Problematizações sobre as políticas de promoção da permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás” (2021) algumas questões referentes às condições sociolinguísticas, epistêmicas e pedagógicas de estudantes indígenas da UFG com os quais dialoguei, pontuo que mais do que a reserva de uma vaga por curso ou qualquer quantidade que seja, inclusão não é – somente – sobre reserva de vagas, não é números, não é sobre números, quantidades. Incluir é fundamentalmente uma ação qualitativa, a priori, retomo:

Incluir perpassa por trazer em presença, não só os corpos físicos dito excluídos, reconheço que as marcas que fundamentaram suas exclusões estão no corpo (físico) também, mas este é político e é esse corpo político que deve ser cada vez mais incluído até que se faça entre esses corpos e os demais que constituem a universidade, historicamente (brancos, masculinos, cis, héteros, judaico- cristãos) um corpo maior que aponte não mais para uma (Uni)versidade, pois há universos e universos, mas sim para que alcance, enfim, a (Pluri)versidade. (Engelmann. 2021, p. 17).

Deve-se transbordar à ação de abrir a porta, criar condições necessárias para se promover o alcance dos objetivos traçados. Ser incluído no ensino superior público passa pelo ingressar, desenvolver-se plenamente nas atividades acadêmicas, seguindo-se seu tripé fundamental que é o ensino, a pesquisa e a extensão, concluir seus cursos com pleno aproveitamento e ser inserido no mercado de trabalho, no campo de trabalho e da pesquisa, enfim, ter êxito em seus processos de ensino-aprendizagem, formação e pós formação. É qualitativo porque se busca, ou pelo menos se declara politicamente se buscar: o

reconhecimento, o respeito e fomento à diversidade em todas as suas possibilidades e de ordens tanto quanto diversas: cultural, epistêmica, pedagógica, linguística, de gênero, etc. Porque se orienta para e por uma harmonia:

Se há vida no planeta Terra e por consequência existimos, é porque os universos coexistem com (certa) harmonia, sua dança/movimento é harmônica. [...] Todos coexistem e a existência de um não implica a inexistência do outro. (Engelmann. 2021, p. 18).

Essa breve contextualização sobre a UFG, campo de pesquisa e de formação, e as ações afirmativas que vêm se desenvolvendo nela, desde 2008/2009, a partir dessas duas políticas públicas, é imprescindível para se pensar os problemas, fundamentação teórico-metodológica, contexto e objetivos dessa pesquisa etnográfica e autoetnográfica.

Como mencionado em meu memorial no início dessa dissertação, eu, sendo uma travesti negra de baixa renda, favelada, fui alcançada pela Lei de Cotas – 12.711/2012) – em 2015, ao ingressar na graduação em Letras: Linguística, na Faculdade de Letras da UFG. A luta do movimento negro – como um todo – possibilitou a minha entrada na UFG, como pessoa negra, por me encontrar com essas pessoas negras que alçaram suas vozes em luta, a partir desse lugar, do qual me empoderei e me amadureci progressivamente nesses oito anos de formação na universidade, ser negra. À semelhança de minha história e percurso na universidade pública, a UFG, outras pessoas trans e travestis ingressaram na UFG por meio da Lei de Cotas, por serem negras, racializadas, em sua maioria, de baixa renda e oriundas do ensino público, como eu.

Todavia a universidade, após ter se antecipado à política nacional de ações afirmativas de 2012 – quando criou o UFGInclui (2008) – parece ter “pendurado as chuteiras”, em meio ao “jogo”, no trabalho de promoção de uma sociedade mais justa, socialmente, e pelo desenvolvimento e formação humana. Desde então, a respeito dessa população, no âmbito da graduação, somente ensaiou aprender a respeitar o nome social dessas cidadãs, estudantes dessa universidade. Mesmo após a publicação da Lei de Cotas, e não estou dizendo que não haja travestis e pessoas trans quilombolas, indígenas e/ou surdas ou surdos, e outras de diversas diversidades, somente em 2014 a UFG, por meio de seu Conselho Universitário, reconheceu a presença, ou pelo menos a possibilidade de ingresso dessa população, apenas para fins de respeito ao “nome social”.

Passo importante, já que – como registrei em memorial – tive meu nome respeitado desde a minha matrícula no curso, ação fundamentada na resolução do CONSUNI de 2014 que tratou sobre o uso do nome social no âmbito da UFG. Vale ressaltar, que a resolução não faz referência pontual de que esta política pretende atender as demandas de

peças transexuais e travestis, usa-se documentação construída por associações ligadas às pessoas transgêneros, mas a política – em seu texto – não cita nenhuma expressão como “estudantes transexuais e travestis”, nem servidores e nem nada do tipo.

Não deixando claro o reconhecimento de que em sua comunidade universitária há pessoas transgêneros, bem como em seu quadro de servidores, a resolução que parece ter sido feita por e para essa população, dilui-se no “direito geral” das pessoas que tenham necessidade de fazer uso de nome social, em documentações internas da UFG. Nem a resolução de 2014 foi feita, especificamente, para pessoas transgêneros. E nada se avançou além disso, e mesmo essa resolução de 2014, logo se tornou retrógrada, falha e obsoleta, e a evidência disso se deu no ano de 2022 – com oito anos de resolução e sem quaisquer “ajustes”, quando uma estudante trans teve seu nome desrespeitado em sua coleção de grau, sua formatura.

Eu estava presente no evento, quando também coleí grau naquela solenidade e testemunhei o desrespeito: a estudante teve seu nome desrespeitado no diploma e na anúncio de seu nome na cerimônia, tendo seu nome, desatualizado, verbalizado em microfone pela cerimonialista. Fato ocorrido em 11 de fevereiro de 2022, no Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freua Bufaiçal, na cerimônia de colação de grau da Faculdade de Letras, Escola de Música e Artes Cênicas e Faculdade de Nutrição.

A partir de minha experiência-existência-travesti, e da exclusão, marginalização e eliminação cotidiana de minhas pares que se evidencia escancarada: **a)** em notícias, de meios diversos; **b)** no discurso religioso-colonial, de base judaico-cristã, que todos os dias livremente e sem constrangimento algum, nem por parte da sociedade civil, tão pouco do Estado, dito Democrático de Direito, criminaliza, demoniza e martiriza, relacionando as nossas existências à morte, à condenação, enquanto objetos e alvos do ódio “divino”, abominação materializada, e **c)** na negação e grande esforço pela manutenção da ausência de nossos corpos em todos os campos e ambientes e espaços relacionados aos direitos básicos e humanos como: a vida, a saúde, a educação, o alimento, a dignidade humana, o trabalho etc. – posso afirmar que a cisgeneridade, enquanto categoria analítica de pesquisa, garante privilégios e acessos que a mim, toda vida me foram – escancaradamente – negados.

A minha humanidade me foi roubada no dia em que me enunciei ser uma mulher, uma travesti, ou seja, aos 14 anos de idade. Sobrevivo à constante expectativa de morte, criada e mantida sobre meu corpo e esses são só alguns significados que consigo mesmo em meio à memórias doloridas capturar, das tantas pedradas que levei, literalmente, na favela,

principalmente e mais próximo a/na minha adolescência. Os constrangimentos que se seguiram reafirmavam a per-cis-tência em soar o alarme-cisgênero. Uma espécie de sinalização, ou cis-análise-ação, de que havia algo de errado, ou mais que isso, algo de maldito, condenável, na minha existência, no “simples” fato de eu existir.

### **Confluências em encontros interseccionais**

De fato, a Lei de Cotas, ao reparar historicamente a população negra, passou a contemplar travestis e pessoas trans negras, alcançadas por sua negritude constituinte e suas condições econômicas – de baixa renda – pobreza e extrema vulnerabilidade social. Mas pouco se fez, ou se operou, na universidade para a reconstrução de si mesma e, sendo administrada e historicamente ocupada por pessoas cisgênero, que – quando muito – falaram sobre nós, mas quase nunca conosco, usando-se de nossas vidas como objetos de pesquisa, galgaram títulos e lugares de poder, sobre o pressuposto de nossas ausências, produzidas e reafirmadas sistematicamente por elas e eles mesmos.

Em 2008 criou o Programa UFGINCLUI, em 2012 instituiu-se a Lei de Cotas, em 2014, reconheceu o respeito ao nome social e somente em 2023 a UFG retomou oficialmente a resolução que trata do respeito ao nome social de pessoas trans e travestis, para como afirma em seu site fazer “ajustes” na resolução, conforme compartilho abaixo, mas nada mais do que isso se fez ou se comprometeu – oficialmente – a fazer, em relação às vidas e possibilidades de permanência dessa população nessa universidade.

Na tarde desta sexta-feira (20), o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal de Goiás (UFG) aprovou por unanimidade os ajustes na Resolução CONSUNI nº 14/2014, de 23 de maio de 2014, permitindo agora que o uso do nome social seja utilizado em documentos oficiais, como o diploma de conclusão de curso.

Não há, ainda, nenhuma referência às pessoas trans e travestis como público-alvo de ações afirmativas na UFG, na e para a graduação, na Universidade Federal de Goiás. A UFG, em relação às pessoas trans e travestis, está ainda aprendendo – em 2023 – a respeitar o “nome social”, dessas pessoas. Apesar disso, que trago como um primeiro tensionamento em relação discurso de inclusão e a práxis que encontrei, evidenciada, nas sobrevivências de travestis negras na UFG, pontuo aqui a importância de se reconhecer que há esforços políticos por parte da gestão da UFG e da comunidade universitária, no sentido de se finalmente reconhecer a população trans e travesti da UFG, como público-alvo de ações afirmativas. Seguindo nessa direção, faço referência a Instrução Normativa Portaria SEI nº 13, de 23 de novembro de 2021 da Pró-Reitoria de Pós-Graduação-UFG que dispõe sobre possibilidade de reserva de vagas para pessoas trans, travestis e transexuais, em Programas de Pós-Graduação

Stricto Sensu da Universidade Federal de Goiás, a ser instituída por edital, enquanto sobrevier regulamentação em resolução do Conselho Universitário – Consuni-UFG.

Essa portaria da PRPG/UFG foi e ainda a considero uma base importante para a luta política por ações afirmativas para tal comunidade na Universidade Federal de Goiás. É o primeiro e único documento, até 2023, de que tenho conhecimento que faz menção às pessoas transgêneros para efeitos de reserva de vagas na pós-graduação para tal público, uma ação afirmativa:

Art. 1º Os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFG poderão reservar uma vaga extranumerária para pessoas trans (travestis e transexuais), nos processos de seleção para alunos regulares, conforme possibilidade, condições e procedimentos estabelecidos no respectivo edital de seleção. (Portaria SEI nº 13, de 23 de novembro de 2021).

Foi por meio dessa Portaria e da ação política do PPGAS-UFG que ingressei em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ocupando a vaga extranumerária, prevista, pela ação afirmativa, e mencionada em seu edital. Após ser alcançada pela Lei de Cotas (2012), tendo sido acompanhada por meio dela como pessoa negra – como travesti – somente fui novamente contemplada, para prosseguimento de meu percurso formativo, por essa Instrução Normativa (2021), superada em 2023, quando na aprovação da atualização da resolução CONSUNI 07/2015 de trata das ações afirmativas no âmbito da Pós-Graduação na UFG, a partir da qual pessoas trans e travesti, finalmente, foram incluídas como população a ser atendida pela política de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação da UFG.

Sobre a nova resolução e a minha participação no grupo de trabalho de revisão da resolução de 2015, devo retomar ao longo desse texto para tratar das potencialidades travestis negras sobre as quais tenho me debruçado à observação antropológica, a fim de evidenciar a produtividade das políticas públicas – enquanto ação frutificadora de inclusão das diversidades e de melhorias das políticas existentes e em curso.

A Lei de Cotas (2012) possibilitou a transformação ou a possibilidade de transformação de vida, ao me alcançar, mudando meu quadro de realidade que era de uma pessoa humana mulher travesti negra em situação de extrema vulnerabilidade social agravada pela prostituição compulsória, e em situação de rua, sem expectativa de vida futura, para a possibilidade de produção de conhecimento útil a serviço da sociedade, por meio da pesquisa e do ensino. Agora mais empoderada como uma cidadã de direito (como o são – por direito – todas as travestis e pessoas trans), graduada e mestranda, pesquisadora docente em transformação. Os frutos desse alcance, dessa semente lançada anterior ao meu ingresso na UFG,

deverão se evidenciar ao longo desse texto, nas diversas ações e trabalhos dos quais e sobre os quais tenho me debruçado na universidade, com atenção aos grupos minorizados, e para a promoção da dignidade humana, e de todos:

Ações afirmativas são medidas que, conscientes da situação de discriminação e vulnerabilidade vivida por certos indivíduos e grupos, visam a combater tal injustiça, por meio da adoção de medidas concretas e benéficas (Rios, 2008: 156) [...] (ANTRA, 2020, s/p).

As etnopolíticas são instrumentos legais e normativos pelo qual o Estado age – através destas políticas públicas – reagindo à força coletiva mobilizada pelas lutas dos movimentos sociais. Ela é fruto de luta e produz, possibilita encontros entre mundos, identidades, lugares e cosmovisões. São instrumentos políticos sociolinguísticos, denúncias cooficializadas sob tensionamento e pressão de grupos “não oficializados”, só a pouco, século passado, reconhecidos como pessoas humanas, cidadãos de direito. Ambas, juntas, resistências e etnopolíticas, produzem, e/ou acenam para possibilidades de transformações epistemológicas, no ensino, na pesquisa e demais atividades de formação que envolvem o ambiente acadêmico e outros espaços formais e informais de ensino, educação.

A Associação Nacional Travestis e Transexuais (ANTRA) publicou em 17 de dezembro de 2020 a “Nota da Antra sobre Cotas e Reservas de Vagas em Universidades Destinadas às Pessoas Trans”, atualizada em 2022. Para situar minhas problematizações a respeito do meu tema de pesquisa, retomo-a, para contextualizar a relação existente e estrutural entre a Educação e as pessoas trans no Brasil, e a necessidade premente de que se articular, discutir, criar e se executar efetivas ações afirmativas em relação a este grupo.

Em nota, assinala o que lhe provoca e apresenta seus objetivos:

A fim de garantir o acesso à universidade e a construção científica por pessoas trans que tem sido prejudicada historicamente devido ao processo de apagamento social da sua identidade e expressão de gênero, que tem expulsado nossos corpos dos bancos escolares e impossibilitando a chegada ao ambiente acadêmico [...] (ANTRA, 2020, s/p.).

A universidade é um campo fecundo para se observar as resistências. Que estas políticas, tanto institucionais públicas, quanto nacional, foram produtivas para se diversificar a população universitária é inquestionável. O que observei foi que nessas ações – que possibilitaram uma diversidade maior nas universidades públicas – no desenrolar de suas discussões, alguns grupos vulnerabilizados foram deixados de fora, como as travestis e demais pessoas trans. Segue a nota técnica da ANTRA (2020):

Não se trata de hierarquizar experiências, mas de evidenciar que há diferenças significativas em como a sociedade se relaciona com um determinado perfil identitário e corporal, em detrimento de outros. Principalmente para que as identidades historicamente constituídas no Brasil e toda a sua trajetória não sejam

preteridas no acesso as conquistas que chegam com largo atraso e deixando de cumprir a responsabilidade com essas pessoas que já estavam há anos aguardando a efetivação desses direitos. (ANTRA, 2022, s/p).

Abaixo trago ainda uma recomendação importante dada pela Antra (2020) que compartilhei no Grupo de Revisão da política de ações afirmativas, sobre a criação de comissões de transidentificação, para efeitos de fiscalização e desenvolvimento oportuno das políticas públicas endereçadas às pessoas trans e travestis, principalmente, racializadas e de baixa renda:

Nesse sentido, a criação de comissões de heteroidentificação a partir da autodeclaração de gênero da pessoa, com a participação de pares dos sujeitos avaliados, tem se mostrado medida urgente e necessária para o alcance pleno das políticas públicas de inclusão da população trans nas universidades públicas brasileiras, pois as cotas, isoladamente, garantem apenas as vagas, não garantindo que os verdadeiros destinatários dessa ação afirmativa usufruirão destas. (ANTRA, 2020, s/p).

As identidades trans e travestis não foram e nem são reconhecidas como público-alvo de ações afirmativas para acesso à graduação na UFG, por exemplo. Tão pouco são reconhecidas mesmo quando conseguem acessar a estes espaços, como as IES públicas, para fins de promoção de suas permanências e pleno desenvolvimento acadêmico. A própria estrutura social prevê tanto constrangimento para esta população desde o início dos anos escolares... que lhe rouba a possibilidade de conseguirem atravessar o mar da transfobia, violento e fundo, assim como afogavam nossos ancestrais no Atlântico, traficando seus corpos e vidas em “navios negreiros”.

### **Pesquisa vivência decolonial**

Nas vivências, em especial, universitárias, nas leituras teóricas em Antropologia e também em Linguística, nas aulas e debates teóricos, nas reuniões com a gestão e tudo o que as/me envolve, no campus, na Universidade Federal de Goiás, desenvolveu-se essa pesquisa. Neste processo de ser formada por essa universidade, e buscar transformá-la, em várias ocasiões e situações vi se insurgir o código colonial evocado e convocado, emergir seus símbolos e sistemas, para silenciar a denúncia de corpos-existências diversos.

Seguem as proposições da ANTRA em sua nota técnica, ao chamar à atenção a importância de se proporem e se executarem políticas públicas de ações afirmativas para pessoas trans e travestis, em todos os âmbitos, em especial na Educação. Numa sociedade em que pessoas trans e travestis são impedidas de diversas formas de terem seu direito à educação e a demais serviços públicos básicos que fundamentam a dignidade humana e o exercício básico – e não estou falando nem em exercício pleno, mas básico – de suas cidadanias, a

urgência de políticas públicas para a superação dessa desigualdade é um imperativo sociopolítico, uma demanda por humanização, no sentido mais básico da palavra:

Nesse cenário, não se pode deixar de reconhecer o valor da proposição de ações afirmativas, políticas que buscam abrir caminhos e conquistar espaços em domínios antes reservados aos privilegiados, cujas regalias alimentaram formações identitárias hegemônicas marcadas pelas vantagens da cisgeneridade e subordinação violenta e histórica de travestis e demais pessoas trans. (ANTRA, 2020).

Se há um ponto de contato entre as identidades plurais e diversas, na dissidência da colonialidade, este lugar é a resistência. O que as pessoas LGBTQIA+ podem aprender com os povos originários, com povos quilombolas, pessoas surdas, refugiadas, etc. é resistência. Ao conhecer e reconhecer os povos indígenas na universidade, estes – que desde minha infância foram-me feitos invisíveis aos olhos – pela colonialidade, esta miopia causada pôde ser superada. As ações afirmativas possibilitaram esses encontros e diversos outros na universidade, onde resistências e lutas políticas produzem contribuições para promoção de vida e de dignidade para as diversidades. E – como uma espécie de corrente de retorno – à medida em que são fecundos para a produção de pesquisas e práticas formativas, transformadoras e fortalecedoras, fortalecem circularmente essas construções históricas, legadas pelas ancestralidades, mulheres raízes.

O contato entre corpos e mundos, possibilitado pelas etnopolíticas pode promover a superação da invisibilidade, que não deveria mais se sustentar, ou persistir aos olhos das multidões que entram e saem do campus universitário todo dia, de muitos que ainda não se deixaram afetar pela diferença, pela diversidade e seus significados. A ocupação de corpos dissidentes da norma colonial nos diversos espaços sociais, como a universidade, não garante a visibilização destes. Pode-se ignorar, vendo. Olhando mesmo. Ignorar a presença de qualquer identidade não se expressa só em se negar a olhar. Há quem olhe, veja e ignore. Há uma pluralidade de caminhos a serem tomados a partir destes encontros, desde a negação deste encontro, na “afirmação” de que sequer tenha um dia acontecido. E isso pode se dar “simplesmente” pela língua.

## **TRANSPOTENCIALIDADES: AÇÕES AFIRMATIVAS TRANSFORMADORAS**

Neste capítulo, buscarei: **a)** relacionar a minha atuação no colegiado do PPGAS-UFG como representante discente de mestrado, à participação no Grupo de revisão da resolução CONSUNI 07/20015 (2022), e de sua revisão aprovada em 2023 pelo Consuni-UFG; e **b)** retomar a “1ª Semana da Visibilidade Trans e Travesti na UFG” (2023), proposta e

realizada pelo Coletivo Xica Manicongo-UFG com o apoio da Secretaria de Inclusão-UFG, do Grupo (OBIAH-UFG) e da Faculdade de Letras-UFG.

Muitas vivências descritas aqui são próprias a mim, autora deste trabalho, outras, tão próprias quanto coletivas, “transescrivências” e “transnarrativências”, inscritas em e a partir de corpos travestis negras, nos estudos, na luta política, na universidade. Sem nenhuma pretensão a romantizar essas transpotencialidades, que constatei transbordarem, deveras, à estrutura transfóbica da universidade – pontuarei alguns eventos situados e produzidos a partir destes corpos transpotenciais. Em contraponto às estas potencialidades, trarei alguns tensionamentos que vi denunciarem, per si, a transfobia e o racismo enfrentados pela população travesti negra, na UFG, que coparticipam em interlocução polifônica, como vinha dizendo Oliveira (2021), deste trabalho.

Em março de 2022, após ser aprovada em processo seletivo, e ocupando à vaga extranumerária prevista pela Instrução Normativa N°13/2021 (PRPG), fui matriculada no PPGAS-UFG. Fiz campanhas nas redes sociais, em favor da minha situação que, à época, tendo concluído meu curso de graduação, e já encerradas todas as bolsas de assistência social estudantil – era de extrema vulnerabilidade social – agravada pela prostituição compulsória. Estive janeiro, fevereiro e março de 2022, sem bolsa, tendo sido religada oficialmente à UFG, somente em março, quando fui matriculada, com alguma expectativa, muita luta por sobrevivência e articulações políticas para que eu recebesse a primeira bolsa de mestrado da CAPES, o quanto antes, ainda em abril daquele ano. É importante mencionar que a comissão de bolsas do PPGAS-UFG prioriza bolsas por ou para ações afirmativas, já há alguns anos e que desde 2021 incluiu oficialmente pessoas trans como prioritárias para o recebimento de bolsas, para garantir não apenas parte da inclusão que seria o acesso, mas também a permanência dessa população.

Mas, sobre esses três meses, com destaque a janeiro e fevereiro, seria necessária outra dissertação para se tratar do tema, assunto, dada a gravidade das violências que sofri, estando “fora da UFG”. É necessário se pensar a política até o pós-formação, pelo menos aos três meses que imediatamente procedem à colação de grau. Depois de parido, qualquer corpo/nascido ainda necessita de cuidados, a sobrevivência não está dada, principalmente quando se trata de corpos identidades – constantemente – ameaçados pela “expectativa de morte”.

**Colegiado do PPGAS-UFG**

Finalmente matriculada, passei a compor como membra representante discente, junto ao colegiado do PPGAS. Estive por sete meses no colegiado, de março a outubro de 2022, em todas as reuniões informativas, deliberativas e formativas, para mim. Trabalhei nesse período, articulando, informando, contatando, explicando, atendendo a todas demais colegas do PPG que me reportavam suas demandas particulares, e demandas coletivas da turma. Estando no colegiado do PPGAS-UFG, tive a oportunidade de participar das reuniões e aprender muito sobre pós-graduação, políticas públicas e principalmente sobre compromisso ético-político e – passados alguns meses – fui indicada pela coordenação do programa como representante discente a compor – também como membra – o Grupo de Trabalho com a atribuição de revisar a Resolução CONSUNI N° 07/2015.

### **Grupo de revisão da resolução UFG-CONSUNI 07/2015**

A discussão sobre a atualização da resolução teve início ainda em 2021, fui incluída à comissão em 2022. Nomeada pela Portaria N° 1262 de 7 de abril de 2022, assinada pela reitora da UFG, passei a compor o Grupo e participei durante reuniões intensas e às vezes semanais na revisão da política afirmativa criada em 2015. Era latente, desde o começo o quanto a Resolução estava defasada. Durante seis meses de intensas reuniões, foi produzida uma proposta redação, baseada em diálogo participativo, com esforços pontuais para se garantir a representatividade do maior número de grupos minorizados, possível, como o foi a partir da minha presença, uma travesti negra que participou da construção da nova política.

A instrução normativa/Portaria N° 13 de 2021 da PRPG, sobre a possibilidade de criação e oferta de vaga extranumerária (1 vaga) para pessoas trans (travestis e transexuais), era nossa principal “carta na manga”, foi a partir dela como um sinal, um aceno político humanizador, que conseguimos propor e aprovar, de pronto, a inclusão de uma vez por todas, e não mais como uma expectativa de possibilidade, de pessoas trans\* como público-alvo da ação afirmativa na UFG no âmbito da Pós-Graduação, agora contempladas as modalidades *stricto e latu senso*, conforme atualização.

Ponto aqui a firmeza e resistência das que vieram antes e galgaram tal conquista para aquele momento (2015), todavia não me furtei ao compromisso ético-político de tensionar e problematizar a política vigente – participando de todas as reuniões do Grupo que ocorreram, coordenadas pelo pró-reitor de pós-graduação da UFG. Destaco ainda e agradeço em nome do Coletivo Xica Manicongo e de todas as e os estudantes e pessoas trans e travestis da UFG, do Brasil e do mundo, a todo o Grupo de Trabalho que trabalhou com afinco nas

reflexões, problematizações e proposições para a construção do novo texto, revisado, das e dos quais pude – humanizadamente – compartilhar da presença e contribuições.

Todos os nossos esforços e confluências éticas e políticas de compromisso social com o serviço público se desembocaram este ano (2023) na aprovação, do novo texto da política. A UFG por meio do Consuni aprovou a atualização da resolução, ampliando a porcentagem de reserva de vagas dos processos seletivos para ingresso na pós-graduação stricto sensu, mestrado e doutorado, de 20% para 50%, além de prever também o mesmo percentual de 50% de reserva das bolsas de estudo. Ampliou a política afirmativa, para todas as modalidades de pós-graduação, incluindo as especializações e residências. Passam a ser contempladas, pela reserva de vagas e bolsas, pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, pessoas que gestam, pessoas ciganas, pessoas trans, pessoas imigrantes forçadas, e tutores, conforme a nova Resolução:

“Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás adotarão ações afirmativas para o ingresso e a permanência de pessoas de grupos minorizados, mais especificamente, pessoa negra (preta, parda), indígena, negra quilombola e demais integrantes de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pessoa em situação de migração forçada, cigana, mulheres mães e tutores(as), pessoa trans (travestis e transexuais), surda e pessoa com deficiência, no seu corpo discente.” (NR) (Resolução CONSUNI/UFG Nº 198, de 26 de maio de 2023.)

Através da portaria no 1262 de 7 de abril de 2022 da Diretoria de Administração de Pessoas-UFG a reitora da Universidade Federal de Goiás tendo já sido designado o Grupo de Trabalho com a atribuição de revisar a resolução Consuni Nº 07/2015, incluiu meu nome e outros, como membras e membros do grupo referido ao Conselho de Política Linguística da UFG (Reitoria). O conselho é uma instância colegiada, de caráter consultivo e de acompanhamento, criada pela Resolução Consuni nº 15/2018. É responsável por fomentar a Política Linguística institucional e conta com representantes de diversos órgãos e instâncias da UFG, designados por portaria da Reitoria, conforme disposto no artigo 6º da citada resolução.

No edital do Processo Seletivo para os cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da FCS (PPGAS-UFG) encontro evidências científicas e políticas das ações afirmativas como frutificadoras de novos caminhos. Eu, nascida no litoral de São de Paulo, como mencionado anteriormente, desde criança aprendi a lidar com a “corrente de retorno” - que é uma espécie de movimento natural do mar - após lançar-se sobre a areia, torna-se a si mesmo, gerando uma força no retorno. A corrente de retorno é uma ação e força consequente de outra anterior, importa se perceber que

a ação comprometida com as diversidades é fecunda para gerar transformações a partir da sucessão de reações produzidas por ela. Segue parte do texto (2023):

[...] processo seletivo 03/2023 para o preenchimento das vagas para o ano de 2024 do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa Resolução CEPEC/UFG nº 1670/2020, da Resolução CEPEC nº 1403/2016, da Resolução CONSUNI Nº 07R/2015, da Portaria Nº 1049/2019, da Instrução Normativa PRPG Nº 16/2023 e conforme as diretrizes para a política linguística da pós-graduação da UFG. (EDITAL Nº 04/2023. Edital de seleção ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Doutorado – turma de 2024).

Particpei do Grupo de Revisão da Resolução CONSUNI 07/2015, foi uma ação política fruto da Lei de Cotas (2012) e da Instrução Normativa Nº 13 de 2021 que vigorou até a aprovação do nosso texto final de revisão da política de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal de Goiás. Fui indicada por esse grupo e pela PRPG, para compor o Conselho de Política Linguística da UFG colaborei tanto no grupo de revisão quando no Conselho de Política Linguística de deliberações relacionadas às questões linguísticas na pós-graduação (UFG), e isso me significa de um valor inestimável.

### **COLETIVO XICA MANICONGO-UFG**

Quando a UFG retomou as suas atividades presenciais em 25 de maio de 2022, os reencontros eram cotidianos. O campus novamente ia sendo ocupado e a comunidade universitária voltou a conviver em seu cotidiano de atividades acadêmicas, como há pelo menos dois anos, desde março de 2020, não mais se via. Neste movimento de reencontros, retomadas e retornos, tornarmos a nos encontrar neste lugar, todas, todos e todes.

Essa retomada me parece que tinha certo gosto de sobrevivência, se não, completo. Entre as travestis falávamos o quanto foi bom termos vencido “mais uma”. Mais uma batalha. Voltamos a nos ver mais e estar mais juntas, em especial, eu autora e pelo menos mais cinco travestis negras, todas coparticipantes desse trabalho naquilo em que se enuncia aqui coletivamente. Com o retorno, sentíamos que tínhamos superado uma terrível fase, mas logo íamos voltando a experienciar o cotidiano da “vida normal”, que para muitas travestis negras nunca foi mais seguro.

Nas nossas conversas, nos pátios, corredores, no RU e em diversos espaços da universidade as demandas iam ressurgindo, sendo retomadas, voltávamos a falar e compartilhar umas com as outras as situações de transfobias cotidianas que iam voltando a acontecer, como “normalmente”, antes do afastamento social. A transição de gênero, ou “simplesmente” a assumência de suas identidades travestis era pauta importante em nossas conversas, pois algumas dessas universitárias travestis negras haviam transitado no período

mais tenso da Pandemia, marcado pelos Lockdowns (2020). E isso, para todas essas, significou uma necessidade imediata de deixarem as suas casas, suas famílias sanguíneas. Criadas em famílias simples e de pouco acesso à Educação e/ou a Ciência, famílias cristãs, sabiam que assumir-se teria tal preço e assim o tinham feito, todas já haviam deixado suas casas e juntas tentavam se manter de alguma forma perto da UFG. A essa altura, a universidade pública era tudo o que tinham.

Logo percebemos o quanto nossas demandas, em especial, as relacionadas à UFG eram coletivas. E entre nós compreendemos, conversando e convivendo, que precisávamos nos mobilizar coletivamente. Que nossas vozes dispersas eram só vozes submergidas em meio a um ambiente sistematizado transfobicamente contra as nossas presenças. Foi nesse período de maio de 2022 em diante e durante todo o ano de 2022 que ouvi registrei muitas narrativas e vivências/compartilhamentos em meu Diário de Campo, sobre tudo o que nós travestis negras falávamos.

As demandas eram diversas, eram muitas, todavia muito parecidas. Iam desde o desrespeito ao nome, respeito no tratamento, posturas de constrangimento como olhares de depreciação a atitudes de afastamento, em sala de aula, por parte do restante da turma, sempre todas e todos cisgêneros. Uma dificuldade, marcada, na socialização, nas atividades de grupo, até às demandas econômicas, estas diretamente ligadas à inação da Pro-Reitoria de Assuntos Estudantis e de negação ao direito de moradia (seja por vaga em Casa de Estudante, ou pelo repasse de Bolsa Moradia). Muitas coisas e situações que vi e ouvi, não teria talvez fôlego para descrever neste trabalho. Também, se a luz da Aurora brilhasse numa só vez não só iluminaria, mas dessecaríamos pulando o sol da posição das 6, direto para o meio-dia.

Passaram-se seis meses de conversas, diálogos e vivências e em novembro de 2022, nasceu o Coletivo Xica Manicongo, inspirada na nossa ancestral sequestrada do Congo, conforme retoma Jaqueline Gomes (2021), em seu artigo “Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra”. Na nossa primeira reunião nem sabíamos por onde começar, um mês depois, quando já divulgávamos o Coletivo, as demandas iam se multiplicando e outras pessoas trans, de maioria racializadas, iam se juntando à nossa conversa. Decidimos em Coletivo que nossas reuniões seriam fechadas até um segundo momento, participando delas somente pessoas trans e travestis, estávamos todes muito sensíveis e a transcentralização do grupo e de nossas primeiras atividades era necessária, pois em todos os demais espaços já tínhamos entendidos que seríamos como vínhamos sendo, desde sempre, atravessadas pela transfobia.

Tivemos algumas reuniões do Coletivo e logo viria o mês de janeiro de 2023. Mês importante marcado pelas entidades e associações de direitos humanos, em específico, de pessoas transexuais e travestis, com o Mês da Visibilidade Trans. E em janeiro de 2023, já tínhamos no grupo de WhatsApp do Coletivo dezoito pessoas trans e travestis estudantes da UFG, mobilizadas. Destas, pelo menos, oito travestis negras e dois homens trans negros/racializados. A maioria do Coletivo já era, como havia surgido em meio às nossas vivências, formada por pessoas trans e travestis negras/racializadas, havendo também a presenças de homens trans e transmasculines não-binários brancos, e mulheres trans brancas, também.

Abaixo um registro sobre as atividades no início da mobilização do Coletivo já quando realizávamos reuniões oficiais, sistematizadas, segue:

Hoje teremos nossa segunda reunião do Coletivo Xica Manicongo (Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da UFG). Será realizada às 15H. Na Faculdade de Letras da UFG, a princípio na sala 09 do bloco Cora Coralina a qual já está reservada para este fim.

A importância dessa reunião é indiscutível para nós pessoas trans e travestis da UFG, que queiram e reconheçam a força da mobilização/ação coletiva.

Não há representatividade alguma de nossas identidades e demandas na UFG, nesse momento. Por isso, a partir de nossas vivências e convivências no campus e na vida, decidimos todas, todos e todes que enunciamos no coletivo, coletivamente, nos organizamos para a luta e demais ações a serem realizadas em favor da nossa população, tão apagada, no ambiente universitário.

Este é mês da “Consciência Negra” (novembro). Ontem foi o ‘Dia da Consciência Negra’ que também coincide com o dia da “Memória Trans” em todo o mundo, quando lembramos, fazemos menção à memória de pessoas trans e travestis que já se foram. Em nosso país, a maior parte delas, assassinadas. O Brasil segue por anos ostentando o “título” de país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. [...] (Diário de campo. 21/11/2022).

Nessa reunião, pudemos nos aproximar mais, enquanto pessoas transvestigêneres. Cito aqui, em específico, esse conceito, porque ele foi mencionado oficialmente, na fala do ministro do Supremo Tribunal Federal e atual ministro presidente do Superior Tribunal Eleitoral, o sr. Alexandre de Moraes, em referência e fala parabenizatória à Érika Hilton, vereadora da Câmara Municipal de São Paulo (capital) e (atualmente) eleita deputada federal da República, para 2023.

Esses acontecimentos produzem significados outros que são estes mesmos que queremos construir, produzir. Num país como o nosso, ver uma travesti negra periférica chegar à Suprema Corte e ser recebida com respeito e fala de prestígio é alimento para o esperar tal qual temos aspirado. Uma sociedade que respeite, que reconheça e que obedeça à lei, para além de seu status legislativo, mas sendo transformada e se constituindo pelas premissas inscritas no texto legislativo “todos são iguais perante a lei.”

Trago a seguir, na íntegra, o Manifesto do Coletivo Xica Manicongo, primeira enunciação pública do Coletivo organizado em 2022, em janeiro de 2023 na abertura do evento “I Semana da visibilidade Trans e Travesti na UFG”:

### 1º Manifesto do Coletivo Xica Manicongo-UFG

**Figura 12.** Xica Manicongo



**Fonte:** [agenciaaids.com.br](http://agenciaaids.com.br)

O Coletivo Xica Manicongo é o Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da Universidade Federal de Goiás (Vale ressaltar que o nosso Coletivo se propõe a ser uma organização de cunho político, assim como grupo de estudos e formação acerca de gênero e epistemologias trans e travestis. Destacamos a nossa condição de estudantes da UFG, pois é enquanto universitárias, discentes dessa universidade, que nos mobilizamos, como coletivo.

Com o retorno às aulas presenciais, em 25 de maio de 2022, depois de passarmos os anos mais amargos da Pandemia de Covid-19, o sentimento de retomada, tão expandido e vivido por muitos povos indígenas, passou a aquecer os nossos reencontros no campus da universidade. De todes que acreditam e lutam cotidianamente contra todo tipo de opressão, de discriminação e a favor da promoção de justiça social. Justiça social, esta, pelas quais nossos corpos, minorizados, e não minorias, clamam há séculos. Desde a invasão colonial, do sequestro de nossas/os Ancestrais em África, e da escravização e violação de seus corpos físicos e simbólicos, dos estupros de mulheres negras e mulheres indígenas, da invasão e do roubo dos territórios originários. O Brasil inteiro é terra indígena!

Nos nossos (re)encontros, nós, trans e travestis, compartilhamos vivências sobre a universidade e sobre fora dela também. Nossas experiências são coletivas, comuns, a transgeneridade que marca

nossos corpos nos coloca no limiar entre sermos ou não reconhecidos como seres humanos. Em pleno 2023, ainda precisamos afirmar a nossa humanidade. Entre intervalos de aulas, no horário de almoço, no R.U., foi nascendo o Coletivo Xica Manicongo. Nossa primeira reunião ocorreu remotamente no dia 3 de novembro de 2022. E, a partir daí outras se seguiram, tanto remotamente, quanto presencialmente, nessa Faculdade de Letras, que atenciosamente tem atendido aos nossos pedidos de reserva/uso de salas para a realização.

A principal bandeira que levantamos é a luta pelo reconhecimento (em ação) das identidades trans e travesti (transvestigêneres) como público-alvo de ações afirmativas na UFG, tanto no âmbito da graduação, quanto na pós-graduação - para efeitos de: a) reserva de vagas; b) políticas afirmativas de promoção da permanência; c) acompanhamento para o pleno desenvolvimento acadêmico. Possibilitando assim a estas/es estudantes/discentes a continuidade de seu percurso formativo-emancipatório. Oportunizar pessoas trans e travestis, porque só 0,02% da nossa população acessa o ensino superior, neste país. Porque somos o “tipo de pessoa” que é expulsa de casa, por familiares, por ser quem somos. Ao “simplesmente” afirmar nossa existência-identidade.

O momento histórico é oportuno para isso. Temos pela primeira vez, na história do Brasil, pessoas trans e travestis eleitas para o Congresso Nacional. Temos um Ministério do Direitos Humanos que diz “pessoas transvestigêneres, vocês existem e são valiosos para nós”. Temos, mesmo que dispersas, vozes que coam junto as nossas, por justiça social, por reparação histórica. Temos Xica Manicongo que, como enuncia a professora Jaqueline Gomes de Jesus:

O século XXI testemunha o ressurgimento da Xica, como símbolo, heroína, rainha, nas vozes e escritos dessa gente trans contemporânea, que a transforma em âncora desse barco que, pretende-se, prende-nos ao porto tão almejado de algo que se chama “cidadania”. Termo inseguro e assaz inconsistente, inalcançável há milênios para os grupos historicamente discriminados, esse “ser cidadã(ão)... Algo que almejamos por ainda sequer sermos consideradas “gente”. Nós que lutamos para ter reconhecida a nossa mulheridade, estatuto de nossa condição de mulheres, quando mulheres trans. Ou de homens, quando homens trans [...]

Xica Manicongo é a mensagem que nos chega do passado e ensina: sigam em frente, transvestigêneres! Pois o terreno fértil será para as vozes trans – transformadas em palavras. (Jesus, 2019, p. 258).

Viva Xica Manicongo e todas suas filhas travestis negras que reexistem como ela reexistiu ao ponto sua mensagem chegar até nós!

Viva todas as pessoas trans (transmaculinos, transfemininas e pessoas não-binárias!

Viva a nossa luta e todes aliades que se somam às nossas vozes!

Viva aos Movimentos Sociais e a todas as vozes que se ergueram para que hoje nós pudéssemos, mesmo sob tanta tensão, chegarmos até aqui!

Obrigada!

## **1ª SEMANA DA VISIBILIDADE TRANS E TRAVESTI NA UFG**

A Primeira Semana da Visibilidade Trans e Travesti na Universidade Federal de Goiás (2023) foi um marco político cravado pelas pessoas trans dessa universidade, em especial ao Coletivo Xica Manicongo-UFG (Coletivo de Pessoas Trans e Travestis da UFG) que compôs a Comissão Organizadora do evento, sob coordenação, supervisão e participação da coordenação do Grupo Transdisciplinar de Estudos Interculturais e Decoloniais da Linguagem (OBIAH-UFG). Somam-se a isso o acolhimento e o abraçar desse projeto de evento e os esforços e articulações deveras contributivas da Secretaria de Inclusão da UFG a

toda sua equipe, e em especial à Diretoria de Mulheres e Diversidade, e o irrestrito apoio e abrir das portas – literalmente – da Faculdade de Letras da UFG e seu conselho-diretor.

UFG tem primeiro Encontro da Visibilidade Trans e Travesti  
O Coletivo Xica Manicongo e a Secretaria de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (SIN-UFG) organizam, de 23 a 27 de janeiro, o I Encontro da Visibilidade Trans e Travesti da UFG. Há uma série de eventos agendados, incluindo mesas redondas, rodas de conversas entre coletivos e até aulas de vogue. O jornalista Rodrigo de Oliveira conversou com a coordenadora do Coletivo Xica Manicongo e idealizadora do evento, Larissa Engelmann.” (<https://jornal.ufg.br/n/164286-ufg-tem-primeiro-encontro-da-visibilidade-trans-e-travesti>)

Este evento realizado entre os dias 23 e 27 de janeiro de 2023, foi idealizado pelo Coletivo Xica Manicongo, nas reuniões do coletivo que se seguiam desde outubro de 2022. Em razão das primeiras reuniões e demandas insurgentes que íamos compartilhando na formação do coletivo e da aproximação do mês de janeiro, considerado por nós o Mês da Visibilidade Trans, encorajamo-nos a realizar, em janeiro, algo que tratasse das nossas identidades existências, um evento que falasse – especificamente – sobre as demandas de pessoas trans e travestis da e na UFG, e o desafio, que se punha a priori, é que nunca um evento dessa temática havia sido realizado, nessa universidade.

Apesar do pouco tempo que tínhamos para organizar o evento, espaços, dias e horários, atividades, convites, etc., não nos esmorecemos à dificuldade e conforme registra o site da universidade, bem como matéria rádio jornalística produzida pela Rádio-UFG, realizou-se o evento e houve mobilização considerável, 80 inscrições realizadas. No formulário de inscrição para participação nas atividades do evento – organizado por Cainene Reiner, membra do coletivo, colheu-se e se têm em registro arquivado, dados como: nome, curso, identidade de gênero etc., de todas as pessoas inscritas. Um registro histórico e politicamente inestimável para a UFG, pós tempos de ódio institucionalizado.

Por contrastes visuais, percebi a presencialidade trans, marcada, em todas as atividades da Semana. Na abertura, dia 23 de janeiro, no auditório e cinema da Faculdade de Letras, a presença transgênero transbordou a visualidade padrão que via e observava e percebia há 8 anos, sendo essa faculdade minha principal referência geo-epistêmico-acadêmica, dentro da universidade. Uma transgnerização travestilizada e racializada da visualidade enquadrada – semioticamente – e enredada historicamente. Pessoas trans e travestis, mesmo adentrando à universidade não o fazem sob as mesmas condições de pessoas cisgêneros, isso é estrutural, e devo me deter nisso, o quanto se faça necessária a reafirmação e retomada. As racializadas mais prejuízo sócio-histórico enfrentam, está anteposto ao

ingresso, persiste pós-ingresso e pós formação também “a marca da diferença persiste... num sistema regulado, modulado” (Krenak, 2018).

A abertura do evento foi num dia quente, numa tarde quente de janeiro, quente seca. Tarde onde se pôde ouvir as vozes descolonizadas e decoloniais de travestis cerradeiras, do cerrado, das águas. Começando com relativo atraso, pude ver todo o auditório e cinema da Letras se corporalizar de presencialidades dissidentes, como antes não tinha. Homens e mulheres, transgêneros, transexuais e travestis, pessoas não binárias, pessoas cisgêneros. Uma travesti negra (A), coordenadora da mesa 1, cumprimentou a todas, todos e todes, e deu início à mesa, apresentando e chamando à composição suas membras e membros, as senhoras e senhores pró-reitoras e pró-reitores da UFG.

Compôs a mesa 1, intitulada “A Urgência de Políticas Públicas para a Promoção da Permanência de Pessoas Trans e Travestis na Universidade Federal de Goiás”, mesa de abertura da “Primeira Semana da Visibilidade Trans e Travesti na Universidade Federal de Goiás”: a) A Pró-Reitoria de Pós-Graduação; b) a Pró-Reitoria de Graduação; c) a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; d) a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; e) a Secretaria de Inclusão; f) a Associação de Pós-Graduandos da UFG; g) uma representante da (OAB), h) a coordenadora do Grupo (OBIAH-UFG); i) e (A) estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária, coordenadora da mesa.

Esta mesa foi a experiência mais rica, em se tratando de debate, estudo e reflexão a respeito da temática de pessoas transgêneros e travestis na Educação, em especial, na universidade (ensino superior) que pude assistir e participar, na Universidade Federal de Goiás. (A) travesti negra, numa universidade pública federal, no Centro-Oeste brasileiro, região de coronéis, deu uma aula – sobre as ausências e urgência de políticas públicas para pessoas Trans e Travestis no ensino superior – para as pró-reitoras e pró-reitores, presentes, e já compostas à mesa. Projetando seu material, organizado para a apresentação, discorreu ainda sobre pelo menos seis universidades públicas que – autonomamente – como lhes preveem seus estatutos institucionais, já reservam vagas nos cursos de graduação para pessoas trans e travestis.

Um caminho foi proposto à UFG, desde aquele evento: que a UFG reconheça as suas estudantes transgêneros transexuais e travestis como público-alvo de ações afirmativas, para efeitos de: a) reserva de vagas na graduação; b) políticas de promoção da permanência dessas pessoas, para fins de manutenção de condições mínimas de dignidade humana, a essa parte da população universitária, para garantia de moradia, higiene. Foi falado em direitos

humanos básicos a um grupo sobrevivendo sob extrema vulnerabilidade social agravada pela prostituição compulsória.

Vi serem denunciadas as amarras coloniais que roubam qualquer expectativa de humanidade de pessoas trans, nesta universidade, tanto pelo coletivo no evento, como nas reuniões que se seguiram, nas falas públicas em eventos e onde quer que se tenha escutado, se há quem escute – que a UFG precisa se reaver de suas formas de se relacionar – principalmente por meio da omissão, do silêncio, do não falar sobre a população transgênero.

Eu me graduei nesta universidade, outras pessoas trans se graduaram, outras estão se graduando, outras vão se tornar mestras, ainda mestras e doutoras, e pós-doutorados vão se realizar e se produzi, a partir de corporalidades-epistemes trans e travestis, nesta e em outras universidades públicas, mas a universidade deve tomar suas decisões. (A) deu uma aula, a aula mais viva – organicamente corporificada em corporalidade travesti negra – que já vi uma travesti negra ministrar, aula a todos, todas e todes presentes, naquele auditório, mas principalmente à Gestão Superior da Universidade Federal de Goiás. Tome-se nota.

### **EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL E PROSTITUIÇÃO COMPULSÓRIA**

A abertura do evento foi marcada por tensionamentos, travestis negras no auditório, prontas para falar, para ouvir e para protestar, principalmente. As condições a que são expostas estas existências, diante da ausência, marcada, de políticas públicas que promovam as condições humanizadas de estudos para essa parte de sua população foi a principal propulsão tematizadora de tudo que pode ser dito, falado, ouvido e denunciado com toda a potência transepistêmica de travestis negras racializadas, universitárias.

Narrativas e relatos de experiências foram expostos, pessoas, universitárias, cidadãs se expuserem com a mínima esperança de que fosse possível alguma ação efetiva no sentido de terem suas vidas – minimamente – mais humanizadas e finalmente dignificadas para seguirem seus estudos. A omissão se sobrepôs de forma desonesta a tudo que se expôs e principalmente àquelas que, corajosamente, mesmo tão prejudicadas tomaram o turno da fala, para contribuir, com suas dores, sofrimentos, existências, à construção de políticas que promovam uma sociedade mais justa.

A prostituição compulsória foi tema central, para se pensar a urgência reclamada no título da Mesa 1, dado pelo Coletivo Xica Manicongo, que é composto – em sua maioria – por estudantes travestis negras e homens trans negros e racializados. Há estudantes brancos/as também, todas, todos e todes transgêneres, mas a maioria são estudantes travestis negras, sendo essas, as mais afetadas pela prostituição compulsória. Travestis negras, racializadas,

oriundas de famílias de baixa renda, expulsas de casa (de diversas formas), que transicionaram na universidade e entre seu percurso de graduação e suas transições se viram acometidas pela consciência dos significados implicados de ser uma travesti, de afirmarem suas transgeneridades.

Muitas perderam em alguma medida seus vínculos familiares. A cultura enviesada por uma base colonial judaico-cristã divide famílias, insta pessoas à situação de rua, ao promover a expulsão dessas pessoas, de diversas maneiras, não é só verbal, no sentido da ordem, mas o pode ser simbólico e uma pessoas trans/travesti pode ir sendo morta aos poucos, até ao suicídio, estando “dentro de casa”, dessa casa que passa a não lhe pertencer mais, tão cedo tenha coragem de assumir-se neste lugar pré-condenado e atacado em diversas enunciações público-sociais.

Tudo se seguia mais “tranquilo”, formal, a formalidade sistêmica ia orientando a mesa e o evento, até que chegou o momento de as travestis falarem, e digo as estudantes travestis, porque elas se colocaram na linha de frente, nos primeiros bancos do auditório. Mas quem será que ouviu as travestis falarem? E quem se importou, e/ou quem se importa com o que elas falaram? Em resumo, percebi nas falas, narrativas, narrativivências denunciadas diante da Gestão Superior da UFG que todas as travestis negras estudantes dessa universidade seguem ainda em situação de prostituição compulsória, principal agravante de suas condições de extrema vulnerabilidade social.

### **Negação ao direito de moradia**

Parte, não recebem “bolsa moradia”, por serem da região metropolitana, mas isso não se sustenta diante da realidade travesti racializada, porque estas não podem contar com as famílias, que em sua maioria tem formação religiosa judaico-cristã, o que tornam tais casas, lugares de morte, de asfixia dessas identidades por meio de discursos e posturas de ódio, ambientes transfóbicos.

Parte não recebem “bolsa de iniciação científica”, porque estas são organizadas, com base em discursos meritocráticos, contraditórios, e se não houver articulação política, as/os professoras/es, por serem cisgêneros, não tendem ao esforço por apoiar por meio de oportunidades essas estudantes.

Uma travesti negra (C) narrou e afirmou ter precisado de fazer “sexo oral”, para adquirir um calçado de borracha, um chinelo (havaianas), ouvimos todas, todos e todes, sem grande dificuldade e em tom audível, enunciado no microfone. (C) têm estudantes travestis negras e pessoas trans se prostituindo, para não desistirem de seus cursos, para sobreviverem.

As estudantes travestis negras/racializadas da UFG estão expostas – estruturalmente - à extrema vulnerabilidade social agravada pela prostituição compulsória. Isto foi exposto com todas as implicações e dores/violências coloniais implicadas na exposição, diante da Gestão Superior da UFG:

É um compromisso político lutar e seguir com todes e por todes. A luta deve seguir na UFG. 2023 ficará marcado como a ano em que pessoas trans e travestis, mobilizadas em coletivo, promoveram um evento de Visibilidade Trans, pela primeira vez realizado, visto e anunciado nessa universidade. “Tomem nota.” enunciou (A), travesti negra, discente da UFG, membra do Coletivo Xica Manicongo, coordenadora da Mesa 1 – “A Urgência de Políticas Afirmativas para o Ingresso e Permanência de Pessoas Trans e Travestis na Universidade Federal de Goiás”, diante das principais pró-reitorias da universidade. “Tomem nota”, nota fundamentada na Constituição Federal do Brasil, artigo 6º. E seguiu com sua propositura à mesa gestora, um estudo de caso. (Diário de Campo, 29/01/2023).

O direito não é óbvio, quando se pensa nesse espaço de ensino, pesquisa e extensão, a universidade, estudar na UFG é uma labuta desigual para uma travesti negra. A universidade é sistematicamente estruturada, e “não saber respeitar pessoas trans e travestis” lhe parece “natural”. Existe um cinismo no pacto cisgênero e isso se desdobra na ação do Estado, por omissão. O Estado é – fundamentalmente – ocupado por pessoas cisgênero. A UFG não foge às regras sociais e resiste à transformação. É imoral a situação e as condições a que são submetidas estudantes travestis negras e racializadas, a partir da omissão institucional, do não agir. O lugar do saber só o pode ter sentido se se aplica tais saberes às ações. A que/quem serve nossos conhecimentos?

As travestis negras da UFG (d)enunciam suas existências com toda potência epistêmica que se possa descrever e problematizar e dão os termos antropológicos dessas leituras situadas, produzindo denúncia – na universidade – pela resistência, ao permanecerem e dizerem “não” à desistência, apesar das situações cotidianas de violência e desumanização às quais sobrevivem, na universidade, e em todos os demais espaços sociais – sistematicamente – colonizados.

Situações – como tem sido – de violências, públicas, institucionais, explícitas, gravadas registradas em vídeo, som e imagem, transmitidas ao vivo e em cores, repetidas, cotidianas, persistentes, sistêmicas, estruturais e estruturantes no Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, nos últimos anos, e pontualmente, últimos dias (2023) cometidas contra as deputadas federais Érika Hilton e Duda Salabert. Conforme links de acesso a mídias amplamente reproduzidas, no canal do youtube.

[\(Erika Hilton sobre ataques transfóbicos no Congresso: Não dá para ser blasé diante de mau-caratismo\)](#)

## **A luta por políticas públicas e contra a transfobia**

O incômodo cisgênero em relação às presenças-existências trans é palpável para uma travesti negra favelada, que carrega em sua corporalidade significados inscritos à revelia de sua vontade ou deliberação. As pessoas cisgênero expulsam e proíbem travestis negras de entrarem nos lugares e ambientes sociais, sejam espaços públicos ou privados. E assim fazem como e o quanto podem, com olhares, posturas, linguagem corporal. Expressa-se esse incômodo de forma nítida ou ainda discreta. Ou ainda, por meio de um certo ignorar de nossas presenças e/ou silenciar de nossas vozes.

Compartilho, também, do sentimento de (D), travesti negra, estudantes da UFG, que em nossas conversas sempre retomava o quanto RU é um espaço adoecedor e opressor para ela, enquanto travesti negra. Como somos minoria das minorias, era sempre muito comum que eu fosse a única travesti, presente, em muitos momentos de refeição, em um lugar onde cabem centenas de pessoas sentadas. Ficava latente a exposição a todo tipo de olhar e de reações sistêmicas à minha presença. E isso afetava até nossa alimentação.

Havia uma espécie de exotificação da nossa presença-existência, olhavam como se nunca tivessem visto algo parecido antes, quando na verdade nos viam e veem todos os dias, mesmo que não queiram. Há travestis e há pessoas trans na UFG. Mas tive a impressão de que seja uma questão da cisgeneridade mesmo, esse comportamento de marcar, pontuar um “estranhamento natural”. É importante que se reconheça que o racismo e o preconceito, ou ainda, ódio de classe se somam à transfobia produzindo a desumanização dessa comunidade.

Muitas pessoas que acessam ao RU-UFG são bolsistas, atendidas pela política pública de assistência social para a garantia da alimentação, direito básico, constitucional, diretamente ligado à dignidade humana enunciada no Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil (1988). É necessário se ter consciência política, preparo e formação para se servir alimento a pessoas que tiveram suas infâncias e pré-adolescências, senão, toda sua vida, marcada pela subnutrição, pela tontura da fome, que muitos privilegiados não conhecem. Retomo Maria Carolina de Jesus “Quarto de Despejo” (1992). É imprescindível formação humana, formação para a humanização.

Almoçávamos juntas, no Restaurante Universitário da UFG, eu, (B), (C), (D), e (F). Quatro travestis negras e uma pessoa não-binária (esta, ex estudante da UFG), e conversávamos sobre o mês de janeiro e sua importância para a visibilidade trans\*, no mundo. Registrei uma outra fala denúncia de (D) que em dado momento, com um tom de desabafo disse “Eu só falo com o/a professor/a em sala de aula”. Ela vinha dizendo isso numa linha

narrativa, sobre como foi voltar às aulas presenciais na UFG, depois de transicionar, ou seja, assumir socialmente sua identidade travesti. Confirmava “Eu não converso mais com ninguém na sala de aula, eu não consigo.” “É uó, lá no IME-UFG”. Falava do Instituto de Matemática e Estatística-UFG, onde estudava.

Ela estudava Matemática e transicionou no período da Pandemia, aquele mais restrito, quando tivemos leis e decretos para garantir o distanciamento social, como os “lockdowns”. (D) vinha compartilhando e era perceptível – visualmente – sua tristeza e desânimo ao compartilhar o quanto era difícil permanecer no seu curso, naquela unidade acadêmica, em específico. Que alguns dias antes, tinha ficado dias sem sair de casa e sem conseguir ir para o campus, nem para a aula e nem para o RU-UFG para se alimentar. O Instituto de Matemática e Estatística da UFG vinha sendo um lugar tão violento para ela que a desistência se tornava o óbvio, e isso evidencia a transfobia estrutural denunciada, aqui. A transfobia é acionada, principalmente, quando estes corpos estão de alguma forma “deslocados socialmente” - ou seja – ao invés de estarem em seu “habitat natural” que é as esquinas, a prostituição, a drogadição, a miséria, a doença, as ruas, zonas e cadeias, estariam, na verdade, invadindo estes espaços que “naturalmente” pertencem às pessoas cisgênero.

É uma universidade pública federal e este ambiente pode ser transfóbico, tanto quanto qualquer outro espaço-lugar mais simples ou comum desse Brasil. Não há nada no fato de ser uma universidade pública que ponha a salvo corpos travestis, que se atrevam a estar nela, nesse espaço social de prestígio. (D) falava seriamente em desistir.

Ela (D) compartilhara que recebia R\$500,00 de bolsa “auxílio pedagógico”, o que servia para pagar o aluguel de uma casa compartilhada com mais 4 pessoas trans. Dizia que, antes, tinha um emprego em uma escola privada o qual perdeu em decorrência de sua transição e sentia, desde então, em seu corpo travesti racializado o peso da transfobia e do racismo coincidentes. Sem emprego e nessa situação de extrema vulnerabilidade social ela compartilhava comigo o quanto vinha sofrendo, para tentar fugir da prostituição compulsória. Não há justiça social numa universidade pública, quando alguns grupos específicos de estudantes que compõe seu corpo discente sobrevivem sob a constante ameaça e assédio da prostituição compulsória, que agrava a condição de extrema vulnerabilidade social enfrentada por estas, já sem direito à moradia.

### **Transfobia e racismo na Faculdade de Dança e Ed. Física da UFG**

No dia 13 de julho de 2022, uma quarta-feira, próxima às 13h, encontrei com uma irmã travesti negra (E) estudante de Dança na Faculdade de Dança e Educação Física da UFG.

Ela estava acompanhada de seu companheiro, e me relatou que sofreu uma situação de racismo e de transfobia, sendo uma travesti negra periférica, na própria universidade, na sua unidade acadêmica. A situação se deu em um grupo de WhatsApp da turma de uma disciplina que estava cursando, quando – após falar sobre alguns incômodos, a partir de seu lugar de fala – uma estudante mulher cisgênero branca enviou logo abaixo de seu áudio uma figurinha, de tamanho maior, de um macaco comendo uma banana.

Relatou-me que questionou a ação racista, o jogo racista discursivo trazido pela discente, elemento semiótico evidentemente relacionado ao discurso racista de animalização da pessoa negra, por meio da comparação da pessoa negra ao macaco, animal e que a situação foi tratada logo – posteriormente – em sala de aula e não houve posicionamento firme por parte do professor em deixar evidenciado que esse tipo de postura é inaceitável, na universidade [em qualquer lugar], pois se trata de um crime.

O que poderia ser feito seria essa “universitária” ser denunciada e imediatamente, convocada pela Justiça e pela universidade para prestar esclarecimentos, desde administrativamente a judicialmente, com todo respaldo de seus direitos de defesa. Mas não foi o que se sucedeu, pelo contrário, não havendo posição e asserções objetivas e pontuais por parte do professor, o que prevaleceu depois do racismo e das “meias palavras”, em sala de aula, foi o constrangimento de nossa irmã por ver livremente e confortavelmente uma branca lhe comparar a um macaco, em plena UFG.

O dia que a encontrei e ela me relatou tudo isso, sentadas juntas num banco do pátio da Faculdade de Letras, além de tudo ou antes mesmo de sentir tudo que senti ouvindo essas narrativas pude perceber o quanto ela estava abatida. Falava em desistir. O racismo persistente enquanto força propulsora da colonialidade presente no ambiente universitário serve para expulsar corpos negros, pesa-se ainda mais, nessa existência, a travestilidade transbordada em seu corpo negro. (E) está condenada por seus marcadores de existência que habitam, inscritos e significados, o seu corpo enunciação a ser expulsa do ambiente de ensino, como eu fui, ainda aos 14 anos de idade.

Essa expulsão não está prevista e nem declarada nos documentos ou atos institucionais da UFG, não a princípio, mas está declaradamente pré-produzida e legitimada, inclusive pelo corpo docente, que não está livre das amarras coloniais, e pela postura institucional, fraca e anêmica, de posicionamento enunciada em aula por esse professor. Quantas outras coisas já acontecerem, ou podem estar acontecendo no cotidiano das universidades públicas, com a anuência de docentes? Com quantos constrangimentos se

promove uma desistência? Quantas violências e imposturas, como essa relatada, a universidade, os espaços acadêmicos, de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento de forma tão imoral permitem, e autorizam por omissão, a fim de se ver livres destes corpos, historicamente, feitos ausentes em suas estruturas?

A figura docente universitária teria papel imprescindível no acolhimento e promoção do respeito às pessoas trans e travestis que acessam ao ensino superior, ser referência na e para a universidade e toda sociedade. Mas não o é. O docente professor universitário, sim, o magistrado do ensino superior público, com toda sua formação e premissas acadêmicas que lhe conferem tal lugar, historicamente viabilizado – majoritariamente – para pessoas cisgênero-brancas, pode ser tão maléfico e desumano como qualquer outra pessoa. Pessoa cisgênero não abrem mão da transfobia, quando tensionados pela voz de uma travesti que pede respeito. É como se fosse uma ofensa, para qualquer pessoa cisgênero, ser interpelado por uma pessoa trans, como se a “simples presença” de uma pessoa trans travesti nesse espaço, que nem foi feito para tais “tipos de pessoas” já significasse uma ação de respeito, uma ética presumida, da parte de pessoas cisgêneros.

Recebi relatos de pessoas trans e travestis negras da UFG de situações transfóbicas sofridas por parte de discentes, docentes, assistentes sociais, diretoras e coordenadoras de pró-reitorias, etc. Uma estudante travesti negra já desistiu da Matemática (IME-UFG) e foi para a Dança (FEFD), (D), diz que se sente mais humana na Dança, ainda que sejam “só seus primeiros dias”, como me relatara. Outra, (C) certa feita, pedia socorro, dizendo “Não aguento mais desistir de disciplina por causa de professores transfóbicos”.

O quadro docente da UFG se revelou, para mim, propenso à transfobia e a toda sorte de preconceitos discriminatórios. Seus títulos e afins não lhes conferem compromisso ético-político algum com a Educação, a Pesquisa a Ciência, com o serviço à sociedade plural e diversa. Transfobias e discriminações enraizadas emergem no terreno fértil do cotidiano, do dia a dia, na convivência, onde se revelam as linhas, agulhas e novelos que enredam – estruturalmente – a experiência: corpo presença travesti negro.

Numa sociedade em que se construiu e se naturalizou – secularmente – como postura acadêmica, na pesquisa e na formação para o ensino, a educação, o **falar sobre nós**, de nós - mas não conosco, ou mesmo, nós mesmas enquanto potenciais sujeitos da própria enunciação, a presença de uma travesti negra, produzindo conhecimento, política pública e denúncia, por si só é um ato simbólico sócio-histórico político referencial.

À semelhança do que pessoas brancas faziam na década de 1980, como denuncia Lélia Gonzalez, ao se “autolegitimarem” para falar e ensinar os negros/as sobre negritude e sobre racismo no Brasil, a cisgeneridade sistêmica aprendeu – com a mesma base colonial – a reproduzir essas ausências e a – abertamente – por vezes, colocarem-se no lugar de ensinar as pessoas transgêneros, sobre gênero, sobre transgeneridades, sobre transfobia e, ainda, como devemos lutar pelas nossas próprias vidas. Uma coisa me liga imediatamente às pessoas cisgênero negras, minha negritude, outra – tão imediatamente quanto – separa, divide, marca, exclui, distancia, a minha transgeneridade.

### **Transfobia na Faculdade de Artes Visuais da UFG**

As transpotencialidades epistêmicas com as quais pude experienciar e compartilhar vivências na UFG, ou andando nas ruas do Setor Itatiaia que media a universidade, e onde muitas e muitos de nós discentes residem, vivem e compartilham de suas lutas e percalços, quando se narra a vida, os acontecimentos, as leituras, significados e efeitos dessas experiências, coletivamente compartilhada, compõem a matriz epistêmica dessa pesquisa.

Este lugar onde nos encontramos, sermos travestis negras, universitárias, cada uma a seu tempo e percurso considero estratégico para a promoção e atualização dos debates e diálogos sobre direitos humanos, e sobre questões de gênero e de identidades-diversas na pesquisa, na educação como possível caminho para se construir outras realidades. É preciso oportunizar pessoas transgêneros e travestis neste lugar-universidade. É uma lástima chegar até aqui e ver que à despeito da riqueza de significados e de diversidades que a presença de pessoas trans e travestis na universidade possa promover, esta universidade lide de forma tão vil, e omissa essa população.

No campo das Artes têm travestis nos cursos de Dança, de Arte Visuais, de Direção de Artes, na Letras, têm travestis se licenciando em Letras: Português, têm travestis nas Ciências Sociais, estudantes pessoas trans na Faculdade de História, na Faculdade de Agronomia, nas Políticas Públicas, nas Artes Cênicas têm trans graduada, já fazendo mestrado na mesma unidade, a EMAC-UFG. Minhas principais conversas com as travestis negras da UFG, quando topicalizei sobre episteme, potencialidade travesti, foram de uma fecundidade inenarrável. Não cabem nessa narrativa, no sentido de não poderem ser medidas suas extensões epistêmicas. Um coletivo de travestis negras, formal ou informalmente reunidos têm corpos-transpotenciais insubstituíveis para se pensar o marcador social da

transgeneridade e suas implicações no corpo, sendo enunciadas ou denunciadas a partir do próprio corpo, marcado.

Em diversas áreas do conhecimento, a partir da oportunidade de presencialidade transgênero se têm uma estrutura cisgênero-cistêmica atravessada por um olhar transpotencial, (C), travesti negra, me dava aulas de visualidades em conversas de cinco minutos, narrando sempre a sistematicidade escancarada e previsível marcada em todo o curso de Artes Visuais, desde seu prédio físico, espaço físico visualmente significado antropologicamente, ou seja, situado em um lugar de crença, valores, etc., ao currículo, a teoria e as práticas que envolvem a pesquisa e o ensino sobre Artes-visualidades, às posturas e olhares que recebe, desde sua entrada no curso.

Houve um episódio, bastante tenso, em que ela narrava sobre transfobia sofrida na Faculdade de Artes Visuais da UFG, onde estuda. A professora Doutora estava lhe tratando no masculino “ele”, “dele”, marcando na linguagem a negação, o despeito com ela, uma mulher travesti negra. Seu nome constava como devidamente na lista de chamada “C” mas a docente insistia no tratamento masculino, na referencialidade, por meio do uso de pronomes, ao masculino, ofendendo diretamente a identidade humana e cidadã da estudante. Ao que a ela a interpelou, sobre o tratamento indevido. Tendo como resposta da professora Doutora “que ainda estaria aprendendo a lidar com sua pessoa.” e “que a estudante negra travesti deveria ter paciência e mais compreensão, ser mais pedagógica”.

Ela me relatou que, na ocasião, a professora prestou uma reclamação sobre sua interpelação por respeito à sua identidade feminina, na coordenação do curso de Artes Visuais da UFG, ou seja, além de ser desrespeitada pela docente em sala de aula, teve sua interpelação “criminalizada”, no âmbito das relações de poder: docente e coordenação contra uma discente travesti negra, sobrevivendo na universidade, em extrema vulnerabilidade social agravada pela situação de prostituição compulsória.

Com quantas revitimizações institucionais e institucionalizadas – por meio da figura docente doutora – provoca-se uma desistência? Como retornar a uma aula, uma sala de aula, onde a principal figura, que hierarquicamente tem o “valor de verdade” de referencialidade em suas mãos, e de superior, além de lhe despeitar, ofender e constranger, ainda in-cis-te em colocar uma travesti negra de baixa renda que fugindo à prostituição compulsória se esforça de todo modo, para não desistir de seu curso, talvez única possibilidade social que terá na vida, nesse lugar do “tem que ser mais pedagógica”.

(C) relatara ainda que vinha desistindo de algumas disciplinas pela dificuldade de lidar com professores transfóbicos, disciplinas obrigatórias que implicam diretamente no tempo de conclusão do curso previsto pelo Projeto Político Pedagógico do mesmo. Um atraso provocado sistematicamente pelo ódio, pela displicência, pela transfobia reiterada.

### **Relatos de transfobias na Educação Básica**

Em fevereiro de 2023, tive uma primeira aula num curso de especialização na Faculdade de Letras da UFG. Fiquei estarrecida com alguns relatos e postura dúbias, em relação a eles, de educadores presentes, colegas de turma. Um primeiro e mais polêmico foi de um professor de História da rede particular que nos compartilhou a respeito de um aluno transgênero que vinha assumido sua identidade na escola e esse professor “muito em dúvida” tratou o aluno, no relato, como aluna, dizendo “ela virou um trans”, numa clara “confusão sistêmica” que se fundamenta no “desentendimento natural” sobre pessoas trans. E acrescentou dizendo que na direção e coordenação da escola, os professores receberam a ordem de ignorar totalmente o assunto e fingir que o estudante não existe.

Evidente a força transfóbica e sistêmica que impera na relação: escola cisgênero X estudante trans. Um crime, dentre outros também que foram compartilhados. Ao ouvir tantos relatos relacionados às pessoas LGBTQIA+ nas escolas e como professores, direção, coordenação, e administrativos reagem a existências diversas, senti-me bastante afetada. Foi como reviver um pouco da minha infância e adolescência, escolar, ao perceber que aquelas posturas violentas e criminosas cometidas contra mim são reiteradamente mantidas até hoje, 2023, não são só posturas de crianças e adolescentes, alunos, mas de todo o corpo escolar. Quantas fobias, ofensas, violências, humilhações e desumanizações de pessoas LGBTQIA+, com destaque às pessoas trans e travestis racializadas são – abertamente – cometidas nas escolas? Poderiam se contar?

A Educação como produto de venda, como mercadoria, principalmente, religiosa, confessional, antidemocrática é tão prejudicial à diversidade, quanto qualquer púlpito onde se valha – equivocadamente – da liberdade de culto, para disseminar o ódio às minorias, a distinção moral e valorativa entre pessoas humanas e cidadãs de direito de uma mesma comunidade, família, cidade, nação. Qualquer discurso religioso que propague o ódio, através da desinformação, de pseudociências e narrativas criminosas, que reiteram e reproduzem por gerações a desumanização de uns em favor da ideia de humanidade de grupos específicos de pessoas é criminoso. Mais pesam as palavras e discursos proferidos contra as nossas vidas do

que as mãos sanguinárias, judaico-cristãs e assassinas que nos matam, “fundamentadas” numa educação religiosa colonial. Quem ensina a matar é tão criminoso quanto quem mata.

Qual é o papel do educador diante da escola, alunado e do mundo? A escola é o mundo. O mínimo se mantém por força de lei, mas se não a houvesse? Professoras/es xingariam, ofenderiam, humilhariam, violentaria suas/seus alunas/as diversas? Ou já o fazem, mesmo diante da lei? Denuncio para acordar “despertar”. Durma quem puder. Esta denúncia de materializa na gravidade de meu tom de voz-travesti, em seu duplo sentido. É grave a minha voz, aos ouvidos cisgêneros, mais grave ainda é o conteúdo e os significados que minha grave denúncia mobiliza, reverbera, evoca:

[...] Meu texto tem sangue correndo nas veias, e, às vezes, escorrendo pelo chão. Tem coração batendo, tem escuta atenta e empática, e de uma potência político-alterativista. Para além das tensões que se coloquem, epistêmicas ou ainda textuais, disso que participam de meu texto-vida, vivo e vivificante, percebo toda essa trama tecida que envolve meu corpo-texto, como parte disso tudo, cotidianamente. Perceber a diversidade de linhas, agulhas e novelos que participam dessa trama e o quanto o lugar de uma cisgeneridade que se impõe como natural, universal, padrão, “criação divina”, a despeito de corpos trans “desnaturalizados”, desumanizados etc., etc., é fundamento para a manutenção de uma violência degradante, da negação de direitos de uns, em favor do privilégio “simples” de existir de outros - é um processo dolorido. Meu texto deve doer. Transmite dor, porque me dói e, deve ser denunciado porque não o dói só em mim, eu travesti. Mas é dor que se provoca em planos mais profundos, ou pelo menos a partir deles. (Diário de Campo, 14/02/2023).

A transfobia, também, permeia a dimensão epistêmica, uma vez que a universidade, a academia e seus espaços são historicamente sistematizados. Construíram uma universidade transfóbica, desde às teorias aos currículos, às “grades” curriculares; dos atos e/ou ausência destes, no âmbito administrativo-pedagógico; da formação e despreparo intencional de seus quadros docentes, de técnicos-administrativos, bem como trabalhadores terceirizados. Tudo foi tecido, para que pessoas cisgênero não “saibam” lidar, reconhecer ou simplesmente respeitar as pessoas trans e travestis.

Falar sobre transfobia, quando se é uma mulher trans – mais especificamente – uma travesti negra e favelada, é expor uma espécie de ‘ferida mortal’. É muito doloroso. Meu texto talvez pulse dor, em cada uma dessas linhas que vão compondo a minha escrita, em língua portuguesa, a língua daqueles que ensinaram, até mesmo a meu povo (negro) a me odiarem, quando no “pacto da cisgeneridade”. Não desistir da escrita é um ato de resistência, ensina Anzaldúa (1980) ao tecer diálogo entre as mulheres do terceiro do mundo em sua carta.

Se a escrita, enquanto sistema não só grafo-alfa-numérico – mas também tecnologia colonial imposta – não nos vale o espaço, é mister que assim como se resiste e se combate às colonialidades e à subalternização, resista-se nela, inscrevendo-se esses corpos denúncias nesse espaço e lugar de poder, para que não persistam “tranquilamente” tais

ausências, que são bases daquilo que – nela – criaram sobre nós, a partir de suas perspectivas desumanizantes, colocando-nos nos lugares mais miseráveis, outreficados pela alterização.

Numa sociedade afogada em meio a tantos discursos e significados de ódios sociais, que historicamente construídos, seguem sendo disseminados e reproduzidos, ainda hoje, desde o século XVI no Brasil, a pesquisa antropológica que se fundamente no compromisso ético político e alterativista é um lugar de possibilidade-contribuição, para a transformação das realidades tão desumanizadas, em que vivem diversas pessoas, pessoas diversas, nesse país.

Lida-se com corporalidades simbolizadas, constituídas sob sofrimento, e por força de resistência. Identificar é perceber algo de si no outro, mas não numa perspectiva de “outreidade colonial”, mas, deste outro como semelhante. As identificações e identidades podem ser múltiplas, pois somos seres heterogêneos constituídos e em constante constituição, que se dá a partir de uma diversidade de marcas – interseccionadas – que atravessam nossas corporalidades-existências.

Me constituo de minha transgeneridade, minha mulheridade, negritude e favelidade. A essas categorias, que me permeiam o corpo e são operadas pelas colonialidades, para oprimir, invisibilizar, e desumanizar, subverto e as transformo em pontos de convergência, de confluência de vozes silenciadas que afluindo se unem na reverberação ou ecoação dessas denúncias. Transfluênciação. Eis assim, um compromisso, transformar a marcas inscritas no meu corpo em instrumentos políticos na luta, de tensionamento, de transformação.

Denunciar não é alçar uma voz solitária, mas a uma polifonia denunciativa interseccional reverberada, que tem suas raízes na ancestralidade, ancestralidade travesti, ancestralidade negra, ancestralidade indígena, etc., nessa dispersão diaspórica e alterizada em encontro, confluência. Qualquer que sejam as respostas sobre a pergunta: o que me movimenta ao diálogo com o outro; com a alteridade; com aquela/e que não me é parecido? Nenhuma delas poderá dispensar o compromisso político, a ação consciente. Ao dispor de instrumentos para conhecer o outro – pela semelhança ou mesmo pela diferença – deve-se basear no compromisso de reconhecimento da diversidade humana existente e do respeito à dignidade humana, e à toda a natureza que superabunda nosso planeta.

Essa interlocução está calcada, também, numa necessidade que se coloca para a resistência, em meio as diversas tensões discursivas socio-historicamente construídas que separam, por meio de marcas inscritas – simbolicamente – nessas corporalidades diversas,

estas se encontram em alguns pontos de contato, e as ações afirmativas é produto e produtora desses encontros. Ninguém fala e nem resiste sozinha. A resistência é fundamentalmente dialógica. Coletiva.

Se o conhecimento é localizado, situado e a episteme colonial persiste nas generalizações e pressuposição de que o conhecimento seja universal, deve-se avançar para outras possibilidades e, se ainda são poucas, construir outras mais, mais e mais. Criar essas possibilidades, abrir outros caminhos, aos quais se aspira, sob suspiros, sentindo em cada uma das palavras que compõem nossos textos-corpos o peso, a opressão, a indignação que persiste recair sobre nossas existências diversas. Todo conhecimento é localizado, situado e posicionado, não há neutralidade etnográfica, produz-se num lugar, numa situação e a partir de uma posição e posicionamento no mundo.

Essa recorrência epistêmica me parece ser baseada na experiência-existência acumulada até então, e esta é corporificada, experienciada no corpo, indissociável da mente. Recorre-se ao corpo-experiência e é nele que se inscreve o alfabeto, ou o sistema base epistêmica, o próprio corpo onde – primeiramente – lê-se o mundo e seus significados, cosmopercepções.

O conhecimento é antropologicamente situado. A leitura de qualquer signo prevê e é antecedida pela leitura de mundo, a primeira leitura antropológica é através dos sentidos, visão, tato, audição, olfato e paladar, é situada porque sócio-geograficamente não nascemos todos no mesmo lugar, a primeira diversidade que se nos apresenta é a planetária, a humanidade vive num planeta diverso. Não todo água e nem todo terra, não é só ar e nem só minério, e nem o precisa ser – pelo contrário, a riqueza e a possibilidade da própria existência – existente – está na diversidade que compõe este corpo-terra, plural e diverso. Se assim é mais fácil, senão inteligente, conceber esse organismo-planeta, por que a diversidade humana não o pode ser? Por interesses do poder outreficador.

Aferir as consequências da transfobia contra as vidas trans e travestis não é tarefa fácil, tão pouco simples, e nunca o pode ser “desafetada” ou “neutra”. Os que produzem tais desumanizações o fazem afetadamente. É necessário produzir-se outras afetações. Transformações epistemológicas são possíveis a partir de (des)realfabetizações, do tensionamento do sistema que está imposto. Sendo a episteme indissociável do corpo, não se alcança transformação alguma nem epistêmica, ou qualquer outra almejada, senão pela diversificação de corpos nesses lugares – estratégicos e legitimados – onde e de onde se produz conhecimento, a universidade.

### CAPÍTULO 3 – NOVAS BASES EPISTEMOLÓGICAS

O trabalho etnográfico ou autoetnográfico, bem como seus resultados, compartilhados, desembocados no texto, não devem se referir a, ou se confundir, com qualquer espécie de “missão civilizatória”, ou ainda “neocolonização, neocolonizadora”. A Antropologia é aprendiz e professora sobre as diferenças, da diversidade de existências e significados produzidos, compartilhados e cultivados entre diferentes grupos, povos e identidades. Qualquer pretensão a transformações, mudanças, sob perspectivas etnocentradas, é passível de resistência, e a primeira que a pesquisadora pode encontrar é a das próprias identidades culturais interlocutoras, com as quais se disponha a se relacionar, pesquisar ou coenunciar.

Ademais disso, vê-se que qualquer suposição de “neutralidade científica” não se sustenta em quaisquer que sejam as práticas de produção de conhecimento humano, sobre a humanidade. Um caminho que se apresenta possível é o da relativização, do deslocar-se, do reconhecimento – [...] *mais reconheceremos*. Segue BENEDICT “*Não há ninguém que veja o mundo com uma visão pura de preconceitos. Vê-o, sim, com um espírito condicionado por um conjunto definidos de costumes, e instituições, e modos de pensar.*”.

Mais do que conhecer uma cultura ou sistemas culturais que constituem identidades, alteridades, é fecundo à pesquisa antropológica que se reconheça a autonomia e valores cultivados, não como uma exotividade prestada à observação, curiosidade colonial, a partir de julgamentos e interpretações preconceituosas, no sentido mais elementar da palavra “preconceito”, como se trata hoje. E, já que toda linguagem é epistêmica, palavras ou termos como “primitivos”; “selvagens”, “invertidos”, etc. - somente devem ter alguma utilidade, no sentido de se perceber, de se revisar como na história das “Ciências do Homem” a prática antropológica, desassociada de um compromisso e de uma consciência sócio-histórica e político-epistêmica, pôde e pode ser perniciosa, ao se sujeitar ao lugar de objeto, instrumento dos interesses coloniais e de dominação do “outro”, outreficado, da alteridade, da diversidade.

Àquelas e aqueles atentos a estas questões éticas básicas, estará no caminho, processo e experiência a riqueza que se possa encontrar, por exemplo, nas narrativas enunciadas pelas diversas e diversos interlocutores possíveis no mundo, a exemplo do que compartilha Benedict, ao trazer ao texto uma narrativa cultural, preservada por um homem, último “antropo” constituído de certo povo, tecido cultural que se havia perdido, d’alguma forma:

No princípio dizia ele <Deus deu um vaso a cada povo, um vaso de barro, e por este vaso bebiam a sua vida>. Não sei se o símbolo aparecia em qualquer rito tradicional do seu povo que nunca descobri qual fosse, ou se era inventado por ele. [...] Seja como for, no espírito deste índio humildade, a figura de retórica era clara e rica de significado. <Todos enchiam o seu vaso mergulhando-o na água>, continuava, mas os vasos eram diferentes. O nosso quebrou-se; desapareceu.> (Benedict. 1934, p. 34).

## A RIQUEZA NA DIVERSIDADE HUMANA E SEUS SIGNIFICADOS

Estes significados compartilhados por meio das narrativas são a riqueza encontrável à pesquisa socioantropológica aos seus pesquisadores, antropólogos e antropólogas. Essa interlocução que possibilita a coleta de dados tão sensíveis, íntimos e constitutivos da identidade de um povo, só pode ser viável a partir de uma postura produtiva e comprometida, não neutra – pelo contrário - direcionada e bem ancorada naquilo que há de útil na teoria clássica e seus construtos. Ao enunciar-se, as identidades se dão a conhecer. A escuta respeitosa, atenta e sensível, produz o reconhecer, ação, e o reconhecimento, efeito. Reconhecer, no sentido mais amplo da palavra, a diversidade de símbolos, significados e sentidos que constituem diversos grupos, povos e identidades é imprescindível para o fazer antropológico. Segue em compartilhar Benedict:

*O nosso vaso quebrou-se.* Aquilo que tinha atribuído significado à vida de seu povo, os rituais domésticos de tomarem os alimentos, as obrigações do sistema econômico, a sucessão dos cerimoniais nas aldeias, o estado de possessos na dança do urso, os padrões do bem e do mal – tudo desaparecera, e com isso a forma e o significado da sua vida. O velho conservava-se ainda vigoroso e continuava ser quem orientava as relações dos seus com os brancos. Não queria ele dizer, com aquele modo de se exprimir, que se tratava de qualquer coisa como a extinção do seu povo. Mas em seu espírito havia como que a consciência da perda de qualquer coisa que tinha um valor igual ao da própria vida, toda a estrutura dos padrões e das crenças do seu povo. Havia ainda outros vasos da vida, talvez com a mesma água, mas a perda era irreparável. Não se tratava de juntar aqui isto, de tirar ali aquilo. A modelação do vaso fora fundamental. Fosse como fosse era de uma só peça. Fora o seu vaso. (Benedict. 1934, p. 34).

As narrativas que carregam e comunicam esses diversos sentidos e significados atribuídos à vida, à existência de uma identidade, enquanto parte de um grupo ou povo, suas origens, modos, crenças, artes, línguas, são o lugar da possibilidade de interlocuções produtivas, onde a pesquisadora não mais deve ocupar o lugar de quem diz sobre o “outro”, como um objeto, ou pelo “outro”, no sentido de ocupar seu lugar de enunciação, mas com e junto ao outro, no sentido de reverberar junto a essas vozes, através da produção de conhecimento antropológico das diversidades humanas, para a produção e promoção de justiça social, justiça humana, a humanização de sujeitos desumanizados. Nessa perspectiva, a etnografia e tudo que a envolve pode ser compreendida como uma coenunciação e coeitura,

onde a ciência se produz, não como algo “naturalmente” do homem-branco colonial, mas como efeito dialógico, de interlocução, um produto e riqueza da humanidade.

Para que novas e outras narrativas sejam possíveis num tempo futuro a este, onde significados não sejam perdidos, ou destruídos, hierarquizados, mas somados, compartilhados e enriquecidos por vivências mais justas e libertas da colonialidade que assombrou e ainda assombra as epistemes, cultivadas nesse lado de cá da linha abissal, o sul global. A fim de se superar, com isso, a quebra de quaisquer vasos que componham e se componham, nessa vasta diversidade existente, ainda, no mundo, campo e ceara, imensa e expansiva, a se acessar pelo exercício antropológico. Há diversidade de “vasos” e esta diversidade se coloca diante da pesquisa e seus agentes. O compromisso ético se faz necessário e integra o refinamento na relação poder-saber:

Em uma pesquisa ou estudo que se proponha decolonial, assim o entendemos, não basta selecionar “temas decoloniais” ou performar um “discurso decolonial”, ou seja, falar sobre o “outro”, o “diferente colonial”, encaixando-o na matriz moderna de conhecimento. [...] promover a problematização a partir de vivências e do lugar de existência dos corpos-políticos subalternizados pela diferença colonial [...] Entretanto, é fundamental promover um “giro”, uma “virada” na matriz epistêmica da modernidade, desocultando a episteme decolonial. (OBIAH – Os compromissos da Sociolinguística. p. 3. inédito).

## **O GIRO EPISTEMOLÓGICO-DECOLONIAL NA ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Se a Antropologia se constitui – por excelência – a ciência da humanidade, uma chave do pensamento moderno-contemporâneo para se conhecer as humanidades com todas as suas diversidades, nessas redes complexas de significados que a constitui, por outro lado, ela pode – se instrumentalizada – como a foi em muitas pesquisas e viagens a campo “missões” ditas clássicas, funcionar com uma práxis ou instrumento de desumanização, de hierarquização entre humanos, de manutenção de um estranhamento que se torna ódio, discurso de ódio e de alterização das diferenças no sentido mais perverso, quando pior e mais pontual, instrumento da colonização, ou seja, de poder, dominação, exploração, expropriação material, concreta, e abstrata, simbólica.

Atualiza-nos Oyěwùmí em ‘Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. ’:

Os últimos cinco séculos, descritos como era da modernidade, foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão, e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. [...] O período tem assistido a uma série de transformações sociais e culturais. Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais ao longo dos quais as pessoas foram exploradas, e sociedades, estratificadas. (Oyěwùmí.2004, p. 1-8).

Uma Antropologia que só o pôde ser ciência, no sentido de um conhecimento produzido legitimado e balizado por pares, e produzido com posturas éticas, não a colonial, pelo contrário – uma postura ética decolonial – fundamentalmente. Esta é possível graças às transformações sociais que antecedem e constituem este hoje, a partir do qual enunciamos, em alguns casos, (d)enunciamos, ao fazer da “simples enunciação de nossas existências”, uma denúncia pontual das amarras coloniais que ainda persistem nas colonialidades problematizadas nesse trabalho.

O movimento mais fecundo e produtivo que a Antropologia Social, em seus antropólogos sociais podem fazer é sobre ela mesmo, autorreflexivo, auto antropológico. Perceber em que redes de significados está enredada e enreda, ainda hoje, essa ciência é passo importante, senão inabdicável, para se produzir a partir da produção de conhecimento científico, com todas as implicações éticas e políticas que subjazem à prática de produção de conhecimento humano das e sobre humanidades, as transformações sociais a favor da vida, da dignidade humana, das diversidades de existências que compõem as riquezas das humanidades e suas potências epistêmicas, tão diversas quanto ela própria.

Mais do que os conceitos e significados que são enredados pela teoria etnológica clássica, por exemplo, deve-se questionar quais objetivos estão imbricados na produção de certos conhecimentos, pesquisas, teorizações. A que ou a quem serve, ou a serviço de que ou de quem esteve e, nesse nosso presente, está o conhecimento antropológico? A autora, Oyèwùmí, contextualiza-nos, em seu texto, que se torna útil para pensarmos:

Uma característica marcante da era moderna é a expansão da Europa e o estabelecimento de hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. Em nenhum lugar isso é mais profundo que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas. [...] Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. (Oyèwùmí. 2004, p.1).

Numa perspectiva em que língua, cultura e episteme são indissociáveis, bem como, identidade, quais são os limites do dizer sobre, se é que a Antropologia, ou antropólogos/as/es insistam nessa perspectiva em que o/a etnógrafo/a é aquele/a que descreve, categoriza, interpreta, o mundo, a vida, do outro. Reconhecer que nossos conhecimentos acadêmicos, assim como outras demais produções humanas, são situados, e não universais, tão pouco, atemporais, e nem mesmo, dados por questões inatas – mas um produto sociocultural humano de certas sociedades e culturas – é pré-requisito para um possível tensionamento dessas estruturas e colonialidades que espreita.

Provoca-nos Cardoso (1984), seguindo sua autorreflexão sobre o fazer “auto antropológico”:

Se nós mesmos, enquanto antropólogos, membros de uma comunidade intelectual, constituímos uma sorte de “cultura”, cujas origens não estão aqui, em nosso continente, mas em nossa formação profissional estão presentes, por que, então, não tomarmos essa “cultura” como objeto privilegiado de nossas indagações? (Cardoso, 1984, p. 192).

Nenhuma produção de conhecimento – e seus modos e bases epistêmicas – está neutra politicamente em relação aos seres humanos diversos com os quais se dialoga e se pesquisa. Quais as possibilidades políticas de transformação das realidades sociais que se podem produzir a partir desses estudos sobre as diversidades humanas e suas implicações experienciadas por sujeitos alterizados no Brasil, por exemplo?

A legitimidade da qual se goza enquanto pensadores, pesquisadores, especialistas deve se relacionar – conscientemente – com um compromisso ético-político. Para chegar a isso é preciso que se tensione a hegemonia epistêmica colonial, colonizada e colonizadora que ainda se coloca e persiste na formação “técnico-científica”, teórico-metodológica, nos currículos acadêmicos, inteligíveis e, por vezes, constrangedores a sujeitos alterizados, usuários das ações afirmativas, que compõem o corpo discente universitário, nas universidades públicas.

Uma epistemologia decolonial é substancialmente recursiva, pois nasce da contraposição à homofonia e hegemônica que dita as características do eu conhecedor, por “natureza”: homem, cisgênero, europeu, branco, judaico-cristão, colonizador etc., e instaura, com isso, o questionamento da legitimidade “natural” dessas vozes, como únicas legítimas produtoras de conhecimento. Para isso, primeiro, interrompe-se a hegemonia enunciativa. Não há mais só uma, única, voz ecoando, reverberando, mas agora são no mínimo mais de uma e há contrapontos, contradições e questionamentos. A alteridade não mais permanece calada – silenciadamente – como objetos inertes das falácias racistas, coloniais, infelizes e afetadas da enunciação moderno-racio-colonial-istas, mas alçam-se à denúncia de suas existências, a partir de suas próprias vozes consciências, de seus lócus denunciativos.

É preciso que tensionemos a hegemonia epistêmica colonial, colonizada e colonizadora que ainda se coloc a/persiste na nossa formação ‘técnica’ – teórico-metodológica, nos nossos currículos acadêmicos inteligíveis e, por vezes, constrangedores a sujeitos que compõem o corpo discente universitário, nas universidades públicas, às quais luta-se tanto para democratizar.

Ao pensar/construir a categoria de “Amefricanidade” Lélia Gonzales nos afirma que **‘Toda linguagem é epistêmica’** e segue **‘nossa linguagem’** deve contribuir para o **entendimento de nossa realidade.**’. Pensando a linguagem como esse todo heterogêneo que se constitui desde em seus aspectos “puramente” fonéticos (ou seja, da ordem da produção de sons [fones/fonemas] que é física, psíquica e biológica, já que depende de um aparelho fonador humano para se (re)produzir) até ao nível ideológico que em Linguística chamamos de discurso (efeito/s de sentidos/s) – a atenção que devemos dar às reflexões que mobilizem – por exemplo, o/s uso/s da/s língua/s na produção de conhecimento deve-se redobrar.

É necessário e potente que se alcem mais vozes, diversas vozes, vozes-diversas, para a construção de uma polifonia denunciativa, como instrumento de luta política e transformação social. Para se interromper a hegemonia epistêmica é necessário interromper a hegemonia linguística. Segue Lélia Gonzalez no seu pensamento, em diálogo com Molefi Kete Asante:

Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular [e linguística e epistêmica]” (M.K. Asante, 1988:31) (Gonzalez. 1988, p. 79).

Se a imposição das línguas coloniais coincide com a imposição epistêmica e ontológica colonial e colonizadora, para se pensar e construir transformações epistemológicas no campo da Antropologia Social, ou nas diversas áreas do conhecimento, em especial, nas Humanidades é necessário se tensionar, sobre essas línguas e linguagens, essa “cultura cientificista” que é imposta na universidade, em suas bases “grades” curriculares e que são apresentadas à discência (mais diversa e possível em nosso presente) como “naturalmente fundamentais”, na/para produção e validação do conhecimento.

Essas posturas, currículos e também políticas linguísticas, expressas ou não nos currículos oficiais, omitem, silenciam, ignoram e até depreciam essas outras epistemologias trazidas por sujeitos nas suas línguas, culturas, vivências e narrativas que as constituem, em como estas e estes se reconhecem e se significam no mundo e o significa.

Existe um movimento, da ordem da materialidade, que precede a quaisquer possibilidades de transformações epistemológicas em qualquer área de conhecimento, que é a diversificação de corpos-existências nos corpos discentes e docentes das universidades, lugar privilegiado e validado para se formarem e se titularem pessoas, bem como de Institutos Federais e demais Instituições de Ensino Superior Públicas. Se ser antropólogo – oficialmente falando – é ter um título que só a academia o pode validar, logo, a universidade é um lugar de

poder-saber, onde se detêm o poder de se conferir grau, deve assumir as responsabilidades éticas e políticas disso.

A universidade – nesse modelo eurobranco ocidental colonial – versa, há séculos, no Brasil, um mesmo discurso epistêmico-colonialista, com base no pensamento europeu moderno-racionalista colonial. É ocupada por maioria absoluta de pessoas brancas em seus quadros docentes, discentes, técnicos-administrativos e colegiados, posições de poder, de deliberação. Seu currículo é branco, europeu, colonizado e colonizador. Por resistência histórica, algumas pessoas negras galgaram – reexistentemente – algum espaço nesse lugar de produção do saber, do pensamento, da reflexão, outras ainda, ousaram resistir aos absurdos racistas e coloniais que tiveram que ouvir e ler, registrados nos clássicos, escritos por homens brancos que tinham “negros” escravizados em seus quintais de casa. Lélia Gonzalez (1988) denuncia que:

[...] o colonialismo europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período, o racismo se constituía como a “ciência” da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o *modelo ariano* de explicação (Bernal, 1987) que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental.[2023] Vale notar que tal processo se desenvolveu no terreno fértil de toda uma tradição etnocêntrica pré-colonialista (século XV - século XIX) que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas, as manifestações culturais dos povos “selvagens” (Leclerc, 1972). (Gonzalez, 1988, p. 71).

Se as bases epistêmicas da nascente Antropologia foram constituídas por um pensamento colonialista e/com todas suas implicações de dominação e imposição colonial, descolonizá-la epistemicamente passa por aferir e (d)enunciar as colonialidades – enquanto efeitos, presentes, da colonização – e se buscar, pensar-se e se propor novos, outros caminhos para a transformação das realidades aferidas. Descortinando sob novas perspectivas epistemológicas essa ciência com a qual se debruça sobre a humanidade e – principalmente – sobre a qual temos – na constante autorreflexão – um ponto chave para seu desenvolvimento. Girar epistemologicamente só o pode ser, se forem trazidas à essa “gira acadêmica” as outras vozes, ritmos e batidas – historicamente – silenciadas.

Horizontalizar o discurso, reconhecendo – de forma mais ampla – a dialogicidade e possibilidade de interlocução que nele está presente, a priori, faz-se em um movimento de tensionamento. Tensionamento epistêmico, social, político e histórico do conhecimento humano, já que a colonização se deu sobre todas as dimensões humanas que constituíam os diversos povos originários como os povos negros africanos, sequestrados de África.

[...] sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, de nossa dignidade, de nossa história e da nossa contribuição

para o avanço da humanidade nos níveis filosóficos, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal, com a violenta investida européia, que não cessou de subdesenvolver a África (Rodney); e como o tráfico negreiro trouxe milhões de africanos para o Novo Mundo... (Gonzalez. 1988, p. 77).

Um giro epistemológico na teoria antropológica não deve ser marcado por um ou outro trabalho que, de pronto, situando-se neste hoje possível e (des)construído, resista à epistemologias e práticas coloniais, mas deve sim ser marcado por uma postura de vida, um compromisso ético de serviço e de promoção de justiça social (e histórica) e fortalecimento: das humanidades diversas, da pluralidade epistêmica, enquanto riqueza, para a produção do conhecimento antropológico que se almeje produzir.

Esse giro, se possível, só o pode ser decolonial, transdisciplinar e interdisciplinar. Deve versar sobre certos ditos “clássicos”, mas também sobre os não ditos, os silenciados e seus “silêncios”, as e os ausentes e suas “ausências” não naturais, mas causadas, calculadas por uma epistemologia da exclusão, do silenciamento que produziu coisas como a “máscara de Anastácia” sobre a qual discorre Grada Kilomba em sua tese “Memórias da plantação” (2008). Se este silenciar, amordaçar, desumanizar está na base do pensamento de autores clássicos que contribuíram para a constituição desse campo do saber, área do conhecimento – a fim de transformar – é necessário que se problematize as ausências e que se tragam as vozes que vão se alçando, tantas vezes, ainda sob condições desiguais quando em seus percursos formativos encontram dificuldades, senão a impossibilidade de permanecer nesses lugares-universidades com alguma dignidade humana.

Se persistem as marcas das diferenças enredadas pela historicidade da colonização, deve-se falar em equidade, em ações afirmativa e em reparação histórica. A serviço de que/quem está a Antropologia Social? Retomando Lélia Gonzales, deve ser de dentro para fora. A liberdade, que ou com a qual alguém tenha porventura idealizado. desde o século XV-XVI no ocidente colonizado, não pode vir do externo. Ademais, não há giro epistêmico decolonial, como acontecimento situado, mas uma rede de movimentos e ações pelas quais vem passando, uma série de eventos sociais, históricos e culturais, num mundo globalizado, que marcam transformações e geram possibilidades outras, fora do escopo da outrificação colonialista, célula cancerígena no organismo antropológico.

Dar entendimento, alguma espécie de compreensão, explicação sobre a humanidade, ou ainda, sobre as humanidades diversas existentes no mundo, com todas as suas belezas, saberes, línguas e culturas, requer antes de tudo que se retome a discussão: o que é Antropologia e a que/quem serve(m) seus conhecimentos? A pesquisa antropológica não pode

se sustentar em uma ética presumida, pois suas práticas podem ser tão antiéticas como quaisquer outras práticas de produção de conhecimento humano, sobre humanidades. Requer se transformar de dentro para fora. A presença de sujeitos alterizados nos espaços acadêmicos, se potencializada por uma postura humanizante, pode aferir as transformações epistemológicas almejadas no presente, a quem almeje, se é que se almeje.

Reconhecer as diversas identidades-existências é um primeiro passo para quem reconheça a colonialidade que atravessa essas relações. Permitir-se deslocar-se de seu lugar, como um esforço primeiro, para olhar e perceber o outro para além do nosso "centro-lugar" e promover o combate às assimetrias de poder postas e percebidas neste processo de conscientização, sim, seria o primeiro passo para a decolonialidade. A raiz desta árvore plantada – historicamente – deve ser exposta, cavada, trazida à tona, para ser eliminada. Só se arranca um mal pela raiz. Insistir em cortar galhos é poda. A poda não elimina.

Para se pensar decolonialmente deve se beber na fonte das resistências organicamente decoloniais. Corpos decoloniais. Cada corpo negro, indígena, trans travesti, quilombola, favelado e outros que – vivo – goze de expectativa de dignidade humana, que se dignifique de sua condição de humanidade e de cidadania é – fundamentalmente – uma potência decolonial. Pensar a autoetnografia enquanto ação situada como o é a enunciação é um princípio epistemológico, para uma produção de conhecimento que reconheça o corpo como lócus epistêmico, como base primária de episteme, anterior a qualquer racionalidade que se suponha e/ou se imponha, a partir da cultura ocidental colonizada.

Aprende-se no corpo e com o corpo. Com as pernas se aprende a andar e é com os olhos que se aprende a ver. Todos os nossos sentidos estão no corpo e é no corpo a base da percepção, resultado situado, de uma leitura – tão situada quanto – feita a partir do funcionamento e interação entre todos os sentidos e modos de significação. O texto etnográfico é corporificado, porque suas bases estão nas experiências vividas num corpo – independentemente – de como este, sendo político, inscreve-se ou não no discurso textualizado.

Que o trabalho – por meio da pesquisa – que muitas e muitos antropólogos desenvolveram, sobre alteridades, relacionando à luta política pelos Direitos Humanos e impulsionando à humanização de pessoas e identidades subtraídas de suas humanidades, que este trabalho é muito relevante, não são necessários grandes esforços para se reconhecer. Entretanto, a presença-corpo-existência transtravesti têm potencial transformativo que não deve ser negociado, dentro de um jogo ou flerte político. “Nada sobre nós, sem nós.”. Ou se

estabelece uma espécie de desonestidade paga por títulos, cargos, prestígios, etc. A presença dessas identidades alterizadas, em espaços de produção de conhecimento, da Educação, do debate e construção de políticas públicas, etc. é inegociável.

Não adiantar falar que é “dos direitos humanos”, comprometido(a) politicamente com a Pesquisa, a Ciência e produção de conhecimentos, sobre e para as humanidades diversas e não combater suas ausências, dissabores e indignidades às quais são submetidas essas populações. Não é sobre “paridades”, quantidades, preenchimentos de “cotas-simbólicas”, é sobre diversidades e equidade, reparação histórica. Não significa ser um de cada, mas cada vez mais e mais de outros, de diferentes, de diversidades. Negritudes diversas, indígenas diversas, pessoas trans e travestis diversas, quilombolas diversas, comunidades e povos tradicionais diversos, línguas, epistemes e diversidades diversas etc., etc. Não se negocia a diversidade. Eis o conceito de todes que começa a se desenhar ante a humanidade, aos falantes de língua portuguesa em suas diversidades, por meio de um “simples” para alguns até “imoral” tensionamento da língua. Todes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade brasileira – uma vez que persiste em sua cultura – de base colonial ocidental, o judaísmo-cristão, é transfóbica, sistematicamente, porque impõe a cisgeneridade como categoria “dada”, “natural”, “bio lógica” e “criação divina”, para “naturalizar”, “normalizar” toda sorte de transfobias e outros crimes e discursos de ódio. A transfobia é estrutural, assim como o racismo, a misoginia, o machismo, classismo, capacitismo etc. Essa estrutura transfóbica é imposta e – por vezes – internalizada, por meio da aquisição de cultura que coincide com a da língua/linguagem, inclusive por pessoas transgêneros, e no ápice de sua influência e força de imposição como norma, leva, induz, sugere, a essas pessoas, o suicídio. No suicídio cometido por uma pessoa transgênero percebe-se a “cistematicidade,” denunciada neste texto, tendo seu pico de materialidade, sempre histórica, ao fazer uma pessoa transgênero “se auto eliminar”.

Tal sociedade foi construída sob a tensão da relação ódio-poder, foi ensinada, e ensina, educa-se – por meio de um cultivo das colonialidades – para odiar essa população e, quando estas são racializadas e pobres, esse ódio e suas conseqüentes perversidades tende à potencialização no sentido matemático, mais que multiplicar-se, potencializa-se. À semelhança da branquitude que se impõe como universal, do capitalismo exploratório e depredatório, do machismo, etc., as pessoas cisgêneros “sustentam” e persistem na cisgeneridade – enquanto “dado humano universal”.

Nesse sentido, as travestis, e muito mais as que forem negras, racializadas e pobres, estão à mercê de uma violência legitimada, culturalmente, a despeito de qualquer declaração de igualdade, mesmo do âmbito da mais alta justiça, a Carta Constitucional (1988), pois existem outras cartas, textos, discursos – que desumanizam essa população, mesmo antes de qualquer conhecimento ou consciência da lei, e estes circulam até em grandes mídias, nas redes sociais e grandes canais de comunicação, via som e imagem. São lidos, significados, e produzem subjetividades, sujeitos-identidades e, seus modos de ser e estar no mundo.

Assim – sistematicamente – empurram, situam e impõem a estas identidades ao “fracasso social”, ao desgosto da vida. Se a vida em sociedade é regida historicamente por uma sistematicidade violenta e desonesta que cultiva sentimentos de impugnação, de rejeição e de abominação contra nós pessoas transgêneros, qual seria o gosto da vida? Transformá-la. “A educação transforma pessoas, pessoas transformam o mundo.” diz Paulo Freire. Mas Freire não falava de qualquer educação. O conceito de educação freiriana é progressista, tem um compromisso ético com a humanidade.

Isso está expresso quando na conscientização dessas outras “educações” que se cultivam e propagam, não somente nos porões das igrejas, mas até mesmo publicamente nas redes sociais, nos canais oficiais do Poder Legislativo, não só federal mas estaduais e municipais, nada deve mais parecer oculto a quem minimamente acompanha os fatos, falas, imposturas deliberadas e performadas, nas diversas casas legislativas do Brasil. Ser uma pessoa transgênero travesti é ter que ver uma pessoa falar – publicamente e tranquilamente – contra sua vida, e não poder fazer muita coisa. Escrevo. Alguém me lerá? E, quando ler, será que ouvirá minha voz ecoando no texto? Meu texto-voz se faz protesto político, eu escrevo contando um pouco mais de um ano que me resta de vida, segundo à expectativa de vida que me resta no Brasil, por ser uma travesti, de acordo com a Antra. 35 anos de vida.

A transfobia afeta a todas as dimensões da vida de uma travesti, porque se baseia na negação, no ataque à dignidade dessas existências, em todas as suas dimensões constituintes, perpassa desde o corpo físico e suas significações, ao corpo simbólico, na produção e reprodução de imagens e significados sociais, sobre essas identidades. Na saúde, na educação, na segurança pública, no lazer e, muitas vezes, antes disso tudo, na família, roubando-lhes parte de seu “ethos afetivo” primário e constitutivo, seus lugares, como filhas sobrinhas, primas, etc. É uma espécie de ódio aversão reproduzida e construída por meios de significados e associações de sentidos, estruturados, tão maleficamente, capazes de romper até laços sanguíneos e afetivos, e ancestrais.

Mães e pais, familiares e parentes deixam de reconhecerem filhas/os/es, de modo que até mesmo esse tipo de afeto tão primado e reconhecido – popularmente – como o “mais verdadeiro amor” entre os humanos – que é “o amor de uma mãe por um/a filho/a” – não resiste, em muitos casos, a essa semente de ódio, transfobia. E o argumento de legitimação dessa disposição à conversão do sentimento de amor ao extremo do ódio, da negação e indignação não está mais na ordem dos humanos, é o “deus” judaico-cristão que ensina a espécie humana a odiar.

Numa sociedade colonizada, assassinada, no nível da memória, estripada de suas ancestralidades, as subjetividades se constituem sob e a fim de um ou do reflexo de um espelho que lhe apresenta a figura do colonizador, o colonizado não vê a si mesmo, pois sua imagem lhe foi, de si, roubada, raptada, o que se projeta, vê refletido, é seu colonizador. Sendo assim, contra toda expectativa de consciência sócio-histórica identitária codificada em seus corpos físicos, pesa-lhes a imagem contemplada, em todos os aspectos participantes da identidade, que não a de si, não se vê mais a si mesmo, mas – em si – seu dominador, busca sê-lo.

Quer parecer-se com ele, ser emparelhado a ele, ao colonizador, logo lhe reproduz, em si mesmo, um pseudocolonizador, educado para destruir-se a si mesmo ou si mesmo, tudo o que se distancia da imagem de seu colonizador. Tais identidades – heterogeneamente – constituídas, pela polifonia discursiva enredada nas vozes e discursos que lhes constituem, não se furtam à declaração e imposição de valores do tipo religiosos proselitistas, mesmo ante ao conflito crença X lei, até mesmo em lugares de serviço, ao “vestirem uma camisa”, ao representarem uma empresa, ou até mesmo ao prestarem um serviço público. Quantas travestis já desistiram de cuidar de sua saúde por perceberem e sentirem uma latente rejeição aos seus corpos-presenças, até num posto de saúde público, num hospital público, ou privado, num pronto-socorro?

No campo da saúde, a transfobia é uma obstrução prévia que impede o acesso dessas pessoas à saúde pública. Sim, são profissionais, pessoas com formação na área da saúde, enfermeiros e enfermeiras, médicos e médicas, recepcionistas, terceirizados, etc., pessoas que minimamente precisaram ouvir sobre ética humana, sobre ética médica, muitas e muitos são servidores públicos, pessoas cisgêneros. O binômio cisgeneridade – transgeneridade é uma espécie de abismo posto entre pessoas. Abismo cavado por força de um ódio historicamente reproduzido, colonialmente. Mais do que um marcador social da

diferença, funciona na ordem da demarcação social e geo-ontológica de humanidade ou não-humanidade.

A contradição na cultura brasileira está presente de forma tão “harmoniosa” ao ponto de quase não se suspeitarem dos contraditos. Num país com personas sociais que conseguem, através do discurso, associar à figura de Jesus Cristo a armas, violência, guerras, mortes e assassinatos, não é de se admirar que emergjam algumas ideias, pois, estas, já estão previstas/situadas no escopo de significação de mundo em que se situam tais pessoas.

Segue-se que está sendo dito abertamente, sem grandes firulas interpretativas, nem no “nível das formas” e nem dos “semióticos-discursivos”. Está frasal. Está no nível da frase, até trabalha com alguns implícitos, mas deveras tem-se tornado cada vez mais explícito o ódio apregoado cotidianamente nos salões, espaços e porões das igrejas evangélicas e católicas contra pessoas LGBTQIA+, bem como nas grandes Mídias Sociais que mobilizam bilhares de pessoas no planeta, redes sociais, youtube etc. etc.

Uma maioria religiosa no Brasil, de pessoas judaico-cristãs, que se declaram cisgêneros hétero-sexistas e que – cotidianamente – discursam e transmitem e reproduzem e ensinam narrativas míticas de traduções de traduções de textos antigos de outras línguas, com suas “interpretações” que não passam de “interpretações” de “interpretações de traduções”, não tendo fundamento teórico-metodológico linguístico, histórico, geográfico e tão pouco antropológico, ou de qualquer ciência humana, mas só “interpretações teo-ideo-lógicas”, fonte de toda espécie de ódio, miséria, adoecimento humano.

Identificam-se com o ser “evangélico”, ou “católico” e – deliberadamente – apregoa ódio à diversidade, à luta da/pela diversidade, à luta pelos direitos humanos de pessoas diversas, até mesmo às relações afetivas, sociais etc. Têm – em seus grandes representantes, pastores, padres, dirigentes daimistas, etc. – discursos incitantes de ódio e de assassinatos contra pessoas LGBTQIA+. Chama atenção outro pastor, resistindo à tal postura criminosa, contrapõe-se e em certa altura diz “A palavra é uma semente lançada que produz frutos. [...] pode produzir morte. [...], mas pode produzir vida também.” (Deputado federal pastor Henrique, 2023).

A cisgeneridade judaico-cristã colonial se compraz em ver pessoas LGBTQIA+ na miséria, relacionadas a tudo quanto seja da ordem da miséria humana. Exultam com enunciados de condenação à morte, é um de seus principais “triumfos e alegrias”, ainda hoje, como já o era na colonização, em seu epicentro século XVI, quando ameaçaram Xica Manicongo à fogueira. Se d’antes tinham poder de Estado, hoje operam seus decretos de

formas atualizadas, ideologicamente e discursivamente, inculcando todo tipo de fobia humana que se possa desenvolver e reproduzir e – pior – transmitir a novas gerações deixando-lhes o legado de nossas mortes e das mortes de nossas descendentes. O legado do ódio. Legado criminoso.

Numa perspectiva de Estado Democrático de Direito é importante que se trate os criminosos como criminosos. Sem isso de nomear como “pessoas que pensam diferentes, conservadores, tradicionais” não. Naquilo que se refere a falas criminosas que atentam direto-discursivamente contra a vida de pessoas alterizadas deve-se tratar por crime.

A enunciação contra a vida do outro, em qualquer uma ou mais de suas dimensões humanas constitutivas é uma enunciação criminosa. É crime. Língua, palavra, discurso é ação. Discurso é poder e mobiliza vida, bem como morte, amor e também ódio. O ódio que se captura no discurso é materialidade, evidência de crime e de criminalidade. Os sistemas religiosos judaico-cristão, numa perspectiva decolonial pode ser interpretado, quando no flerte com o poder Estatal, como um fenômeno político destruidor, por excelência histórica, de tudo que se refere à diversidade, a partir da alteridade colonial.

É um golpe obscuro, sorrateiro que se dá cotidianamente no Estado de Direito, quando falas criminosas encontram lugares confortáveis para serem enunciadas em lugares oficiais, como se testemunha em diversas cidades e estados por todo o Brasil. Um caminho, possível, é o de tensionar tudo isso, e/é se opor – conscientemente – a tudo isso que, para promover o ódio e suprimir a humanidade alheia, ainda se tenta passar por “amor”. “Amor à pátria, à família, etc.”. O amor [deles] é ao poder, poder de seguir existindo e destruir qualquer diferença que se coloque, qualquer existência que “por si só” (se) contraponha a hegemonia discursiva e seus construtos de um status de humanidade colonial.

É necessário falar sobre isso, e conversar com as pessoas envolvidas nesse jogo. Há pessoas simples que vão sendo levadas por esses vendavais antidemocráticos, antividia, antiversidade, mas que podem serem alcançadas pelo diálogo, pelo debate, pela educação. Para que se supere a polarização Estado - Sinédrio e se evidencie quem tem a verdadeira força transformadora, o povo.

Disputemos as narrativas, trazendo à baila outras narrativas, onde se prevaleça a vida perante à morte, a democracia frente ao autoritarismo, e o amor confronte ao ódio. Falar em disputas narrativas é falar sobre disputas políticas e se nossas vidas são políticas é falar também sobre vida e/ou morte.

Está posta a tensão entre o “desejo assassino do Sinédrio”, que se expressa e se atualiza nas colonialidades, em toda sorte de discursos de ódio, e a enunciação da vida enquanto Direito subjetivo de todo cidadão brasileiro. E temos agora não uma eternidade, mas quatro anos para lutar, lutar e lutar. E lutar é dialogar, debater, tensionar, conversar com o povo. Há pontos, encontros, pontes entre escombros que podem nos levar a outras possibilidades.

“A palavra é uma semente [que pode frutificar] que produz frutos.”. Atenta-nos com a honestidade humana, necessária, o dep. Federal pr. Henrique. É preciso lançar sementes de descolonização no campo das universidades. Colho frutos gerados a partir das sementes de resistências que nossas ancestralidades nos legaram, como o fruto, recolho as sementes e as lanço, para produzir fruto àquelas que ainda nascerão.

Xica resistiu e assim hoje reexiste sendo ela semente de África, nossa ancestral travesti, antes mesmo que eu nascesse. Quatrocentos anos é a distância-tempo que supostamente, numa perspectiva linear, me separaria de Xica, mas a palavra, as palavras... “são como sementes que podem produzir frutos”.

As palavras estão sob tensão política, seus significados não são superficiais e não se referem à meras sessões de comunicação neutra. É toda ideológica e ideologizada, para dominar pessoas e classificá-las entre mais ou menos humanas. As dissidências, referentes a quaisquer padrões impostos e mantidos sob a força das colonialidades, fundamentam importantes problematizações e entendimentos desses jogos de simbolização cultural, das e nas relações de gêneros, e enunciam a pluralidade de existências, para além do binarismo de gênero, sistematizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTRA. **Nota da Antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans**. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 10 maio 2023.

BENEDICT, Ruth. A Ciência do Costume e A Diversidade de Culturas. In: BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s/d [1934] p. 13-32; 33-57.

BENVENISTE, E. **O aparelho formal da enunciação**. In: Problemas de Lingüística Geral II. São Paulo: Pontes, 1989. cap. 5. p. 81-92.

CARDOSO, Roberto de Oliveira. **Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia**. (1984).

CASTRO, Celso (Org.). 2005. **Evolucionismo Cultural: textos de Tylor, Morgan e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CONSTÂNCIA Lima Duarte, Isabella Rosado NUNES. **Escrevivência : a escrita de nós:** reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

ENGELMANN, Larissa. **Problematizações sobre as políticas de promoção da permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal de Goiás.** 2021. 41 f. (Monografia de Graduação) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Xica Manicongo:** a transgeneridade toma a palavra. 2021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/viewFile/41817/29703>

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton - **A presença indígena na universidade.** Maloca. revista de estudos indígenas | Campinas, SP | n. 1 | v. 1 | pp. 9 - 16 | jul. - dez. de 2018.

Liliane Martins Costa & Emiliano Castro de Oliveira. **Saindo da Zona de Conforto: A Interdisciplinaridade das Zonas Costeiras** - Tomo VIII da Rede BRASPOR, 2019. disponível em <https://redebraspor.org/livro/2019/Braspor%202019%20-%20Artigo%209.pdf>

OLIVEIRA, Iêda Figueiró de. **Do íntimo ao coletivo:** Figueira infinita em busca da plenitude ontológica. 2021. 181 f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

OBIAS – Grupos de Estudos Interculturais da Linguagem. **Diálogo como travessia sociolinguística em turbulências discursivas e lutas narrativas.** Em: Cadernos do Obiah. Inédito.

OBIAS – Grupos de Estudos Interculturais da Linguagem. **Os compromissos da Sociolinguística.** Em: Cadernos do Obiah. Inédito.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero:** os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

UFG – Resolução **CONSUNI No 29/2008.** Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Resolucao\\_CONSUNI\\_2008\\_0029.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Resolucao_CONSUNI_2008_0029.pdf)

## LINKS:

Cidinho e Doca. **Eu só quero é ser feliz.** Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/cidinho-e-doca/885060/> > acesso em 09/06/2023.

Fernandes, Mariza. **Avanços e desafios marcam os dez anos do UFGInclui**. SECOM/UFG. Goiânia, 28 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://jornal.ufg.br/n/110016-avancos-e-desafios-marcam-os-dez-anos-do-ufginclui>>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

Figura de Xica Manicongo. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/os-primeiros-lgbtqiap-do-brasil-relembre-pessoas-com-peso-historico/>> Acesso em 16 de janeiro de 2024.

Imagem atual do canal do fundo. Disponível em : <<https://peabirucalunga.blogspot.com/2019/07/memorias-perifericas.html>> Acesso em 16 de janeiro de 2024.

Imagens do **México-70**. Disponível em : <<https://www.novomilenio.inf.br/sv/svbucleo23.htm>> Acesso em 16 de janeiro de 2024.

Maré (**Mar Pequeno**). Disponível em: < <https://br.pinterest.com/pin/142074563223277476/>> Acesso em 16 de janeiro de 2024.

O Popular, **Das ruas para a sala de aula**. Goiânia, 01 de março de 2015. Disponível em: <<https://secom.ufg.br/n/78944-das-ruas-para-a-sala-de-aula>> Acesso em: 14 de maio de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução nº 15/2018, de 31 de agosto de 2018**, que institui a Política Linguística da UFG Normativa interna do CPL-UFG. Goiânia: Conselho Universitário, 2018. Disponível em: <[Resolução CONSUNI nº 15/2018 - que institui a Política Linguística da UFG Normativa interna do CPL-UFG](#)> Acesso em: 04 de maio de 2023.